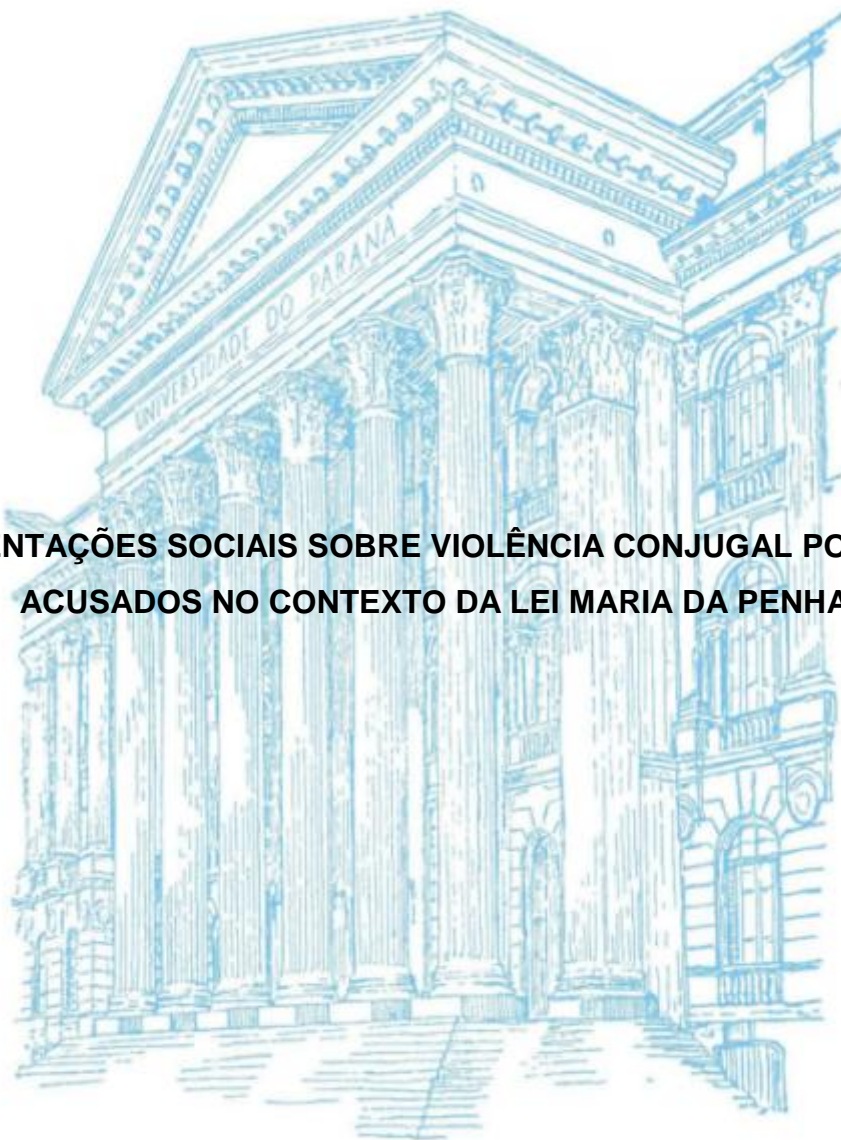


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRA BITTENCOURT MADUREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL POR HOMENS
ACUSADOS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA**



CURITIBA

2016

ALEXANDRA BITTENCOURT MADUREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL POR HOMENS
ACUSADOS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Enfermagem, no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná. Área de Concentração: Prática Profissional de Enfermagem.
Linha de pesquisa: Processo de Cuidar em Saúde e Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Mantovani

CURITIBA

2016

Madureira, Alexandra Bittencourt

Representações sociais sobre violência conjugal por homens acusados no contexto da Lei Maria da Penha / Alexandra Bittencourt
Madureira – Curitiba, 2016.

111 f. ; 30 cm

Orientadora: Professora Dra. Maria de Fátima Mantovani
Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem,
Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná.

Inclui bibliografia

1. Violência. 2. Violência de gênero. 3. Violência por parceiro íntimo.
4. Homens. I. Mantovani, Maria de Fátima. II. Universidade Federal do
Paraná. III. Título.

CDD 362.8292

TERMO DE APROVAÇÃO

ALEXANDRA BITTENCOURT MADUREIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL POR HOMENS
ACUSADOS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA

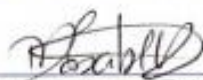
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau em Doutor em Enfermagem, Área de Concentração Prática Profissional em Enfermagem, Programa de Pós-Graduação, Doutorado em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora. Profa. Dra. Maria de Fátima Mantovani
Universidade Federal do Paraná, UFPR



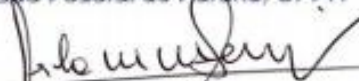
Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE



Profa. Dra. Maria Isabel Raimondo Ferraz
Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO



Lílina Muller Larocca
Universidade Federal do Paraná, UFPR



Leila Maria Mansano Sarguis
Universidade Federal do Paraná, UFPR

Curitiba, 16 de dezembro de 2016

***Dedico este trabalho às mulheres,
em especial às da minha vida.***

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força e alicerce.

À minha mãezinha, pela vida, e por tudo o que tive a oportunidade de viver ao seu lado. Se hoje estou aqui, é porque desejaste, acreditaste e rezaste muito para isso.

À minha família Madureira, por ser um refúgio e o alicerce na minha vida.

À minha família Raimondo, por me acolher e apoiar neste caminhar.

À minha irmã Tatáta e cunhadinha Paula Ana, por me receberem em sua casa e por oferecerem todo o suporte e apoio durante todo o tempo, e por irem me fazer companhia no além-mar.

À minha querida Malu, companheira de sonhos, de alegrias, de vida. Sem você, nada seria possível.

À Isabel, por todo o apoio, amizade, correções, idas e vindas nos caminhos em busca do conhecimento.

À minha orientadora Profa. Dra. Maria de Fátima Mantovani, por acreditar em mim e no nosso trabalho. Obrigada por ser a Luz neste caminhar e por estar sempre com o sorriso mais contagiante do mundo.

À Banca Examinadora composta pelas professoras doutoras: Maria Isabel Raimondo Ferraz, Liliana Muller Larocca e Leila Maria Mansano Sarquis e pelo professor doutor Benedito Medrado Dantas, pelas contribuições e aprimoramento da pesquisa.

À Dra. Nina Granitoff (In Memoriam), por me mostrar o que é a Enfermagem, mesmo antes de eu imaginar ser uma enfermeira.

À Profa. Dra. Felismina Rosa Parreira Mendes, por me receber em Évora e pelos ensinamentos.

À Profa. Dra. Maria do Céu Marquês, pelo apoio no uso do EVOC e recepção na ESESJD.

À Profa. Dra. Laurência Gemitto, pelas boas discussões sobre a temática da violência e o apoio durante o período do Doutorado Sanduíche.

Ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, por me possibilitar ampliar os horizontes acadêmicos e profissionais.

Ao Grupo de Estudos Multiprofissional em Saúde do Adulto - GEMSA, pelo aprendizado, trocas de experiência e confraternizações.

Às docentes Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, pelos ensinamentos.

À Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, por tornar possível minha qualificação por meio do afastamento.

À Escola Superior de Enfermagem São João de Deus da Universidade de Évora, por ter me recebido e acolhido durante o Doutorado Sanduíche.

À Fundação Araucária e CAPES, pelo apoio financeiro.

Ao programa Ciências sem Fronteiras, por me proporcionar a vivência de estudar e trocar experiências em outro país.

À equipe da Delegacia da Mulher de Guarapuava, por abrir as portas para a pesquisa, me acolherem e apoiarem durante todo o processo de coleta de dados.

Aos participantes da pesquisa por compartilharem suas representações.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, pelas trocas de experiências, sorrisos e apoio.

Às amigas companheiras de caminhada, Lucimara, Ângela, Elis, Juliana e Carina, sem vocês o caminho seria sem brilho e sem alegrias.

Às amigas de Gorpa e arredores, Ana Paula Dezoti, Carine, Regiane e Vivi pelo apoio e momentos de desabafo e descontração.

RESUMO

MADUREIRA, A. B. **Representações Sociais sobre violência conjugal por homens acusados no contexto da Lei Maria da Penha.** 2016. 111 f. Tese [Doutorado em Enfermagem] – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fatima Mantovani.

A violência é um evento que transpõe toda a ordem das relações pessoais, sociais e institucionais e apresenta um grande impacto para a vida dos sujeitos envolvidos. Assume contornos importantes em nossa sociedade na medida em que não se restringe a determinados locais, classes sociais, gênero ou faixas etárias, gerando representações sociais. Este estudo teve como objetivo apreender as representações sociais da violência contra as mulheres na perspectiva de homens autores. Trata-se de estudo descritivo qualitativo, à luz da abordagem das representações sociais, desenvolvido em uma Delegacia da Mulher de município do interior do Estado do Paraná. A coleta ocorreu no período de fevereiro de 2015 a abril de 2016, mediante aplicação de dois métodos de coleta de dados: a evocação livre de palavras e a entrevista focalizada. A evocação livre de palavras foi aplicada a 71 homens acusados pela prática de violência contra as mulheres; e a entrevista focalizada a 12, selecionados entre os primeiros. Utilizou-se, tanto na coleta quanto na análise dos dados, a triangulação, que possibilitou a verificação dos resultados de diferentes aspectos. A análise lexical dos dados foi realizada com auxílio do programa IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) e a estrutural com o *Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse de Évoctioons* empregado para a análise da evocação das palavras. Os participantes eram adultos jovens, que conviviam/conviveram com as denunciadas pelo período de 1 a 5 anos, e tinham filhos com elas. Praticaram violência moral ou física e não tinham registros anteriores de violência. A análise estrutural trouxe os vocábulos agressão, covardia e errado como elementos centrais, sendo complementados por desrespeito, respeito, ciúme, conversa, medo, mentira, não cometer e traição. Já a análise lexical deu origem a quatro classes que foram denominadas como: **De geração a geração: o propagar da violência na resolução de conflitos familiares**; **Sentimentos e comportamentos diante da violência**; **Repercussões da violência para o agressor**; **O agressor e a sua vitimização**. Considera-se que as situações de violência vivenciadas pelos participantes ao longo da vida, colocam-na na condição de um agravo crônico, o que gera sentimentos e comportamentos dúbios, pois, mesmo esforçando-se para ter o diálogo como meio para a resolução dos conflitos e a igualdade nas relações, o poder sobre o outro e a violência estavam arraigados em suas concepções de mundo sendo retratada nos depoimentos. A naturalização da violência, levou-os a constituir a imagem das situações de violência como algo injusto para os homens e a buscarem justificativas para sua prática e vitimizarem-se diante dos acontecimentos.

Palavras Chave: Violência. Violência de gênero. Violência por parceiro íntimo. Homens. Representações Sociais.

ABSTRACT

MADUREIRA, A. B. **Social representations on conjugal violence by men accused in the context of the Maria da Penha Law.** 2016. 111 f. Thesis [Doctorate in Nursing] – Federal University of Paraná, Curitiba. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Mantovani.

Violence is an event, which transposes every order of personal, social and institutional relations, and shows a huge impact to the lives of the subjects involved, it assumes important contours in our society as long as do not restrict specific places, social classes, gender or age range, resulting in social representations. This study has as objective: To learn the social representations of violence against women in the male authors' perspective. It is a descriptive qualitative study according to social representation approach, developed at a Police Office for Women of interior city in the state of Paraná, in a period of February 2015 to April 2016 under application of two data collection methods the free evocation of words and the focussed interview. The free evocation of words was applied to 71 denounced men by practicing of violence against women, and the focussed interview to 12, selected among the first ones. Were used in the collection as well as in the analyse of data the triangulation, which made the verification of results in different aspects possible. The lexical data analyses was realized with support of the program IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) and the structural with Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse de Évoctioons used to the evocation of words analyses. The Profile of the participants disclose that were mainly young adults who live/lived together with the complainants by the period of 1 to 5 years, and had children with them. Committed moral or physics violence and did not have precedent registers of violence. The structure analyses brought the words aggression, cowardice, and wrong like central elements, being completed with disrespect, jealous, conversation, fear, lie, do not commit and betrayal. The lexical analyses gave rise to four classes that were denominated as: **From generation to generation: spread violence to solve familiar conflicts; Feeling or behaviour before violence; Repercussions of violence to the aggressor; The aggressor and your victimization.** Is considerate that violence situations lived lifelong by the participants, put it in the condition of a chronic injury. Creating dubious behaviour, because, even (**trying hard, struggling, effort**) to have a conversation to resolve the conflicts and the equality in the relationship, power on the other and the violence were rooted in yours conceptions of world and was mentioned in the interviews. Naturalize the violence, brought them to create an image of situations of violence as something unfair to men and search excuses to practice it and victimize themselves before the events.

Keywords: Violence. Gender violence. Intimate partner violence. Men. Social representations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES, SEGUNDO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E LOCAL DA ENTREVISTA. CURITIBA	42
FIGURA 2 -	QUADRO DE QUATRO CASAS. SOFTWARE EVOC. CURITIBA	45
FIGURA 3 -	ANÁLISE DAS EVOCAÇÕES. CURITIBA	51
FIGURA 4 -	DISTRIBUIÇÃO DAS PALAVRAS EVOCADAS CONFORME O TERMO INDUTOR	53
FIGURA 5 -	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS DE ACORDO COM IDADE, OCUPAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS, ESTADO CIVIL, TEMPO DE RELAÇÃO, DENUNCIANTE, TIPO DE VIOLÊNCIA E DENÚNCIA ANTERIOR. CURITIBA	56
FIGURA 6 -	DENDOGRAMA COM AS 4 CLASSES MAIS FREQUENTES, VOCÁBULOS, VALORES DE QUI-QUADRADO NAS REPRESENTAÇÕES DE HOMENS ACUSADOS POR VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. CURITIBA.....	57
FIGURA 7 -	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES EM CATEGORIAS. CURITIBA, 2016	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	TABELA 1– CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA, SITUAÇÃO CONJUGAL, TEMPO DE CONVIVENCIA E NÚMERO DE FILHOS. CURITIBA, 2016	49
TABELA 2 -	TABELA 2– CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O TIPO DE VIOLÊNCIA, A VÍTIMA, DENÚNCIAS ANTERIORES E PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA OUTRAS MULHERES. CURITIBA, 2016	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O OBJETO DE PESQUISA	13
1.2	INTRODUÇÃO AO TEMA	15
2	APRESENTAÇÃO DO TEMA	20
2.1	A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RELEVÂNCIAS ESTATÍSTICAS E A INCLUSÃO DOS HOMENS AUTORES	20
2.2	RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA	24
2.3	A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO UMA CONDIÇÃO CRÔNICA DE SAÚDE E SEU ENFRENTAMENTO	28
3	REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	32
3.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	32
4	METODOLOGIA	39
4.1	TIPO DE PESQUISA	39
4.2	CAMPO DA PESQUISA	40
4.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA	41
4.4	OBTENÇÃO DOS DADOS	42
4.5	ANÁLISE DOS DADOS	44
4.6	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	48
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.1	CARACTERIZAÇÃO DE HOMENS ACUSADOS PELA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	49
5.2	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ENTRE HOMENS ACUSADOS POR SUA PRÁTICA ...	51
5.2.1	Categoria 1 – De geração a geração: o propagar da violência na resolução de conflitos familiares	58
5.2.2	Categoria 2 – Sentimentos e comportamentos diante da violência	63
5.2.3	Categoria 3 – Repercussões da violência para o agressor	69
5.2.4	Categoria 4 – O agressor e a sua vitimização	73
6	EM BUSCA DA COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE HOMENS ACUSADOS POR PRÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA	

	AS MULHERES	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
	APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E EVOCAÇÃO	101
	APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA	102
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Evocação de Palavras	103
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Entrevista	105
	ANEXO 1 - CARTA DE AUTORIZAÇÃO/ANUÊNCIA	107
	ANEXO 2 - APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O OBJETO DE PESQUISA

A área da Saúde da Mulher, desde o início da graduação, encantou-me, pois, para mim, representava um campo que eu poderia trabalhar promovendo a saúde da população feminina em todos os âmbitos de suas vidas. Esse encantamento fez minha formação acadêmica ser direcionada a estudos, estágios e pesquisas nessa linha. Após graduada e atuando na docência em curso de Graduação de Enfermagem, tive a oportunidade de inserir-me na disciplina de Saúde da Mulher, quando pude aprofundar-me nessa área e direcionar novos estudos.

Na especialização, trabalhei no planejamento e na implantação de um grupo de mulheres gestantes e, no mestrado, desenvolvi um estudo com mulheres que agendavam o exame preventivo de câncer de colo uterino e não compareciam. Ambas as pesquisas tinham como foco a promoção da saúde das mulheres e visavam à melhoria da assistência de Enfermagem prestada à população feminina.

Ao atuar na assistência como enfermeira de Atenção Básica, pude desenvolver práticas que visavam à promoção da saúde das mulheres, e foi quando mantive contato com os primeiros casos de violência contra as mulheres. Essas experiências levaram-me a refletir sobre essa situação que atinge milhares de mulheres diariamente em todo o mundo. Porém, foi a partir da atuação como docente de Enfermagem em universidades que as inquietações com as mulheres vítimas de violência passaram a fazer parte de minhas pesquisas e intervenções diretas.

No ano de 2006, ao ser admitida como docente efetiva da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, passei a incluir a violência como tema não só na sala de aula mas também nas ações em campo de prática com os acadêmicos. Passei a integrar o Núcleo de Estudos em Violência Urbana (NEVU), que possui uma linha de pesquisa em gênero e violência. A partir disso, orientei trabalhos de conclusão de curso voltados a mulheres vítimas de violência e, deste modo, mais uma vez a temática veio ao meu encontro.

Durante o período de orientação de trabalhos de conclusão de curso, tive a oportunidade de me aproximar/aprofundar/interagir do tema, conhecer a Delegacia da

Mulher de Guarapuava e seu funcionamento, assim como, a delegada titular da época. Como orientadora, acompanhei as graduandas durante as entrevistas com mulheres vítimas de violência perpetrada por companheiros ou ex-companheiros. Essas experiências levaram-me a refletir, gerando novos questionamentos e a necessidade de aprofundamento sobre essa temática.

No ano de 2008, participei do I Simpósio Internacional de Violência e Saúde Mental, na cidade de São Paulo, momento em que foi possível conhecer diversas pesquisas sobre a violência e pude compreender a necessidade e a importância da inclusão do homem nas pesquisas sobre o tema e nas ações voltadas ao seu enfrentamento.

A partir dessa vivência, surgiram novas inquietações e a vontade de ampliar as discussões e ações no âmbito da universidade, bem como das pesquisas realizadas junto ao grupo. Frente ao desejo de ampliar os horizontes das pesquisas para além das vítimas, em um sonho, tive o *insight* de trabalhar com os homens autores dessa violência.

Com o aprofundamento dos estudos sobre o tema, surgiu a oportunidade de desenvolver a tese de doutorado no campo da violência doméstica, com olhar para os homens autores dessa violência. Iniciei minha aproximação com o objeto de estudo desenvolvendo alguns projetos: “Violência Contra a Mulher: análise das publicações brasileiras com enfoque nos agressores”, “Perfil dos Homens detidos por violência contra a mulher”, “Representações Sociais da violência contra a mulher entre acadêmicos de enfermagem” e “A Violência por parceiro íntimo durante a gestação: uma revisão integrativa das publicações”.

O desenvolvimento desses projetos originou a publicação de dois artigos: “*Profile of men who commit violence against women who are arrested in delicto flagrante: contributions to confronting the phenomenon*” e “Violência Institucional em unidades básicas de saúde sob o olhar de usuárias”, em periódicos científicos, além de apresentações em congressos nacionais e internacionais. Esse processo de aproximação e estudos sobre o tema fez emergir o objeto de estudo desta tese, que visou a apreender as representações sociais de homens acusados de violência.

Espero que, com os resultados obtidos, se possa lançar um novo olhar sobre a violência contra as mulheres, no qual o homem autor possa dar voz às suas representações sobre o fenômeno e também ser incluído nas ações para o enfrentamento da violência no âmbito das relações.

1.2 INTRODUÇÃO AO TEMA

Em sua trajetória, o ser humano vivencia uma multiplicidade de acontecimentos que podem marcar a sua história de vida, entre estes destaca-se a violência, um evento de grande impacto para a vida dos envolvidos e gerador de representações sociais que podem ser apreendidas pelo pesquisador.

A violência, em seu sentido mais amplo, pode ser entendida como um fenômeno que transpõe toda a ordem social, independentemente que seja no campo das relações sociais como nas institucionais (OSTERNE, 2006). Ela vem assumindo contornos importantes em nossa sociedade na medida em que não se restringe a determinados locais, classes sociais, gênero ou faixas etárias (SANTOS *et al.*, 2007).

Por ser um acontecimento impactante na sociedade, fazendo parte das conversas e práticas cotidianas das pessoas, pode-se dizer que a violência é, hoje, um objeto social que origina representações sociais (SANTOS *et al.*, 2007). Sua manifestação ocorre por meio de conflitos familiares, interpessoais, sociais e políticos, de modo a causar impacto na vida de todos (BRASIL, 2007). Porém, em decorrência das relações sociais e familiares estabelecidas entre o sexo masculino e o feminino, as mulheres tornam-se as principais vítimas da violência doméstica.

A violência contra as mulheres é reconhecida como um problema baseado nas relações sociais, e assim é definida como todo ato que, baseado nas relações de gênero, cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

De acordo com a legislação brasileira, estabelecida pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a violência contra as mulheres pode ser de natureza física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, e pode ser perpetrada de forma isolada ou concomitante (BRASIL, 2006). Esta forma de violência compreende atos praticados tanto em ambiente público quanto no espaço privado, e pode suceder em diversos contextos do cotidiano das mulheres (SCHRAIBER *et al.*, 2005).

A violência doméstica é um fato cotidiano na vida de uma parcela significativa da população feminina e, de acordo com o apresentado pela Organização Mundial da Saúde, uma em cada seis mulheres já sofreu violência doméstica no mundo (WHO, 2011). No Brasil, a Fundação Perseu Abramo revelou

que uma em cada cinco brasileiras afirmou já ter sofrido alguma forma de violência (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

Pesquisa multicêntrica desenvolvida no Brasil e em outros países como Bangladesh, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Tanzânia, Samoa, Tailândia e Sérvia e Montenegro confirmou que as mulheres adultas jovens com idade de 15 e 49 anos apresentam risco aumentado de sofrer violência doméstica e são as principais vítimas de seus cônjuges (ABRAMSKY *et al.*, 2011).

Em Guarapuava, pesquisa desenvolvida na Delegacia Especial da Mulher (DEM) por Raimondo, Labronici e Laroca (2013), evidenciou que são registrados em média 800 casos de violência contra as mulheres anualmente, e em 64% destes a violência foi praticada por membros da família, principalmente por maridos ou companheiros. Dados similares, também foram destacados em levantamento nacional que apontou 70,1% dos agressores como pessoas da família (WAISELFISZ, 2012a).

No que se refere à mortalidade de mulheres em razão da violência, o Brasil ocupa a sétima posição mundial em número de homicídios femininos, com uma taxa de 4,4 em 100 mil mulheres, ou seja, mais de 12 mulheres são mortas diariamente em nosso país. No estado do Paraná, a taxa é ainda maior com 6,4 (WAISELFISZ, 2012b). Dados desse mesmo estudo destacam que, entre 2008 e 2010, Guarapuava foi o 96º município em número de homicídios femininos, com taxa de 8,2 em 100 mil, bem acima da taxa de 4,4 do Brasil que se encontra em 7º lugar na comparação com 84 países (WAISELFISZ, 2012a). Essa realidade evidencia a gravidade da violência contra essa população em nosso país e, sobretudo, no município onde foi desenvolvida esta pesquisa.

Frente aos elevados índices e aos agravos resultantes, a violência passou a compreendida como um problema de saúde pública, vez que pode provocar morte, lesões, traumas físicos e agravos mentais, emocionais e espirituais (MINAYO, 2006). A regularidade apresentada pelos casos de violência praticada contra as mulheres brasileiras confere a ela um *status* de problema de saúde pública de caráter endêmico a ser combatido e prevenido (BRASIL, 2011a).

Em decorrência da exposição da mulher à violência por longos períodos, bem como pelos seus agravos à sua saúde que, muitas vezes, podem ser irreversíveis, a violência pode se tornar um problema crônico de saúde, propiciando maior procura e utilização das vítimas pelos serviços de saúde, tanto ambulatoriais

quanto hospitalares (SCHRAIBER *et al.*, 2000). Nessa perspectiva, a violência baseada no gênero constitui-se em um fenômeno social que influencia sobremaneira o modo de viver, adoecer e morrer das mulheres (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

A percepção de que a violência é um agravo crônico foi evidenciada em um estudo desenvolvido na cidade de Trujillo, no Peru, o qual evidenciou que as mulheres vítimas percebiam a violência doméstica como uma doença crônica, consciente, previsível e possível de cura, que ocorre na vida cotidiana, sendo transmitida de geração em geração e que têm impacto na vida e na saúde individual e coletiva das pessoas. Essa ideia da violência como doença mostrou-se presente e constituiu um discurso comum entre elas, fato este que pode estar relacionado ao longo tempo que permanecem expostas ao fenômeno (GUZMÁN; TYRREL, 2008).

Apesar da gravidade evidenciada nas situações de violência, uma parcela significativa de mulheres que a sofrem opta por permanecer no convívio com o homem autor, quase sempre motivadas por razões como medo, dependência financeira ou emocional e desejo de preservar a unidade familiar. Dessa forma, a atenção e a prevenção devem incluir não apenas as vítimas, mas também os homens autores dessa violência, que tendem a permanecer no convívio com a vítima e sua família ou a constituir novo círculo de relações com outra mulher.

No que tange à inclusão dos homens autores de violência no processo de enfrentamento, a Lei Maria da Penha, estabelece que o poder público poderá promover centros de educação e reabilitação de agressores, com vistas a atuar na constituição de seu comportamento violento. Dessa forma, a aprovação da referida lei favoreceu a construção de um novo lugar para os debates sobre a atenção à violência, no qual os homens passam a ser incluídos (GRANJA; MEDRADO, 2009; OKABE, FONSECA, 2009).

As intervenções com homens autores de violência, quando integradas a outras ações dirigidas às mulheres, poderão se constituir em uma importante ferramenta para a promoção da equidade de gênero e a erradicação da violência (LIMA; BUCHELE; CLIMACO, 2008). Todavia, a produção científica brasileira voltada aos homens que praticam violência contra as mulheres ainda é escassa e a pesquisa acadêmica tem contribuído pouco para a consideração do homem autor de violência como pessoa, com necessidades de saúde e cuidado (GRANJA; MEDRADO, 2009).

Estudo desenvolvido com homens agressores e não agressores, voltado à compreensão dos atos agressivos destes contra suas companheiras sugere que a ansiedade dos pais, conjugada com práticas educativas inapropriadas na família e crenças sobre a prerrogativa masculina podem contribuir para o surgimento futuro de atitudes agressivas com a parceira (PADOVANI; WILLIAMS, 2011)

Acredita-se que a construção social da masculinidade, baseada em elementos como a agressão, a competência, o reconhecimento social e o respeito por ser uma pessoa poderosa, torna-se um dos grandes fatores para instalação da violência doméstica entre casais, nas quais os homens necessitam deixar claro sua masculinidade na resolução de conflitos conjugais, nem que seja através da agressividade (ÁLVAREZ, 2010).

Dessa forma, estudos voltados às Representações Sociais (RS) dos homens autores de violência podem revelar-se um importante instrumento para a prática dos profissionais de saúde, pois contribuem para a compreensão das diferentes maneiras de situar-se diante deste tipo de conflito, além de fornecer subsídios para o planejamento do cuidado.

As “representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que é ou deva ser” (MOSCOVICI, 2012, p. 55). Para tanto, são um formato de conhecimento organizado e dividido a partir do senso comum de um grupo, que situa seus membros no lugar que compete e possibilita a construção de uma realidade prática permitindo que sujeitos dominem seu mundo social, atribuindo-lhe sentido (RIBEIRO; COUTINHO, 2011).

As RS são “fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social” (JODELET, 2001, p. 21). Assim, pesquisas de representações sociais possibilitam um novo jeito de olhar, apreender e explicar fatos sociais, auxiliando a entender por que as pessoas agem da forma que agem (SILVA; MENANDRO, 2014).

Assim, a inclusão dessa população como objeto de estudos torna-se relevante, vez que permite conhecer o discurso não apenas das vítimas, mas, sobretudo, daqueles que praticam a violência. Tal fato deixará de atribuir apenas à mulher o papel de porta-voz de uma violência que se estabelece na relação de um casal (DEEKE *et al.*, 2009). Desse modo, possibilitará a apreensão de questões subjetivas que entremeiam as situações de violência doméstica, na visão dos autores de violência, podendo fornecer subsídios essenciais para elaboração de

políticas de atenção, prevenção e enfrentamento à violência (MADUREIRA *et al.*, 2014).

A aproximação com a temática de homens autores de violência conduziu-me à seguinte inquietação: Quais são as representações sociais sobre violência conjugal de homens acusados no contexto da Lei Maria da Penha?

Diante do que se expôs, a presente pesquisa tem o seguinte objetivo: apreender as representações sociais da violência conjugal na perspectiva de homens acusados.

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RELEVÂNCIAS ESTATÍSTICAS E A INCLUSÃO DOS HOMENS AUTORES

A violência é uma prática social que trafega no meio do biológico e do social, e torná-la natural constitui condenar a vida humana à copiosa brutalidade. Ela é definida fundamentalmente por duas propriedades que são: a intencionalidade da ação e a negação da alteridade humana (RUIZ, 2014).

Considerando-se um significado amplo e geral, a violência é compreendida como um fenômeno que acompanha a humanidade desde o seu princípio e está no cerne da organização da própria história humana. É percebida como uma ação codificada, sob controle dos valores e da visão de mundo dos indivíduos que se estabelecem socialmente (OSTERNE, 2006). Esse fenômeno não é uma marca da sociedade atual, porém, a cada período, se mostra de maneiras e em situações diversas (LEVISKY, 2010).

Independentemente do período da história da humanidade em que se busquem situações de violência, é possível identificar que a forma utilizada para a resolução dos conflitos interpessoais foi o que gerou essas situações.

Para Leme (2004, p.367):

a resolução do conflito interpessoal é uma situação que mobiliza conjuntamente recursos cognitivos e afetivos, facilitando a compreensão de como estes aspectos interagem na regulação da conduta. Os conflitos interpessoais, aqui entendidos como situações de interação social de confronto, desacordo, frustração, etc., e que são, portanto, desencadeadoras de afeto negativo, podem ser resolvidos de maneira violenta ou pacífica, dependendo, justamente, dos recursos cognitivos e afetivos dos envolvidos, e dos contextos sociais em que ocorrem.

Desse modo, quando se fala da violência que acontece dentro da família, entre seus membros, também precisa-se discutir as formas de resolver essa situação, como é o caso da violência contra as mulheres, pois, de acordo com Scheren *et al.* (2014), homens e mulheres têm maneiras diferentes de utilizarem os estilos de resolução de conflitos. Isso é reflexo de como pais e responsáveis vêm trabalhando com seus filhos e filhas a forma escolhida para resolver os conflitos, pois geralmente meninos têm maior liberdade para propagar agressividade, já as

meninas, na maioria das vezes, padecem de desaprovação quando atuam de modo não submisso (LEME, 2004).

Homens e mulheres sofrem violência, contudo o grupo das mulheres vivencia, constantemente, diversos tipos de violações e ataques físicos, verbais e sexuais perpetrados por parceiros ou ex-parceiros, familiares, amigos, desconhecidos, por instituições públicas e até mesmo pelo estado (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014).

Com o intuito de acabar com a violência doméstica, no ano de 1993 a Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a mulher, descreve o conceito de violência contra as mulheres. Assim, violência contra as mulheres é entendida como todo ato fundado no fato de pertencer ao sexo feminino e que tenha ou possa ter como resultado um dano ou um sofrimento físico, sexual ou social para a mulher, assim como a ameaça de tais atos, a coação ou privação da liberdade, tanto se acontecida na vida pública quanto na vida privada (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Sendo assim, a violência contra as mulheres compreende atos praticados em ambiente público ou privado e em diversos contextos do cotidiano (SCHRAIBER *et al.*, 2005). Essa violência praticada contra as mulheres pode ser caracterizada, de acordo com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), das seguintes formas:

- I – A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II – A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III – A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV – A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

É importante salientar que, apesar de a Lei Maria da Penha apresentar essa divisão de formas de violências, elas podem acontecer de maneira articulada e concomitante. É um mal que acomete uma parcela considerável de mulheres causando às vítimas agravos em vários aspectos de sua vida, e as estatísticas desse fenômeno são apresentadas em estudos nacionais e internacionais. No entanto, no que tange às várias formas de violência, alguns números mostram a situação da violência contra as mulheres a partir de diferentes realidades.

Estudo realizado em serviços públicos de saúde da grande São Paulo apontou que 60,6% das mulheres entrevistadas, de um total de 1922 usuárias, sofreram algum tipo de violência por parceiro íntimo (VPI) em algum momento da vida, e destas 52% psicológica, 40,5% física, e 20,4% sexual. A combinação de violência psicológica com física foi de 19,1% (DURAND; SCHRAIBER, 2007).

Estudo desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo, no ano de 2010, com 2.365 mulheres e 1.181 homens acima de 15 anos, evidenciou que 8% dos homens afirmaram já ter batido na mulher ou namorada pelo menos uma vez. Entre as mulheres pesquisadas, 18% relataram ter sido vítimas de violência praticada por um homem em algum momento da sua vida. Já entre os homens, 48% referiram saber de amigos que já praticaram violência contra uma mulher e 25% saber de familiares que também já praticaram este ato (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

O município de Guarapuava, que fica na região central do estado do Paraná, mostra, com base nos Boletins de Ocorrência (BO) lavrados na Delegacia da Mulher entre setembro de 2005 e setembro de 2007, que a violência psicológica foi a que teve maior prevalência com 48,52%, seguida da física com 33,81%, e os principais agressores foram os familiares (FERRAZ; LABRONICI, 2009).

Estudos apontam o companheiro ou ex-companheiro como o principal agressor nos casos de violência contra mulher (BRASIL, 2011b; VENTURI; RECAMÁN, 2004; ACOSTA, 2003), fato que torna seu desvencilhamento muito mais difícil e delicado, razão pela qual é considerado um fenômeno complexo. É um mal que acomete uma parcela considerável de mulheres desde muito cedo e se perpetua ao longo de todos os ciclos da vida, denotando um dos lados mais cruéis desse fenômeno.

Acredita-se que esses números são apenas uma pequena parte da real situação da violência contra mulher no Brasil, pois, segundo estimativa do Ministério da Saúde, somente 10% das mulheres registram ocorrência da violência sofrida, resultando em subnotificação de 90% (BRASIL, 2007).

Entre as diversas formas de violência em que o homem pode se envolver, a violência doméstica apresenta-se como uma das que mais tem provocado discussões e preocupações em vários segmentos da sociedade, inclusive na saúde.

Durante muito tempo, os homens não eram considerados prioridade nas políticas públicas de saúde. Esse cenário vem, aos poucos, sendo modificado em virtude das discussões e novos olhares lançados sobre a saúde masculina que culminou no desenvolvimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (CAMARGO *et al.*, 2011).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem recorre aos três eixos apresentados nos estudos sobre a saúde do homem: violência, tendências à exposição a riscos com consequências nos indicadores de morbimortalidade e saúde sexual e reprodutiva. Nessa Política, a violência é identificada como um fenômeno multicausal complexo, com raízes em fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e psicobiológicos, razão pela qual, requer práticas em diferentes níveis. O homem é percebido de forma mais vulnerável à violência, tanto como autor e como vítima (BRASIL, 2008).

No que concerne à produção de conhecimento sobre o tema em foco, uma revisão da literatura realizada na base de dados SciELO utilizando as palavras “violência” e “homem”, obteve-se como resultado 47 artigos. Em seguida, optou-se pelo refinamento da busca, estipulando o período de dez anos (2005 a 2014), o que resultou em 41 artigos selecionados para a leitura dos resumos. Após essa leitura, restaram 11 artigos que tratavam de violência contra as mulheres e traziam o homem autor de violência como sujeito de pesquisas.

Entre os artigos eleitos na revisão, dois abordavam o perfil dos homens autores de violência, oito tratavam da dinâmica e dos motivos para a violência e um da relação entre a violência doméstica e as ideias e práticas que constroem socialmente o homem. Destaca-se o estudo de Silva, Coelho e Moretti-Pires (2014), que realizaram uma revisão sistemática com o objetivo de analisar o perfil dos homens envolvidos em situação de violência contra suas parceiras íntimas, tendo como resultado, 33 artigos. Salienta-se que a revisão compreendeu o período de

2000 a 2010 como intervalo, e a de busca abrangeu as bases LILACS, MEDLINE e SciELO.

2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

Tratada como um problema de desigualdade cultural, a construção social, psicológica e cultural do gênero está em foco em estudos sobre as mulheres nas últimas décadas, ao mesmo tempo, os conceitos que consideram a superioridade masculina passaram a ser considerados antiquados (BRUNS; SOUZA-LEITE, 2010).

No decorrer da trajetória histórica, o pensamento feminista utilizou três abordagens de gênero: a primeira tenta explicar o patriarcado; a segunda propõe uma solução pautada em sistemas duais compostos pelo domínio do patriarcado e do capitalismo. A terceira inspira-se em escolas de psicanálise com a finalidade de esclarecer como a identidade de gênero é produzida e reproduzida (FONSECA, 2008).

Santos e Izumino (2005) relatam sobre três correntes teóricas que abordam a violência (a dominação masculina, a dominação patriarcal e a relacional). Na dominação masculina, a violência contra as mulheres é interpretada como a dominação da mulher pelo homem, que resulta na anulação da autonomia feminina. A dominação patriarcal aborda a violência como expressão do patriarcado, na qual a mulher é um sujeito social autônomo, historicamente vitimada pelo controle social masculino. Na corrente relacional, a violência é interpretada como uma forma de comunicação, e a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” da situação.

No modelo patriarcal, o homem é detentor do poder, e a ordem de gênero imposta por esse modelo é assegurada por familiares, mesmo na sua ausência. Essas pessoas exercem a função patriarcal, passam a ter o domínio de impor a conduta das categorias socialmente nomeadas e são dignas de tolerância da sociedade, inclusive para castigar as pessoas que não seguem as normas impostas (SAFFIOTI, 2001).

SCOTT (1989) aborda o gênero para designar as relações sociais entre os sexos como uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Para a autora, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças

percebidas entre os sexos, e é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Gênero pode ser definido como um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas, de forma diferenciada, de acordo com o sexo (SOUTO; BRAGA, 2009, p.2).

Enquanto categoria, o gênero auxilia a compreender como são utilizados os conceitos de feminino e masculino, levando a entender e explicar como os indivíduos realizam a articulação destes conceitos, de acordo com interesses, relações e situações em que se inserem (NANJARÍ, 2009).

Em nível individual, pensar nas relações de gênero implica considerar o corpo (constituições sexuais anatômicas e metabólicas), a cabeça (desejos, autorrepresentações sexuais, identidades) e as práticas sexuais (escolhas sexuais) e, em nível sociocultural, entender como as sociedades estruturam as relações sexuais e de gênero (TAQUETTE, 2007).

A categoria gênero implica a constituição histórica das relações sociais entre os sexos, distinguindo o sexo biológico do sexo social. O sexo social, historicamente constituído, é fruto das relações sociais entre homens e mulheres e precisa ser percebido como componente indispensável destas relações, nas quais as diferenças são tidas como naturais e inquestionáveis (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

A partir do conceito de gênero, pode-se desmascarar a interpretação de que “as coisas são como são porque é natural que assim seja”. O gênero é um conceito que permite compreender de que modo a sociedade opera a construção do masculino e do feminino em relação a uma diferença sexual (NANJARÍ, 2009).

O conceito de sexo aborda diferenças anatômicas e fisiológicas das genitálias feminina e masculina, ao mesmo tempo que o gênero é um conceito das Ciências Sociais, utilizado como referencial teórico para análise e compreensão da desigualdade entre o que é atribuído à mulher e ao homem e como esta desigualdade é construída cultural e socialmente é baseada nas diferenças entre as características físicas dos homens e das mulheres (GOMES, 2007).

A estrutura das sociedades e suas dinâmicas transformam as diferenças sexuais em desigualdades sociais e estas abrem as portas para uma série de comportamentos relacionados ao domínio e ao poder do homem sobre a mulher, e

acabou por legitimar a discriminação e a prática da violência contra o gênero feminino (TELES, 2006).

As diferenças instituídas entre homens e mulheres, ao longo da história culminaram em relações de poder, e estas contribuem para a prática da violência (SOUTO; BRAGA, 2009). A determinação de gênero estabelecida socialmente pautou a subordinação feminina e o domínio masculino abrindo portas para uma série de comportamentos agressivos (BOURDIEU, 2007).

A expressão “violência de gênero”, surgida na década de 1990 é usada para instituir agressões e abusos decorrentes dos conflitos de gênero e da forma de lidar com eles, expressando a radicalização nas disparidades existentes entre homens e mulheres (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014). A violência de gênero envolve situações de agressões vivenciadas por homens e mulheres. Se alicerçam socialmente nas relações entre eles, a partir das distinções de poder que tais indivíduos apreendem e executam nas relações que estabelecem (COUTO; SCHRAIBER, 2011).

A desigualdade de gênero compõe uma das grandes incoerências da sociedade que se conserva ao longo da história da civilização e tem alocado as mulheres em um lugar social de sujeição. Essa desigualdade tem como uma de suas extremas formas de manifestação a violência contra as mulheres, que é consequência da assimetria de poder que se demonstra em relações de força e dominação. Assim, a violência fundamentada no gênero tem se tornado um fenômeno social que influencia a maneira de viver, adoecer e morrer das mulheres (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

A violência de gênero é estruturada social, cultural, econômica e politicamente, a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, status, e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política (TAQUETTE, 2007).

A violência de gênero abrange as relações entre homens e mulheres, encontrando-se, em última instância, sedimentada nas estruturas de poder e de posse, inerentes ao poder patriarcal, exercido majoritariamente pelos homens e que resulta, em grande parte, da condição de subordinação vivida pelas mulheres (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011, p. 399).

Segundo Saffioti (2001), violência de gênero é um conceito amplo e abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Na função patriarcal que exercem, segundo a autora, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais citadas, sendo destinada a eles a tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Desse modo, a desigualdade de gênero constitui uma contradição que se mantém ao longo da história da sociedade, colocando as mulheres em situação de subordinação. Essa desigualdade constitui a violência contra as mulheres, que nada mais é que a assimetria do poder (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

A violência contra as mulheres caracteriza-se como um problema social porque as consequências ultrapassam o prisma individual para ser um grave problema de saúde pública, tendo em vista a magnitude de sua incidência, assim como seus efeitos prejudiciais sobre a saúde e a vida (VIEIRA, 2012).

Considerando os aspectos sociais, culturais e históricos que envolvem a trama da violência, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará/ONU considera a violência contra a mulher como: “todo ato baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como privada” (BRASIL, 2005, p.1).

Assim, a violência contra as mulheres não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno que ocorre no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento. O reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribui para sua exacerbação (BRASIL, 2011a).

O enfrentamento da violência contra as mulheres demanda que sejam realizadas ações conjuntas que integrem diversos setores da sociedade, entre eles a saúde, segurança pública, justiça, educação, serviço social e outros. É mister propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero, que interfiram nos padrões sexistas e machistas ainda presentes na sociedade brasileira (BRASIL, 2011a, p. 5).

O desenvolvimento de pesquisas que busquem investigar as particularidades socioculturais desse tipo de violência, baseadas no referencial de

gênero e na visão dos homens pode ser um caminho que propicie a promoção da saúde de homens e mulheres envolvidos no fenômeno da violência contra a mulher (COUTO; SCHRAIBER, 2011).

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO UMA CONDIÇÃO CRÔNICA DE SAÚDE E SEU ENFRENTAMENTO

As consequências da violência sofrida pelas mulheres são graves em função dos expressivos custos e da alta procura das vítimas pelos serviços de saúde para o tratamento, não apenas dos traumas físicos, mas de todas as alterações provocadas em seu perfil de saúde-doença (OKABE; FONSECA, 2009).

Frente ao exposto, a violência surge como um problema de saúde que afeta o indivíduo provocando morte, lesões, traumas físicos e agravos mentais, emocionais e espirituais, diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades. Dessa forma, apresenta novos problemas para o atendimento preventivo e curativo e gera a necessidade de uma readequação na organização tradicional dos serviços de saúde. Fato que corrobora para uma atuação mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada, dirigida às necessidades dos cidadãos (MINAYO, 2006).

Para pôr em prática o que prevê a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem que afirma que a atenção a ele deve ver o processo da violência de forma sistêmica, lançando o olhar ao agressor de maneira que perceba sua vulnerabilidade aos fatores que geram a violência, de modo que a intervenção ocorra previamente sobre as causas e não somente em sua reparação (BRASIL, 2008).

Corroborando com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ao mesmo tempo em que contempla medidas protetoras voltadas às vítimas e acentua a punição dos agressores, estabelece que o poder público poderá promover centros de educação e reabilitação de agressores, com vistas a atuar na constituição de seu comportamento violento. Desta forma, a aprovação da referida lei favoreceu a construção de um novo lugar para os debates sobre a atenção à violência, onde os homens autores passam a ser incluídos (LIMA; BUCHELE, 2011).

Contemplar a violência nessa direção significa uma inovação no campo da saúde, tendo em vista o direcionamento do olhar em duas perspectivas: a primeira

contempla a inclusão, nas atividades de educação em saúde, de novos aspectos que revelam a violência no plano do vivido pelos sujeitos para o campo da intervenção em saúde; a segunda inovação direciona para a possibilidade de aumento de atividades com os homens no que tange a promoção à saúde e à cultura de paz (COUTO; SCHRAIBER, 2011).

No Brasil, apesar do Artigo 35 da Lei Maria da Penha, que no seu inciso V diz que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover centros de educação e de reabilitação para os agressores, poucos são os locais que possuem esse tipo de serviço como Redes de Apoio ao controle e prevenção da violência contra a mulher perpetrada por companheiros e ex-companheiros e nos municípios que possuem algum tipo de atendimento ao agressor, na sua maioria, são vinculados a organizações não governamentais (LIMA; BUCHELE, 2011; TONELI, 2007; OBSERVE, 2011).

Na Europa, os primeiros programas de intervenção para homens que praticam violência contra as mulheres começaram há aproximadamente 25 anos. Estudo realizado em 2006 e 2007 pesquisou 170 programas distribuídos em 19 países da União Européia tendo como principal objetivo promover o intercâmbio e o diálogo entre os programas a fim de propiciar a padronização das metodologias, conteúdos e critérios de qualidade (GELDSCHLÄGER *et al.*, 2010).

A violência precisa ser percebida e tratada como uma questão de saúde, que necessita de ações preventivas para reduzir sua incidência e prevalência nas populações (COUTO; SCHRAIBER, 2011). Dessa forma, a interpretação do processo saúde-doença pode guiar e contribuir com a constituição de práticas de saúde e enfermagem mais sensíveis e condizentes com as reais necessidades das vítimas e nas quais os agressores sejam integrantes do processo de cuidado (MATTOS; MARUYAMA, 2009).

Sendo assim, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em 1985, na cidade de São Paulo. Ela surgiu a partir da demanda criada pelos movimentos feministas e por mulheres que exigiam atuações mais contundentes do Estado em relação à violência contra as mulheres. Violência esta que os movimentos sociais de mulheres afirmavam ser tratada com falta de atenção e também com tolerância pelo sistema de justiça criminal, especialmente os homicídios expostos como passionais e a violência doméstica e sexual (BRASIL, 2010).

As DEAMs são um ponto marcante da luta feminista no combate à violência contra as mulheres, vez que consolidam que esse tipo de violência seja considerado como um crime e que o Estado seja responsabilizado no que tange à criação e implantação de políticas que busquem o combate deste fenômeno (SOUZA; CORTEZ, 2014).

De acordo com a Norma Técnica de Padronização das DEAMs, esse tipo de delegacia tem como função investigar os diversos crimes perpetrados contra mulheres pelo simples fato de serem mulheres, e no imaginário feminino, simbolicamente, é um local que garante os direitos e o acesso à justiça. Este é o primeiro lugar onde a mulher procura o acolhimento para suas queixas e denúncias, sendo essencial a compreensão deste papel simbólico para tratar com a complexidade da violência contra a população feminina (BRASIL, 2010).

Estudo realizado com usuárias de serviços públicos de saúde em São Paulo estimou que 20% das mulheres entrevistadas, que já engravidaram, tiveram alguma situação de VPI durante a gestação (DURAND; SCHRAIBER, 2007). Essa realidade pode causar ainda mais danos à saúde da mulher que, além da violência que a afeta diretamente, vem a causar não só danos ao filho que está gerando mas também o surgimento de mais riscos para a gestação, o que afeta o binômio mãe-filho.

A violência abala as mulheres que tem sua autoestima diminuída, levando ao sofrimento psicológico não apenas da vítima, mas também de outras pessoas que convivem no contexto da violência, especialmente os filhos. A violência psicológica pode ser o ponto inicial para a violência física, tendo um início mais discreto e sutil, que com o passar do tempo toma formas mais agressivas (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Essa situação pode se tornar crônica levando as mulheres a utilizarem os serviços de saúde de maneira mais intensa, tanto os ambulatórios quanto os hospitais, não sendo registrada nos prontuários a violência sofrida. Ainda são prescritos analgésicos e tranqüilizantes com maior freqüência, bem como mais encaminhamentos para serviços de saúde mental para estas mulheres que vivenciam a violência, mesmo não havendo registro de diagnóstico (SCHRAIBER *et al.*, 2000).

No que se refere à saúde reprodutiva, a mulher vítima de violência apresenta maiores taxas de dores pélvicas crônicas, DST/AIDS e doenças pélvicas inflamatórias, gravidez indesejada e aborto (HEISE, 1994).

Outro ponto que deve ser levado em consideração são os gastos gerados por esta violência que impulsionam maiores custos financeiros devido à maior procura pelos serviços de saúde, principalmente na atenção primária (ULBRICH *et al.* 2003; SCHRAIBER, *et al.*,2010).

Segundo Coker *et al.* (2004), mulheres vítimas de violência física por parceiro íntimo, no último ano, têm um risco três vezes maior de despesas acima das médias frequentes com consultas médicas, medicamentos, gastos hospitalares e gastos totais com saúde se comparado àquelas sem violência por parceiro íntimo. Ainda no que se faz referência aos custos com assistência em função da violência contra as mulheres, estudo desenvolvido por Ulrich *et al.* (2003) mostra um aumento entre 1,6 e 2,3 vezes, entre vítimas com 18 anos ou mais.

Sendo assim, organizações profissionais e organismos internacionais vêm se empenhando para que os serviços de saúde fiquem mais atentos e conscientes da violência doméstica que vem oculta nas demandas de saúde (SCHRAIBER, 2000).

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu a partir do estudo *La Psychanalyse: Son image et son public* de Serge Moscovici, publicado em 1961, na França. Teve como base os fundadores das ciências sociais, em especial Durkheim, um dos criadores da sociologia moderna. Devido a sua aproximação com a sociologia, a teoria de Moscovici, é comumente considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social (FARR, 2013).

Denise Jodelet, quando fala do histórico da pesquisa no campo da representação, salienta a relação existente entre a ciência e a sociedade com essa área de estudo, pois quando Moscovici retoma o conceito de Durkheim, não visava apenas a um ponto de vista crítico, e sim a uma finalidade construtiva: “dar à Psicologia Social objetos e instrumentos conceituais que permitissem um conhecimento cumulativo, em contato direto com as verdadeiras questões colocadas pela vida social” (JODELET, 2001, p. 28).

Dessa forma, quando Moscovici substitui representações coletivas por representações sociais, está atualizando a ciência social, adaptando-a ao mundo moderno. A teoria coopera para o entendimento dos fenômenos coletivos, haja vista a escolha por Durkheim, estudioso tradicional neste tipo de pesquisa, ajudando a avaliar que a teoria seja uma forma sociológica, e não psicológica, de Psicologia Social (FARR, 2013).

Optar pelas representações sociais como referencial teórico se faz necessário, vez que, de acordo com Moscovici, trata-se de uma maneira de reconhecer as questões levantadas pelos sujeitos da pesquisa, bem como propiciar a interpretação de uma realidade comum em um dado grupo social (MOSCOVICI, 2010). Em sua essência, uma representação social é um saber prático que orienta a ação e se expressa de forma simbólica dentro de grupos específicos ou mais gerais (CAVALCANTE; GOMES; MINAYO, 2006).

As representações sociais são entidades quase palpáveis que cercam, entrelaçam-se e concretizam-se sucessivamente por meio da fala, do gesto, do encontro no dia a dia. Impregnam a grande parte das relações sociais executadas, objetos produzidos e consumidos e comunicações realizadas, correspondendo ao

conteúdo simbólico que entra na criação e à prática que produz tal conteúdo. Logo, a representação social é a “preparação para a ação”, pois, além de guiar condutas, remodela e reconstitui os elementos do ambiente no qual a conduta deve se dar. Ainda, permite dar significado à conduta, agregá-la numa rede de relações ligada ao objeto, provendo, simultaneamente, os conhecimentos, as teorias e as observações que possibilitam que as relações sejam plausíveis e eficazes (MOSCOVICI, 2012).

Para Jovchelovitch (2011), as representações não são um reflexo do mundo “lá fora” e nem mesmo, exclusivamente, elaborações intelectuais de indivíduos singulares; são trabalho simbólico que surge das inter-relações entre Eu, Outro e objeto-mundo e que têm a capacidade de dar significado, de estabelecer significado e de criar realidade.

Destarte, a teoria das representações sociais é essencialmente uma teoria acerca da constituição social percebida a partir de dois significados: primeiro, as representações são estabelecidas socialmente por meio de falas públicas nos grupos, isto é, a decorrência de procedimentos como prática social surge a partir da maneira como os indivíduos refletem sobre eventos “reais e imaginários” do seu mundo, ou seja, a noção que os indivíduos possuem do seu universo, segundo, o grupo que institui esse conhecimento (WAGNER, 2000).

Os grupos sociais elaboram informações próprias ao longo da sua história e sob o reflexo das diferentes relações que estabelecem. Nesse processo, sua identidade se constrói e adquire especificidade. Entretanto, quando os elementos da identidade coletiva são questionados ou subestimados, um novo processo tem início e leva ao surgimento de novas representações sociais (ARAUJO, 2008).

As Representações Sociais são elaboradas na relação dos indivíduos em seu grupo social, na ação no espaço coletivo comum a todos, sendo assim, diferente da ação individual. O espaço público é o lugar no qual o grupo social pode desenvolver e sustentar saberes sobre si próprio e consensuais, ou seja, as representações sociais (MOSCOVICI, 1978). Elas são fruto de um processo atuante desencadeado pelas ações coletivas dos indivíduos, mas implicam em um reflexo nas relações estabelecidas dentro e fora do grupo, no encontro com outros indivíduos ou outros grupos sociais. Dessa forma, a ação dos indivíduos é caracterizada pelas representações sociais que seu grupo elaborou (ARAUJO, 2008).

Os sujeitos que compõem um grupo social constroem o objeto representado, conferem-lhe sentido e realidade, pois a representação social é continuamente uma coesão entre o que os indivíduos pensam e a maneira como agem. Desse modo, uma representação vai muito além de uma imagem estanque de um elemento no pensamento dos indivíduos, ela envolve sua conduta e prática interativa de um grupo, ou seja, é concomitantemente uma teoria a respeito do conhecimento representado e uma teoria a respeito da construção do mundo (WAGNER, 2000).

A teoria das representações sociais parte da diversidade dos indivíduos, de suas atitudes e fenômenos, considerando sua estranheza e imprevisibilidade, para tentar descobrir de que forma indivíduos e grupos podem construir um mundo estável e previsível. Nesse sentido, as representações estão relacionadas a um pensamento preexistente, que envolve crenças, valores e imagens. As representações se relacionam às opiniões de determinados grupos ou classes sociais, que definem sua realidade a partir do conhecimento já existente, no qual criam significações e novos comportamentos (MOSCOVICI, 2010).

Desse modo, as representações têm por finalidade transformar o não-familiar em familiar, e essa relação, diz respeito ao universo consensual no qual os grupos sociais se inscrevem. Trata-se de uma dinâmica de familiarização, na qual os objetos, pessoas e acontecimentos são compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Nas representações sociais, as pessoas procuram compreender o que parece estranho à sua compreensão, podendo ser um acontecimento, uma doença, um comportamento (MOSCOVICI, 2010).

Para que as pessoas possam compreender esses fatos, surge a principal tarefa das representações, a construção de visões de mundo. Isso ocorre quando são estabelecidos princípios de noções comuns que vão além da procura da proposição de um referencial para conduzir a comunicação, a coordenação da ação e a interpretação dos acontecimentos em questão, e também propagam de maneira eficaz os planos e as identidades de atores sociais e as inter-relações que eles constroem (JOVCHELOVITCH, 2011).

Portanto, as representações sociais são fenômenos peculiares que têm relação com a maneira particular de compreender e de se comunicar o que já é de conhecimento que precisam ser apresentados e esclarecidos, uma maneira que institui tanto o fato como o senso comum. Ainda, a representação coincide toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2010).

Por conseguinte:

Entender que a representação é social orienta nossa análise para a consideração dos contextos sociais concretos onde as representações são formadas e para a natureza da comunicação que as torna possíveis. A formação da representação é uma tarefa pública, um processo contexto-dependente vinculado às condições sociais, políticas e históricas que configuram contextos determinados (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 36).

As representações sociais são elaboradas a partir de dois processos fundamentais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação admite transformar um esquema conceitual em real bem como trocar uma imagem por uma equivalência material, implicação que tem inicialmente uma abrangência cognitiva (MOSCOVICI, 2012). O processo de objetivação considera as formas através das quais um conceito é objetivado, ou um fenômeno é pensado de forma objetiva e se torna expressão de uma realidade vista como natural (ORDAZ; VALA, 2000).

Diz-se que objetivar é definir o vasto número de significados pela concretização, guardando distância em relação a eles; é, também, transferir, no nível da observação, o que era só dedução ou símbolo. As imagens deixam de ser entendidas como artigos da atividade mental de alguns espíritos, e sim como representações de fatos que acontecem no exterior. O conhecido é substituído pelo percebido e a distância entre a ciência e o real é suavizada, o que era particular de um conceito é indicado como atributo de sua equivalência no real (MOSCOVICI, 2012, p. 101).

O processo de objetivação, ajuda na explicação da estruturação das representações, fato informado por Moscovici e instruído e enriquecido por outros autores. A objetivação é dividida em três fases: construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização. Especialmente as duas primeiras fases revelam a implicação da comunicação e das forças, ligadas à pertença social das pessoas, a respeito da preferência e da disposição dos meios essenciais da representação (JODELET, 2001, p. 38). Então, “naturalizar e classificar são duas operações essenciais da objetivação. Uma torna o símbolo real, a outra dá à realidade um ar simbólico” (MOSCOVICI, 2012, p. 103).

Já a ancoragem é o processo de mudar o que é estranho e perturbador em nosso mundo privado em algo padrão, que consideramos ajustado (MOSCOVICI, 2010). É um processo de transformar o que não é familiar em familiar e determinar

as maneiras que as representações sociais, uma vez instituídas, tornem-se socialmente funcionais (ORDAZ; VALA, 2000).

Ancorar sugere que a sentença é prioritária em relação ao julgamento e à qualidade sobre o sujeito, ou seja, não se pode afirmar que se conhece um sujeito ou que o compreende, isto é, que irá descobrir que tipo de indivíduo ele é, a que categoria faz parte e assim por diante (MOSCOVICI, 2010).

Para Jodelet (2001), a ancoragem, interfere durante o processo de constituição das representações, garantindo sua inclusão ao social. Se, por um lado, a ancoragem arraiga a representação e seu objeto numa trama de significados que admite posicioná-los em relação aos valores sociais e dar-lhes conexão. Por outro, ela serve para instrumentalizar o conhecimento, aferindo-lhe uma importância funcional para a interpretação e a gestão do ambiente. Desse modo, a objetivação tem sua sequência.

Logo, a ancoragem e a objetivação, processos generativos e funcionais, possibilitam que, em distintos graus de complexidade, acerquemo-nos das representações. Assim, desde a palavra até a teoria, dos conceitos até pensamentos orientados à comunicação e à ação, é possível explicar de forma igual e ao mesmo tempo o caráter concreto e abstrato das representações e de seus elementos, que possuem um código composto de fenômenos apreendidos e de conceito. Este código liga ao evento de que o pensamento social se dirige a acontecimentos palpáveis da prática social e deve conservar-se vivo na sociedade, ser um pensamento em imagem (JODELET, 2001).

O êxito dessa teoria mostra a renovação da afeição pelos fenômenos coletivos e mais precisamente pelas normas que conduzem o pensamento social. Torna-se essencial estudar o pensamento “ingênuo” e o “senso comum”. Assimilar a “visão de mundo” que as pessoas ou os grupos apresentam e empregam para atuar e para posicionar-se é imprescindível para apreender a dinâmica das interações sociais e esclarecer os determinantes das práticas sociais (ABRIC, 2000).

Sá (1996) considera ser apropriado ponderar que a teoria das representações sociais seja uma “grande teoria” psicossociológica e que a teoria do núcleo central comporia uma abordagem complementar. Sendo assim, a teoria do núcleo central necessita apresentar definições mais delineadas de certas conjecturas, bem como elucidações de seu andamento, que se apresentem ajustadas com a teoria geral.

A teoria do núcleo central foi sugerida pela primeira vez, dentro do conjunto de pesquisa experimental, em 1976, através da tese de *Doctorat d'État* de Jean-Claude Abric – *Jeux, conflits et représentations sociales* – na *Université de Provence*, sob desenho de uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais (SÁ,1998).

Essa hipótese foi chamada de núcleo central, podendo ser estabelecida a partir de: a disposição de uma representação proporciona uma modalidade específica, exclusiva; as informações da representação são as únicas a serem hierarquizadas, e, além disso toda representação está disposta em torno de um núcleo central, constituído por um ou vários elementos que determinam seu sentido a representação (ABRIC, 2001).

É imperativo dizer que essa teoria não almeja suprir o enfoque teórico primeiro e sim conceder um conjunto de suposições que contribua. Sendo, de fato, uma teoria menor do que a grande teoria, mas também, um dos maiores reforços atuais ao aprimoramento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais (SÁ,1998).

A teoria do núcleo central recupera amplamente as avaliações de Moscovici. Acredita-se que o núcleo central é o elemento basilar de toda representação estabelecida, podendo ir mais à frente do simples padrão de objeto da representação para localizar inteiramente sua procedência em valores que o excedem e que não precisam nem de aspectos figurativos, nem esquemas e nem mesmo de concretização (ABRIC, 2001).

Segundo Abric (2001) esse é o componente essencial da representação, visto que define o significado e a disposição da representação. O núcleo central – o núcleo estruturante – de uma representação assegura duas funções essenciais:

Função geradora – é o elemento que mediante o qual se cria, se transforma, a significação de outros elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor;
 Função organizadora – é o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem, entre si os elementos da representação. Neste sentido, ele é o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 2001, p. 20).

Essas funções explicitam a característica de estabilidade do núcleo central, sendo esta qualidade, responsável por possibilitar a assimilação das diferenças fundamentais entre as representações (SÁ, 1998).

Esse núcleo central é composto por um ou vários elementos que, na estrutura da representação, estão dispostos em uma localização distinta, assim eles é que dão o sentido à representação. Isso é definido um tanto pela natureza do objeto representado e outro tanto pela relação que o sujeito – ou grupo – conserva com o objeto, e por fim pelo sistema de valores e normas sociais que compõem o meio ideológico do período e do grupo (ABRIC, 2001).

Os elementos periféricos organizam-se ao redor do núcleo central, constituindo o essencial do conteúdo da representação, que são seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos.

Ainda compõem a interconexão entre o núcleo central e a situação concreta em que se elabora ou funciona a representação e respondem por três funções primordiais: função de concretização – diretamente dependente do contexto, os elementos periféricos resultam da ancoragem da representação na realidade; função de regulação – mais flexíveis que os elementos centrais, os elementos periféricos desempenham um papel essencial na adaptação da representação às evoluções do contexto; função de defesa – o núcleo central resiste às mudanças, pois sua transformação causa uma desordem completa (ABRIC, 2000; ABRIC, 2001).

As Representações Sociais são percebidas enquanto possibilidade de compreensão do fenômeno da violência e é impossível compreender esse fenômeno sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são o conteúdo por excelência das representações sociais (PORTO, 2006).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de pesquisa de cunho qualitativo, alicerçada na Teoria das Representações Sociais. Essa escolha metodológica deve-se ao fato de a pesquisa qualitativa voltar-se para a compreensão do universo dos significados da realidade social, e responde questões muito particulares e não quantificáveis (MINAYO, 2012). Permite, também, conhecer detalhes, particularidades e generalidades, revelando os fenômenos que se situam próximo da prática e da disciplina (CUESTA-BENJUMEA, 2010).

A pesquisa qualitativa estimula a enfermagem a ir além dos aspectos fisiológicos e patológicos da doença, centrando-se na subjetividade que a envolve e na percepção dos sujeitos que a vivenciam (BAPTISTA; MERIGHI; FREITAS, 2011). Ao considerar a complexidade e a diversidade humana, ela expande as perspectivas da Enfermagem e a conduz para um olhar diferenciado de sua prática profissional (LACERDA; LABRONICI, 2011).

Assim, ao se objetivar apreender as representações sociais de homens autores de violência contra as mulheres, buscamos a subjetividade desses homens, bem como lançar um olhar diferenciado para o exercício da profissão nas situações de conflitos conjugais.

A opção pelas representações sociais como referencial teórico-metodológico se faz necessária para reconhecer as questões levantadas pelos participantes da pesquisa, que são homens autores de violência contra suas companheiras ou ex-companheiras. Outro fator relevante para essa escolha, deve-se ao fato deste referencial propiciar a interpretação de uma realidade comum em um dado grupo social.

A Teoria das Representações Sociais evidencia que os sujeitos são seres essencialmente sociais, que dividem o mundo com os outros, interagindo continuamente, em todos os momentos da vida (MOSCOVICI, 2010). “As Representações Sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos (...) A representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2010, p. 46).

4. 2 CAMPO DA PESQUISA

O local de desenvolvimento da pesquisa foi a Delegacia Especial da Mulher de Guarapuava, Paraná. O município encontra-se localizado na região central do estado do Paraná. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010 o município tinha uma população residente de 167.328 habitantes, dos quais 51,1% eram mulheres (BRASIL, 2015).

A Delegacia da Mulher de Guarapuava foi fundada no ano de 1996, porém inicialmente foi alojada nas dependências da Delegacia Geral. Somente no ano de 2005, é que ela passou a ter sede própria e a contar com uma equipe específica para o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

De acordo com o Mapa da Violência 2015, o município de Guarapuava ocupa a 373ª posição em número de homicídios de mulheres, com taxa média de 6,5, entre 5.565 municípios com mais de 10 mil mulheres. Essa taxa encontra-se bem acima da média nacional (4,8) e do Paraná (5,2) para o mesmo período (WAISELFISZ, 2015).

Um estudo desenvolvido na delegacia de Guarapuava evidenciou que são registrados anualmente, em média, 895 casos de violência contra as mulheres. Destes, 70,1% ocorrem no ambiente doméstico, e o companheiro ou ex-companheiro eram os principais autores da violência (RAIMONDO; LABRONICI; LAROCCHA, 2013).

Dados históricos de Guarapuava, evidenciaram que o município se originou no início do século XIX, e as famílias que lá se instalaram trouxeram consigo a base cultural portuguesa, reproduzindo ali o modelo de Família Patriarcal Rural, estruturada em uma grande família de costumes conservadores, na qual todos os seus membros eram subordinados ao domínio do patriarca e senhor (MARCONDES, 1998).

Em face ao pequeno número de mulheres que vieram colonizar a região de Guarapuava, ataques e episódios de violência contra elas eram comuns. Assim, por razão de segurança e para não chamar atenção, elas não apareciam e nem comiam à mesa na presença de estranhos. Também eram construídos casarões geminados dotados de “Quartos das Donzelas”, que não possuíam janela para o exterior. Elas só podiam ir aos eventos religiosos e festas acompanhadas de familiares e escravos (MARCONDES, 1998).

É importante destacar que, se no início da colonização, a grande preocupação da mulher guarapuavana era com estranhos, hoje, os principais perpetradores da violência estão dentro da sua própria casa. Isso é evidenciado não só neste município, mas no país de forma geral, como apresentado no Mapa da Violência 2015, que traz o parceiro ou o ex-parceiro como o principal perpetrador de violência contra as mulheres, chegando a 50% de todos os casos denunciados (WASELFISZ, 2015).

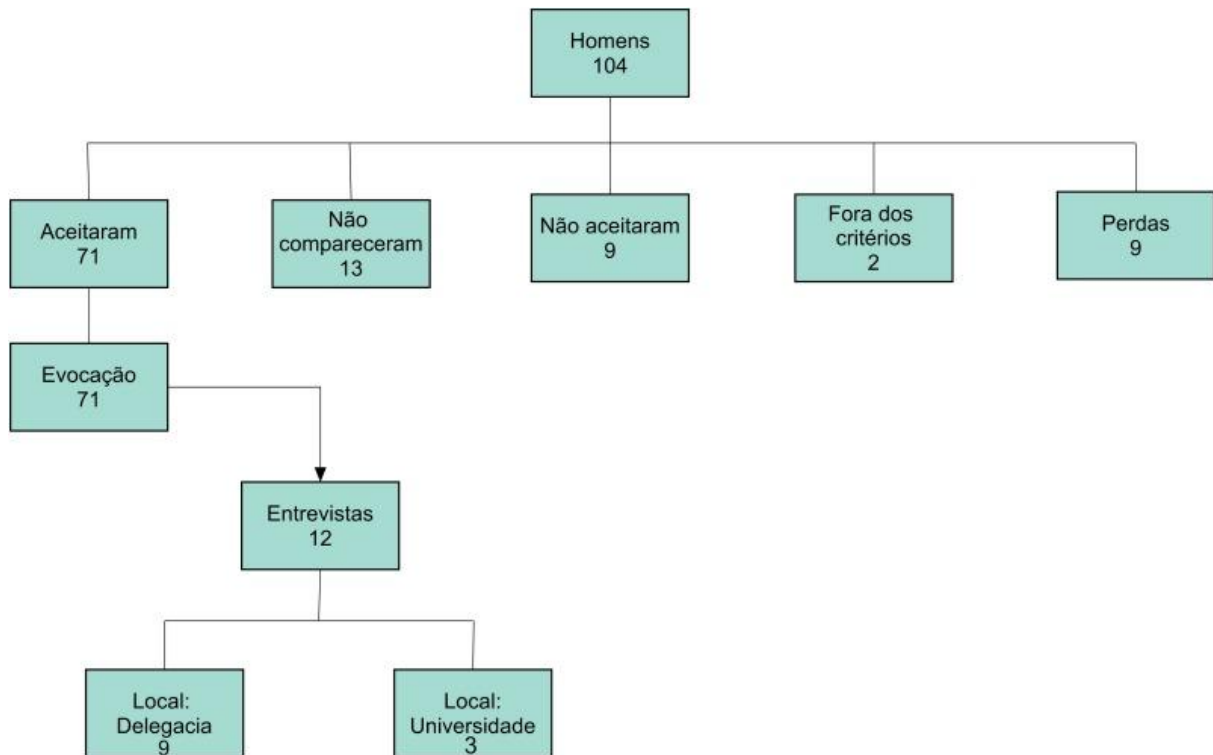
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram 71 homens acusados por prática de violência contra as mulheres que se ajustaram aos seguintes critérios de inclusão e exclusão: ser do sexo masculino, estar na faixa etária de 18 a 59 anos, ter sido intimado para prestar depoimento em razão de acusação de prática de violência contra sua companheira ou ex-companheira, e que estivesse apto a se expressar verbalmente sobre o ocorrido.

A escolha do recorte etário justifica-se em face ao evidenciado em um estudo desenvolvido na referida delegacia, no qual a faixa etária prevalente entre homens autuados em flagrante pela prática de violência contra mulheres foi a de adultos jovens, 20 a 29 anos (45,4%), seguida de 40 a 49 anos (22,3%) (MADUREIRA *et al.*, 2014).

O número de participantes da pesquisa foi estabelecido mediante a delimitação amostral não probabilística intencional para a evocação livre de palavras, e da saturação teórica para a entrevista focalizada. Assim, a amostra da evocação livre de palavras foi composta por 71 homens autores de violência, e da entrevista por 12, que, além da evocação, concordaram em participar da segunda fase da pesquisa, embora todos tenham sido convidados, conforme apresentado na figura 1.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES, SEGUNDO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E LOCAL DA ENTREVISTA. – CURITIBA - PR



FONTE: A autora (2016).

Na pesquisa qualitativa, de acordo com Triviños (2001), o número de entrevistados não é fixo e pode variar, diminuindo, substituindo e aumentando, de acordo com as necessidades para satisfazer aos objetivos do estudo. A saturação dos dados se dá no momento que a repetição começa a surgir durante a pesquisa, fazendo com que se inicie a elaboração das hipóteses acerca das ações que levaram os indivíduos as situações estudadas (BERTAUX 2010; 1981).

4.4 OBTENÇÃO DOS DADOS

A aproximação com os participantes do estudo ocorreu no momento em que eles compareceram à Delegacia da Mulher para prestar depoimento em razão da denúncia de violência. Ao término do depoimento, a escrivã informava o depoente sobre a pesquisa, e os que aceitavam participar eram conduzidos até a pesquisadora que os informava sobre os objetivos e oficializava o convite para a participação.

A coleta dos dados ocorreu na própria Delegacia da Mulher, no período de fevereiro de 2015 a abril de 2016, em um espaço privativo disponibilizado pelo serviço, mediante duas técnicas de coletas de dados: a evocação livre de palavras (APÊNDICE A) e a entrevista focalizada (APÊNDICE B).

A evocação de palavras, no campo das representações sociais consiste em solicitar ao participante que mencione todas as palavras ou expressões que possa imaginar a partir de um ou mais termos indutores. Requerer um número específico de palavras, seguindo-se de um trabalho de hierarquização dos termos produzidos, dos mais para o menos importantes (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Nesta pesquisa solicitou-se ao participante que elencasse cinco palavras, a partir da seguinte questão-estímulo: “quando falo violência contra a mulher, me diga cinco palavras ou expressões que vêm em sua mente”.

Segundo Abric (2001), o caráter espontâneo, ou seja, menos controlado, da evocação de palavras possibilita um acesso mais rápido e fácil aos elementos que compõem o universo semântico do termo ou do objeto estudado, assim como permite atualizar elementos implícitos ou latentes que poderiam ser perdidos ou mascarados nas produções discursivas.

A entrevista focalizada foi utilizada como recurso para o aprofundamento do corpus, e, segundo Minayo (2012), essa técnica acontece quando o pesquisador aprofunda a conversa a respeito de um tema definido e sem preestabelecer um roteiro. Nesta pesquisa, a questão indagadora que incitou a entrevista foi: “Fale-me sobre a sua vida desde a infância, descreva suas relações com familiares, amigos e parentes e os aspectos marcantes até hoje, dando ênfase nas relações familiares.”

Outras perguntas foram feitas, em momentos quando a entrevistadora identificou a necessidade de aprofundar algum ponto da fala do entrevistado, sempre visando ao objetivo da pesquisa e para melhor compreensão dos fatos narrados como, por exemplo: as relações entre pais e filhos, entre os pais e entre os irmãos; como lida e lidava com a resolução de conflitos tanto nas relações matrimoniais quanto nas relações familiares?; como os pais educavam/corrigiam os filhos?; como o participante educa/corrigiu os filhos?.

Logo após a evocação, os homens foram convidados para participar da entrevista, momento que a pesquisadora explicou o objetivo deste outro momento da pesquisa. Algumas entrevistas ocorreram logo após a evocação, na delegacia, e

outras foram agendadas para outro dia na própria delegacia ou nas dependências da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Antes da evocação de palavras e da entrevista, foram realizadas perguntas voltadas à caracterização dos participantes em relação aos dados sociodemográficos e às situações de violência vivenciada (APÊNDICE A).

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da utilização dos programas IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) e EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse de Évoctioons*) empregado para a análise da evocação das palavras.

Os dados oriundos das evocações foram analisados por meio da utilização do Conjunto de programas computacionais para análise de evocações, o EVOC2003. O *Software* faz um processamento computacional, chamado de análise lexicográfica, apresentando, graficamente, as palavras pertencentes ao núcleo central e ao sistema periférico das representações.

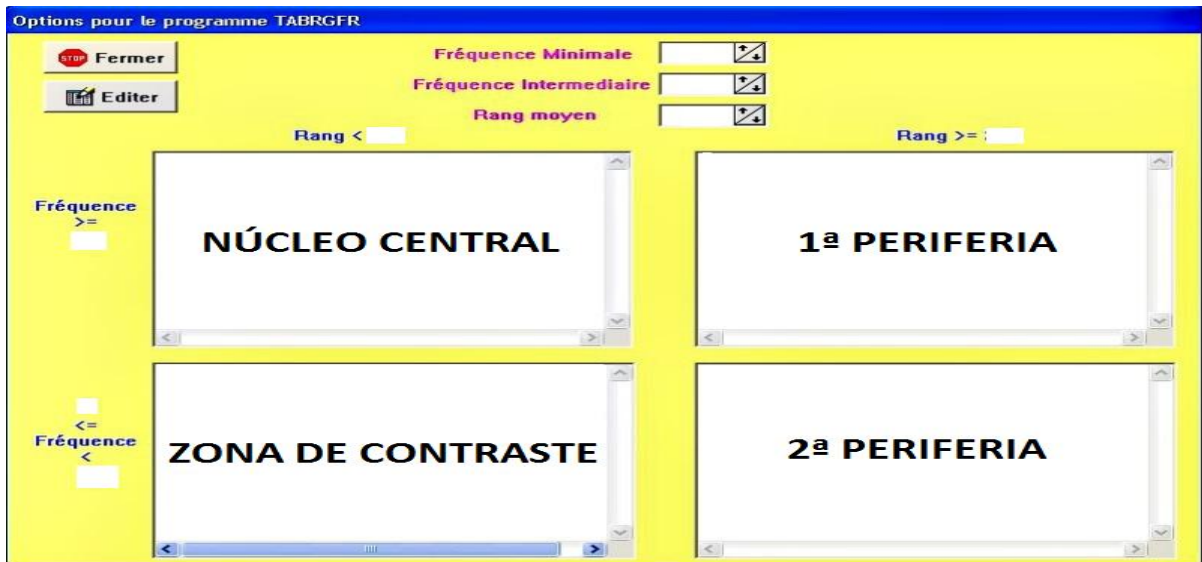
O *software* EVOC é uma ferramenta técnica, informatizada e teórica-metodológica cujo objetivo é originar dados que ajudam o pesquisador a avaliar e entender a configuração de como se constitui o arranjo das representações sociais pesquisadas. Desse modo, quando este programa processa os dados matemáticos ele possibilita ao pesquisador uma maior objetividade na análise inferencial destas representações (REIS *et al.*, 2013a).

O EVOC permite organizar os termos produzidos em função da hierarquia subjacente à frequência e à ordem média de evocação. Possibilita também calcular e informar a frequência simples de ocorrência de cada palavra evocada, bem como a média ponderada de ocorrência de cada palavra e a média das ordens médias ponderadas do conjunto dos termos evocados (OLIVEIRA; GOMES, 2008).

A representação gráfica é gerada a partir do processamento do subprograma RANGFRQ do EVOC, que apresenta o ranque das palavras mais frequentes para as menos frequentes e a Ordem Média de Evocações (OME). Quando o quadrante de Vergés é construído com o auxílio do RANGFRQ, o pesquisador pode enxergar as palavras evocadas distribuídas nas casas de acordo com os critérios de frequência e OME, possibilitando que o pesquisador se aproxime

teórico-metodologicamente da maneira como deve-se executar a interpretação dos dados alcançados pela Teoria do Núcleo Central (REIS *et al.*, 2013b).

FIGURA 2- QUADRO DE QUATRO CASAS.



FONTE: Adaptado de *Software EVOC* 2003, 2016.

Esta representação gráfica construída admite a consignação de quatro quadrantes, concebidos num diagrama figurativo, que podem ser identificados como se explica a seguir.

O primeiro quadrante à esquerda e acima exibe as evocações que apresentaram a maior frequência e baixa OME, ou seja, estiveram nas evocações de um número maior de participantes e surgiram nas primeiras colocações (REIS *et al.*, 2013b). Esta casa indica ao pesquisador os vocábulos que compõem o núcleo central.

Os demais quadrantes apresentam a zona de periferia, que apresentam elementos periféricos, vocábulos que foram evocados nas últimas colocações e/ou menor frequência média. Estas são evocações flexíveis e inconstantes que se expõem mais suscetíveis ao argumento imediato de um número menor de participantes e/ou com escassa representatividade (REIS *et al.*, 2013b).

A zona de contraste, quadrante inferior à esquerda, apresenta uma frequência de evocação abaixo da frequência média e são as preferidas, ou seja, apesar destes vocábulos terem sido citados por menos participantes, quando citados se apresentaram nas primeiras posições. (SARAIVA; VIEIRA; COUTINHO, 2011; REIS *et al.*, 2013b).

O quadrante superior à direita apresenta os vocábulos com um maior número de evocações, porém com uma frequência média menor, isto é, as palavras citadas surgem nas últimas colocações (SARAIVA; VIEIRA; COUTINHO, 2011; REIS *et al.*, 2013b).

O quadrante inferior direito apresenta constância baixa e alta OME, isto é, vocábulos citados por poucos participantes e nas últimas colocações (REIS *et al.*, 2013b).

O IRAMUTEQ é um *software* gratuito e de código aberto desenvolvido por Pierre Ratinaud (LAHLOU, 2012). Ele propicia distintos tipos de análise de dados textuais e está apoiado no *software* R e escrito sobre a linguagem python e sugere um apanhado de estatísticas e materiais que podem auxiliar e descrever a análise do corpus de textos e de matrizes de elementos do tipo indivíduos/caracteres (FERNANDES, 2013). Ainda, ordena a classificação do vocabulário com facilidade de compreensão e com aparência clara (análise de similitude e nuvem de palavras). Este *software* proporciona rigor estatístico e admite a utilização de diversos recursos técnicos de análise lexical (CAMARGO; JUSTO, 2013).

O uso do *software* possibilita o refinamento da análise, principalmente em amplos volumes de documentos, mas é importante salientar que o *software* não é um método e que os relatórios produzidos por ele não são a análise dos resultados da pesquisa. Para tanto, é imprescindível o domínio das reflexões que abrangem o tema, o estudo sobre a significação das análises lexicais e do uso de análises multivariadas (CAMARGO; JUSTO, 2013; LAHLOU, 2012; CHARTIER; MEUNIER, 2011).

Segundo Camargo e Justo (2013), na análise lexical clássica, o *software* detecta e edita as unidades de texto, convertendo Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); reconhece o número de palavras, frequência média e número de hápax (palavras com frequência um); investiga o vocabulário e abrevia as palavras baseando-se em suas raízes; elabora dicionário de formas reduzidas, detecta formas ativas e suplementares.

Já a análise de similitude é aplicada a cada um dos corpus textuais, baseia-se na teoria dos grafos e objetiva analisar a proximidade e a relação entre elementos de um conjunto. Ainda, permite detectar as coocorrências entre os vocábulos, e seu resultado traz indicativos de relações entre eles, ajudando na assimilação da

estrutura da representação (MARCHAND; RATINAUD 2012; CAMARGO; JUSTO, 2013).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) qualifica as frações de texto em função dos seus referentes léxicos, e o conjunto deles é dividido baseado na constância das formas reduzidas, propondo-se a conseguir classes de UCE que, simultaneamente, exibem vocabulário parecido entre si, e vocabulário distinto das UCE das demais classes. (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para Retinaud e Marchand (2012), a classificação hierárquica descendente é a técnica de maior originalidade deste método, de modo que seu algoritmo baseia-se em uma série de bipartição construída sobre a base de uma análise de correspondência realizada em uma matriz binária (presença / ausência) que se cruza com as unidades textuais selecionadas.

A CHD inclui três passos que são: uma análise fatorial de correspondências (AFC) que é realizada na primeira tabela, em seguida, as linhas são ordenadas de acordo com as suas coordenadas no primeiro fator. Ao longo do primeiro fator, são divididas em duas classes que maximizam a inércia interclasses. Um algoritmo de troca muda cada linha de uma classe para outra e verifica alterações da inércia interclasses.

Esse algoritmo é aplicado até que não haja mais aumento da inércia inter-classe. As formas específicas de uma classe (χ^2) são removidos de outra classe. Então, a análise é realizada na maior das duas classes e assim por diante até que o número de classes seja definido. Ambas as classificações obtidas a partir de duas tabelas para UC são cruzadas para determinar as classes "estáveis" (RATINAUD; DÉJEAN, 2009; MARCHAND; RATINAUD, 2012).

A análise de especificidades permite que a produção textual seja associada com as variáveis de caracterização dos narradores dos textos, versa de uma análise de contrastes que a partir de uma variável eleita o corpus é fracionado (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A nuvem de palavras junta e configura, de maneira gráfica, os vocábulos de acordo com sua freqüência; é uma análise lexical, que permite a assimilação breve dos vocábulos principais de um corpus. Esse tipo de análise pode ser usado tanto em um corpus como em uma tabela com vocábulos em coluna construída a partir de evocações de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013). Neste estudo optou-se pela

utilização apenas da Classificação Hierárquica Descendente que deu origem a quatro classes, que foram denominadas categorias para análise e discussão.

4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O projeto foi desenvolvido em consonância ao preconizado pela Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estipula diretrizes e normas regulamentadoras para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

Foi avaliado e autorizado pelo Delegado responsável da Delegacia Especial da Mulher (DEM) de Guarapuava (ANEXO 1) e posteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, sob a CAAE: 39092614.1.0000.0106, e parecer número 896.310, de 1 de dezembro de 2014 (ANEXO 2).

Os homens foram convidados a participar e informados dos riscos e benefícios, e aos que se dispuseram a participar foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que contempla todas as informações sobre a pesquisa e formas de contato com a pesquisadora (APÊNDICES C e D).

O anonimato no tratamento e exposição dos resultados do estudo foi preservado por meio da ocultação do nome dos participantes, que foram substituídos por "Ind" (Indivíduo), seguidos do número arábico de acordo com a ordem de sua realização (Ex. Ind 01, Ind 02, Ind 03, e assim sucessivamente).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DE HOMENS ACUSADOS PELA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A apreensão das representações sociais da violência contra as mulheres entre homens acusados por sua prática requer, a priori, conhecer o seu perfil. Assim, neste item apresenta-se o perfil dos participantes obtido a partir do questionário sociodemográfico, e histórico da violência.

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA, SITUAÇÃO CONJUGAL, TEMPO DE CONVIVÊNCIA E NÚMERO DE FILHOS. CURITIBA.

Variáveis	N	%
Faixa Etária		
18 – 25	16	22,5
26 – 35	22	31
36 – 45	19	26,8
46 – 55	8	11,3
> 56	5	7
NI*	1	1,4
Estado Civil		
Casado/união estável	19	26,8
Separado/divorciado	15	21,1
Solteiro	29	40,8
Outro	8	11,3
Tempo de Relação		
< 1 ano	2	2,8
1 – 5	32	45,1
6 – 10	14	19,7
11 – 15	9	12,7
> 15	14	19,7
Número de filhos		
0	9	12,7
1 – 2	45	63,4
3 – 4	7	9,8
> 4	10	14,1
Total	71	100

NI (não informado)

FONTE: A autora, 2016.

Conforme descrito na (TABELA 1), quanto à variável idade, 53,5% dos participantes eram adultos jovens, com destaque para a faixa etária dos 18 a 35 anos; 26,8% se declararam casados ou em união estável; 21,1% separados ou divorciados, porém, outros 40,8%, mesmo já tendo vivido em relação conjugal estável com a denunciante, após o termino da relação declararam-se solteiros. No que se refere ao tempo de convívio com a denunciante, destaca-se o período de 1 a

5 anos, citado por 45,1% dos participantes, porém 19,7% deles referiram uma longa convivência, com mais de 15 anos junto com a mulher. Sobre a variável existência de filhos do casal, 87,3% tinham filhos com os acusados.

Estudos trazem resultados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa no que se refere à idade dos homens autores de violência, seu estado civil e o tempo de relação, ou seja, a média de idade entre 18 e 35 anos, união estável ou casados como o principal vínculo afetivo e o tempo de relacionamento até 5 anos (ROMAGNOLI, 2015; SILVA; COELHO; MORETI-PIRES, 2014; MADUREIRA *et al.*, 2014; GOMES *et al.*, 2012).

TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A DENUNCIANTE, O TIPO DE VIOLÊNCIA E DENÚNCIAS ANTERIORES DE PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA OUTRAS MULHERES. CURITIBA.

Variáveis	N	%
Denunciante		
Companheira	43	60,6
Ex-companheira	28	39,4
Tipo de violência denunciada		
Física	18	25,4
Psicológica	12	16,9
Moral	23	32,4
Patrimonial	1	1,4
Violências concomitantes	16	22,5
Nega	1	1,4
Denúncias anteriores		
Sim	14	19,7
Não	57	80,3
Total	71	100

FONTE: A autora, 2016.

No que se refere ao vínculo dos participantes da pesquisa com a denunciante, 60,6% referiram tratar-se da mulher com quem conviviam e com quem permaneciam, mesmo após a denúncia. Sobre o tipo de violência pela qual o participante foi acusado, a (TABELA 2) evidencia que a violência moral foi mencionada por 32,4% dos participantes, seguida da física que foi citada por 25,4% dos homens. No que se refere à existência de denúncias anteriores, 19,7% dos participantes referiram já ter sido acusados anteriormente pela prática de violência contra a parceira.

Os dados acima corroboram com achados de outros estudos que identificaram o perfil dos homens autores de violência e evidenciam que 61,5 % das vítimas eram companheiras e 15,4% ex-compnheiras; 40% da violência foi física e

que entre os que já tinham outra denúncia, 60,5% eram por violência doméstica (MADUREIRA *et al.*, 2014). Já no estudo de Romagnoli (2015), a violência física apareceu com uma porcentagem de 62,2% e moral com 16,2%, sendo que 25,8% já tinham outra denúncia por violência contra a mulher.

5.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ENTRE HOMENS ACUSADOS POR SUA PRÁTICA

Neste capítulo, serão apresentadas as análises feitas, tanto as a partir das evocações livres de palavras quanto os referentes as entrevistas. Inicialmente será exibida a análise estrutural das Representações Sociais da violência contra as mulheres entre os homens acusados por sua prática e, em seguida, a análise lexical.

Em relação à evocação, foram enunciadas 350 palavras sendo que, destas, 154 eram diferentes. A OME foi de 2,9 e a frequência de evocações utilizada foi igual ou superior a 5, tendo como frequência média 9.

FIGURA 3 - ANÁLISE DAS EVOCAÇÕES.

		Rang < 2,9		Rang < 2,9		
Freq.média	Termo evocado	Freq	OME	Termo evocado	Freq	OME
		Núcleo Central		1ª Periferia		
>=9	agressão	30	2,267	desrespeito	13	3,231
	covardia	11	1,545	respeito	9	4,222
	errado	11	2,000			
		Zona de Contraste		2ª Periferia		
5<= <8	briga	6	1,667	ciúme	8	3,625
	contra	5	2,200	conversa	8	3,875
	discussão	8	2,250	medo	5	3,800
	não-deixar-acontecer	7	2,286	mentira	6	3,333
	verbal	6	2,833	não-cometer	7	3,000
	violência	7	2,286	traição	6	3,667
	xingamento	8	1,875			

FONTE: Adaptado do *Software EVOC* 2003, 2016.

A (FIGURA 3), no quadrante superior esquerdo, demonstra que surgiram três termos que indicam o **núcleo central** das representações sociais. *Agressão*, apareceu com maior frequência (30), seguida por *covardia* e *errado*, ambas com 11 evocações. Quanto à OME, a palavra mais prontamente citada foi *covardia* com o valor de 1,545.

Esses três vocábulos possibilitam inferir sobre a representação que existe além do fenômeno da violência, levando a imagem de homens e mulheres culturalmente construída. Afirmando que as mulheres são vistas como “frágeis e dóceis”, enquanto os homens como “viris, fortes e provedores”, sendo este estereótipo construído de longa data, e é mais ou menos presente em cada momento na sociedade (GOMES, 2007).

O núcleo central traz a agressão, que representa força, poder, domínio, covardia, considerado como algo errado e também concebem a ideia de fragilidade. Então, a representação social dessa evocação é a reafirmação que os homens são aqueles que cometem atos violentos contra as mulheres e, por sua vez, por serem ações contra mulheres, são atos errados e de covardia, pois as mulheres são seres dóceis e frágeis.

No quadrante inferior esquerdo, sete expressões formaram a **zona de contraste**, apresentando baixa frequências e baixa OME, ou seja, são vocábulos pouco citados e prontamente evocados, sendo: *briga, contra, discussão, não deixar acontecer, verbal, violência e xingamento*.

Considerando que a zona de contraste pode ser uma variação da representação, é possível perceber que os termos confirmam aqueles que surgiram no núcleo central. Desse modo, briga, discussão, violência e xingamento são formas de agressão, que representam o modo de dominação do homem diante da mulher. Já os vocábulos: *contra* e *não deixar acontecer*, são atitudes ou ideias que, ao considerar-se a mulher um ser frágil, precisam ser tomadas. Dessa forma, as expressões localizadas neste quadrante possibilitam vislumbrar os modelos de masculinidade atribuídos pela coletividade que necessitam ser discutidos, podendo gerar uma abertura para a transformação de atitude e valores na coletividade (PALHONI, AMARAL; PENNA, 2014).

O quadrante superior direito traz os termos que representam a **primeira periferia**, isto é, palavras que tiveram uma frequência maior, porém, não foram imediatamente evocadas: *desrespeito* e *respeito*. Essas expressões trazem o sentimento que toda pessoa deve ter para com a outra e, da mesma forma, traz outro, que é um fator desencadeante da violência. Já no estudo de Silva *et al.* (2015) a expressão ‘falta de respeito’ surge no núcleo central da representação de violência doméstica contra mulheres de técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde como um julgamento das atitudes do agressor de forma negativa.

O último quadrante, inferior direito, indica a **segunda periferia**, termos pouco citados que não foram prontamente evocados: *ciúme, conversa, medo, mentira, não cometer e traição*. Outros estudos trazem o termo *medo* presente nas evocações, sendo que em um aparece na primeira periferia como um sentimento presente entre as mulheres (SILVA *et al.*, 2015) e, no outro, no núcleo central como uma posição inferior da mulher diante da sociedade, justificando sua relação com a violência (COSTA; LOPES; SOARES, 2014).

Destarte, para análise estrutural das representações sociais de homens autores de violência, optou-se por categorizar os termos evocados em atos, valores e motivos. Tal categorização emergiu a partir do momento em que o quadro de quatro casas foi construído pelo EVOC e percebeu-se que a violência é representada por atos que são a própria violência nas suas diversas formas de manifestações ou ações para que não aconteça, valores que medem/classificam esses atos; motivos que surgem como fatores propulsores desses atos praticados.

FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS PALAVRAS EVOCADAS CONFORME O TERMO INDUTOR.

agressão covardia errado	Atos Valores Valores	desrespeito respeito	Valores Valores
briga contra discussão não-deixar-acontecer verbal violência xingamento	Motivos Atos Motivos Atos Atos Atos Atos	ciúme conversa medo mentira não-cometer traição	Motivos Atos Motivos Atos Motivos

FONTE: A autora, 2016.

Desse modo, o significado da violência contra as mulheres, para os homens participantes da pesquisa, é exposto no núcleo central (FIGURA 4), caracterizado por atos como agressão (30) e valores como covardia (11) e errado (11). Portanto, para esses sujeitos, a violência contra as mulheres é representada por atos e valores, que são a construção da imagem, o conhecimento e a sua atitude diante deste objeto.

Como dito anteriormente, essas expressões levam à questão da construção dos papéis de homens e mulheres na sociedade e, para que essa violência deixe de existir, é imprescindível que desconstrua a fala predominante de fragilidade da mulher e o encargo de domínio, força e poderio do homem (BEIRAS *et al.*, 2012).

No que se refere ao sistema periférico:

É complemento indispensável do central, uma vez que protege esse núcleo, atualiza e contextualiza constantemente suas determinações normativas, permitindo uma diferenciação em função das experiências cotidianas nas quais os indivíduos estão imersos. Em poucas palavras, os elementos do sistema periférico fazem a interface entre a realidade concreta e o sistema central (MACAHDO; ANICETO, 2010, p. 357).

Sendo assim, a primeira periferia foi formada por desrespeito (13) e respeito (9), que configuram valores que podemos inferir que sejam características que representam o objeto violência contra as mulheres. Desse modo, a primeira periferia, a partir desses termos, apresenta a posição do sujeito diante do objeto, seja esta favorável ou não, aceita ou não ou até mesmo intermediária. Assim este quadrante, traz, paradoxalmente, os termos “desrespeito” e “respeito” que, apesar de antagônicos, complementam o núcleo central por representarem os valores dos sujeitos acerca do objeto.

Logo, esses elementos “são originados do sistema de valores dos indivíduos, geram as atitudes ou julgamentos e as decisões quanto ao objeto” (SILVA *et al.*, 2015, p.25). Assim, para Palhoni, Amaral e Penna (2014), a falta ou a presença desses valores pode resultar ou não em agressão.

Já a segunda periferia foi constituída por motivos e atos que, assim como a primeira, completam o núcleo central e ligam este à realidade. Entre os termos evocados, temos ciúme (8), mentira (6) e traição (6) como motivos, e conversa (8) e não cometer (7) como atos. Entre os termos categorizados como motivos, aparecem alguns dos principais fatores desencadeantes de conflitos conjugais; e, entre os atos, temos conversa, uma das atitudes, que quando acontece, evita muitos conflitos, e o próprio ato de não cometer a violência.

Segundo Silva, Coelho e Njaine (2014), o ciúme, juntamente com a traição ou suspeita de traição, são os principais motivos que levam à prática da violência, pois são as duas circunstâncias que, segundo homens agressores, mais lhe descontrolam. E também, podem estar relacionados à crença de virilidade e masculinidade que são feridas por esses dois sentimentos.

Entre as expressões caracterizadas como atos, destaca-se a conversa, que surge como uma forma de evitar ou solucionar conflitos. Como citado por Paixão e colaboradores, “o diálogo é a maneira mais pacífica de solucionar problemas, pois

permite as partes chegarem a um acordo (PAIXÃO *et al.*, 2014, p. 1042). Sendo assim, ações para a prevenção e enfrentamento da violência devem passar pelo estímulo ao diálogo na solução dos conflitos (ACOSTA *et al.*, 2015).

Já o termo 'não cometer' faz alusão ao ato contrário da prática da violência, a negativa, demonstrando que os homens têm consciência de que a violência contra as mulheres não deveria ser cometida.

E finalizando o sistema periférico, tem-se a zona de contraste que “comporta elementos que caracterizam variações da representação em função de subgrupos, sem, no entanto, modificar os elementos centrais e a própria representação, ou seja, denotam mudanças ou transição de uma representação social” (OLIVEIRA *et al.*, 2005, p. 4). Ela traz os termos contra (5), não deixar acontecer (7), verbal (6), violência (7) e xingamento (8) no conjunto de atos e briga (6) e discussão (8) no de motivos.

Neste quadrante, novamente surgem os fatores desencadeantes da violência e as ações que caracterizam as várias formas de violência e, outra vez, ações contrárias à violência. Os termos 'verbal', 'violência' e 'xingamento' podem ser consideradas formas de violência e estão entre os principais tipos citados no estudo de Raimondo, Labronici e Larocca (2013) que trazem a violência psicológica como majoritária com 43,9%, seguida pela física com 38,2% e a moral com 13,4%. E, quanto aos atos 'briga' e 'discussão', as mesmas autoras trazem a discussão com 26,4%, sendo o principal motivo para o desfecho da violência.

A seguir, é apresentada a análise lexical das Representações Sociais da violência contra as mulheres entre os homens acusados por sua prática. Os resultados são apresentados considerando inicialmente o conjunto de 12 entrevistas com homens acusados pela prática de violência contra as mulheres que, após transcritas, originaram um *corpus* de 46 páginas. Este foi preparado seguindo todos os procedimentos para a configuração, e de maneira a possibilitar a identificação de erros de digitação e grafia para que fossem corrigidos e não identificados e tratados pelo *software* como palavras diferentes.

FIGURA 5 – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS DE ACORDO COM IDADE, OCUPAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS, ESTADO CIVIL, TEMPO DE RELAÇÃO, DENUNCIANTE, TIPO DE VIOLÊNCIA E DENÚNCIA ANTERIOR. CURITIBA.

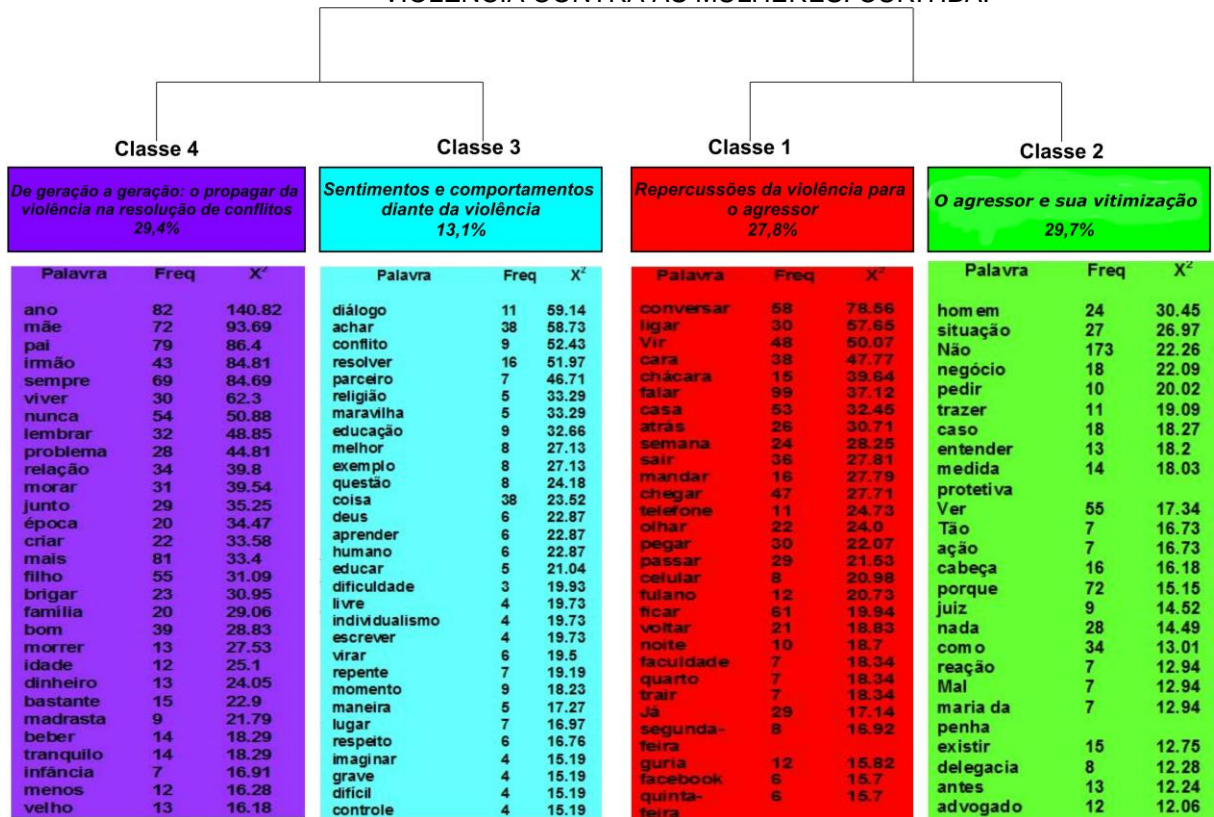
Participante	Idade	Ocupação	Nº filhos	Estado Civil	Tempo de Relação	Denunciante	Tipo violência	Denúncia anterior
Ind 01	56	Jardineiro	2	Separado	14a	Ex-companheira	Moral	Sim
Ind 02	23	Polidor de carro	1	Solteiro	7a	Ex-companheira	Moral	Não
Ind 03	39	Classificador de batata	2	Separado	13a	Ex-companheira	Patrimonial	Sim
Ind 04	27	Construção Civil	2	Solteiro	8a	Ex-ompanheira	Nega	Não
Ind 05	37	Motorista transp Escolar	2	Divorciado	15 a	Ex-companheira	Moral	Não
Ind 06	32	Policial Militar	1	Separado	2a	Ex-companheira	Psicológica	NãO
Ind 07	48	Latoeiro e pintor	3	Divorciado	4a 6m	Ex-companheira	Psicológica	Sim
Ind 08	44	Encarregado de produção	2	Amasiado	21a	Companheira	Física e moral	Não
Ind 09	44	Operador de Máquina	0	Separado	20a	Ex-companheira	Física e Moral	Não
Ind 10	32	Instru Auto Escola	1	Solteiro	2a 6m	Ex-companheira	Moral	Não
Ind 11	20	Estudante	0	Solteiro	4 a 6 m	Ex-companheira	Física	Não
Ind 12	53	Cabelereiro	2	Casado	2a	Companheira	Moral	Não

FONTE: A autora, 2016.

O processamento do *corpus* pelo *software* IRAMUTEQ gerou 1053 segmentos de textos, dos quais 86,1% (907) foram aproveitados. Em seguida, o *software* realizou as partições do *corpus* dando origem às classes finais, que são apresentadas a seguir, em forma de um Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente.

A análise do *corpus* gerou quatro classes divididas em dois *subcorpus*. O primeiro *subcorpus* contém as classes 1 e 2, compostas por 252 Unidades de Contexto Elementar (UCEs) correspondente a 27,78% das UCEs do *corpus* total e 269 UCEs, equivalente 29,66% do *corpus* total, respectivamente. Da repartição do segundo *subcorpus*, surgiram a classe 3 com 119 UCEs que corresponde a 13,12% e a classe 4 que apresenta 267 UCEs com 29,44% do *corpus*.

FIGURA 6 - DENDOGRAMA COM AS 4 CLASSES MAIS FREQUENTES, VOCÁBULOS, VALORES DE QUI-QUADRADO NAS REPRESENTAÇÕES DE HOMENS ACUSADOS POR VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. CURITIBA.



FONTE: Adaptação do Software IRAMUTEQ, 2016.

A partir do processamento do corpus, o *software* também apresenta os dados ligados ao conteúdo de cada classe no que se refere ao vocabulário e variáveis. Na Figura 4, são exibidas as palavras, o número de segmentos de texto que contém a palavra na classe (frequência) e o X^2 que é o Teste Qui-Quadrado de associação da palavra com a classe, ou seja, a força associativa entre cada palavra e sua classe.

A seguir, apresenta-se o quadro 1, que traz cada Classe gerada a partir do *software* com o seu respectivo nome e o número da categoria correspondente. Cabe ressaltar que se optou por enumerar e renominar as classes em categoria de modo que aquelas fossem apresentadas em ordem cronológica de acontecimentos.

FIGURA 7 – DENOMINAÇÃO DAS CLASSES EM CATEGORIAS. CURITIBA.

Categoria 1	De geração a geração: o propagar da violência na resolução de conflitos familiares
Categoria 2	Sentimentos e comportamentos diante da violência
Categoria 3	Repercussões da violência para o agressor
Categoria 4	O agressor e a sua vitimização

FONTES: A autora, 2016.

5.2.1 Categoria 1 – De geração a geração: o propagar da violência na resolução de conflitos familiares.

Na categoria 1, emergiram as representações das relações familiares dos participantes desde sua infância até os dias atuais, enfatizando a prática da violência pelos pais ou responsáveis para a resolução dos conflitos familiares e o propagar do modelo nas relações atuais dos participantes.

As representações dos participantes da pesquisa enfatizam a presença da violência nas relações dos seus pais, conforme destacam as falas a seguir:

De primeiro, a relação do meu pai com a minha mãe era terrível, era uma relação violenta mesmo, meu pai batia muito na minha mãe. Tinha tanto violência física, como violência verbal. (ind 03)

A relação dos meus pais era conturbada, bastantes discussões, mas violência física não, mais violência verbal mesmo. E sempre foi assim, desde que eu me lembre, quando penso nisso, penso que talvez não fez bem para minha família isso [...]. (ind 06)

Com minha madrasta meu pai também brigava e brigam ainda até hoje. Tem desentendimento, mas não violência física, era mais violência verbal. (ind 08)

Ele era ruim, meu pai batia na minha madrasta, [...] ele era ruim mesmo. (ind 09)

Nas poucas lembranças que eu tenho, é do meu pai brigando com a minha mãe, sabe de violência, [...] então, desde sempre esse trauma, desde sempre eu pensava que nunca minha mulher e meu filho vai viver isso [...].

A relação entre os meus avós era super bem, eles viveram desde sempre, até a morte deles, eles estavam juntos [...]. (ind 10)

[...] Lembro que meu pai, uma vez, pegou vários vidros de esmalte da minha mãe, abriu uma janela e jogou para fora [...] meu pai não queria que ela andasse com as unhas pintadas [...] no caso das brigas eu não lembro muito bem [...] da separação, porque eu tinha seis anos [...] lembro que um dia eles foram para um fórum [...] a partir daquele momento o meu pai ficou sozinho e minha mãe ficou com nós dois [...]. (ind 12)

A violência se configura como o alicerce das relações familiares dos participantes. Além de presenciarem a violência sofrida na infância pela mãe, os participantes também foram submetidos à violência, e na atualidade a praticam na educação dos filhos, o que pode ser evidenciado nas falas a seguir.

Meu pai era carrasco para nós, batia e não tinha dó de bater. Com o velho não tinha conversa. Não conversava, castigava mesmo, independente do que fizesse [...]. (ind 03)

Nunca tivemos uma relação, meu pai batia, ele era ruim, batia na minha madrasta, batia em mim, ele era ruim mesmo. [...] Um tanto quanto bravo. Não me criei com a minha mãe, eu não conheço a minha mãe. Me criei com madrasta. [...] Meu pai morreu em 1980 [...] quando ele faleceu, a minha madrasta me atropelou de casa. Fui viver na rua, eu vivi um ano, um ano e meio mais ou menos, vivendo na sarjeta [...] depois que o pai morreu, ela não quis mais eu na casa, ela dizia, que não queria tranqueira dentro da casa, porque não é filho [...] e eu fui jogado para fora [...]. Antes dele falecer, ela era uma mulher mais ou menos carinhosa, tinha o seu jeito e a educação que ela dava era na base da bordoadada eu me criei levando sarrafo. (ind 09)

[...] Quando tinha um problema em casa os pais conversavam, lógico, depois tinham as palmadas mas era depois hoje é diferente eu por exemplo jamais encostei um dedo ou a uma mão na minha menina. (ind 01)

[...] Além da conversa era bater e por de castigo também [...]. Era boa a relação com meus pais, mas quando você aprontava não deixam quieto. Meu pai batia e minha mãe batia mesmo [...] é a educação de antigamente, agora é mais moderno não pode bater mais tem que ir mais na conversa. (ind 04)

Meu pai, comigo sempre foi tranquilo, com meus irmãos ele era um pouco mais agressivo. Meu pai não batia muito, conversava mais. [...]. Minha mãe conversava. [...] A relação é bem tranquila, mais converso com minha filha. [...]. (ind 06)

[...] Eu tive uma infância assim, para começar, meu pai era violento. Até os doze anos eu vivi com a minha mãe, e acabou que eles se separando por conta da própria violência e fui morar com a minha madrasta. [...]. Nós éramos em quatro irmãos e ela tinha mais quatro e fomos viver todos juntos. Assim, a relação da violência continuou de pai para filho, tanto da parte da

minha madrasta quanto da parte do meu pai [...] O pessoal mais antigo era a custa de chicote. Nós apanhávamos, e acho que meu próprio pai também apanhou. [...] meu filho mais velho, quando está perto de mim, não briga com o mais novo e quando está com ela briga e xinga, até diz que agride. [...] Eu cobro, essa semana eu falei para ele, não faça isso, não brigue, só tem teu irmão você pode precisar dele um dia, cito que eu e meus irmãos nunca fomos de brigar. (ind 08)

[...] A relação do meu pai e da minha mãe com os filhos era muito boa [...]. Ele era muito bom para mim e para minha irmã, eu nunca lembro de ter apanhado do meu pai. Lembro de ter apanhado da minha mãe, dela eu levei uns coros bonitos, uns dois mais ou menos [...]. Hoje com minha filha, eu dei um corretivo na minha filha com 17 anos, o único, e no meu filho nunca bati, acho que dei umas chineladinhas, joguei um chinelo. (ind 12)

Nas falas dos participantes, pode-se observar a situação de presenciar a violência do pai contra a mãe. Os trechos dos depoimentos dos homens mostram esta ligação entre o sofrido e o presenciado e a prática de atos violentos, corroborando com os estudos que afirmam que a exposição à violência doméstica na infância, tanto a vivida, quanto a sofrida pelas mães, está ligada à prática de violência durante a vida adulta (TAYLOR *et al.*, 2016; FLEMING *et al.*, 2015; FRA, 2014; FERREIRA, 2013; MOREIRA; SOUSA, 2012; D'OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Para Fleming e colaboradores, em um estudo desenvolvido em oito países de baixa e média renda, a partir da análise multivariada, foi possível identificar o testemunho da violência parental como o fator de risco mais forte para a violência contra as mulheres, reforçando outros estudos que sugerem sua transmissão intergeracional. Dessa forma, homens que testemunharam suas mães serem espancadas por seus parceiros, têm 2,5 vezes mais chance de cometer agressões contra sua companheira que aqueles que nunca cometeram violência (FLEMING *et al.*, 2015).

Do mesmo modo, ao mencionar a violência sofrida na infância, Ferreira (2013) referencia que esta é recorrente e transcorre de geração a geração, ou seja, que o indivíduo que sofre algum tipo de violência quando criança tem maior chance de se tornar um agressor na idade adulta. Moreira e Sousa (2012) afirmam que este ciclo da violência possibilita que meninos e meninas empreguem no futuro atos violentos como forma de enfrentamento de conflitos e problemas.

Na sequência são apresentadas as falas dos homens no que se refere às relações com suas companheiras e ex-companheiras, ressaltando suas representações no que tange aos conflitos e à resolução destes.

[...] Em dez anos que eu convivi com a primeira mulher não tivemos problema nenhum, sempre tranquilo [...] eu nunca tive conflito, porque essa minha primeira mulher nunca trabalhou [...] ela sempre ficava na casa, cumpria com o papel dela e eu cumpria com o meu. Então, nunca tivemos problema. Nem me lembro mais do que gerou a discussão, mas sei que foi uns dez ou doze anos atrás nem estou lembrado do que era, foi uma discussão boba [...] mas a gente sempre foi resolvendo, eu sempre me dei bem com ela. [...] enquanto vivi com ela. Agora nós não vivemos mais junto a gente se deu legal [...]. (ind 01)

Quando estava com a minha companheira eu tinha parado parei de beber e fiquei um bom tempo sem tomar [...] no começo eu bebia, e depois larguei mão de beber, a bebida causava discussões entre nós de vez em quando. Ela não gostava que eu bebesse e nós acabava discutindo [...]. (ind 04)

[...] Então, estourou uma fúria, foi uma coisa que eu não lembrei da criação do meu pai e da minha mãe, foi uma coisa que me estourou. Namorei ela quase 5 anos, a relação era boa, [...] uma discussão mais calorosa teve já no começo até o terceiro ano, aquela coisa de adolescente [...] tínhamos 15, eu frequentava a casa dela, aí por isso se fortaleceu. [...] fui na casa da vó dela, e estava toda a família, [...] joguei todas as coisas que ela tinha me dado, [...] isso no terceiro ano. (ind 11)

[...] A mãe dos meus filhos, quando éramos casados, ficamos vinte anos casados, tivemos um desentendimento, [...] não lembro como que foi, [...] lembro que não sei o que aconteceu, que nós começamos a se alterar na conversa, nem eu tanto, [...] não lembro o que eu falei, que ela não gostou, e ela me deu um tapa no rosto e eu automaticamente dei outro [...] foi um reflexo, um reflexo do ser humano. [...] uma outra vez, ela me empurrou, e automaticamente eu levei a mão do lado e empurrei também [...] não considero isso como agressão, como um reflexo. [...] não gosto dessas coisas de agressão [...] mas numa hora que ele está sendo acuado, ele precisa, é automático, a defesa não é questão de agressão, é a defesa, é a reação. [...] então, isso aconteceu mesmo, hoje minha relação com a minha ex-esposa, mãe dos meus filhos, a gente conversa, conversamos normal, mas eu não gosto muito de ter relacionamento com ex-esposa. [...] isso é uma coisa minha, mas eu até tenho um relacionamento, por ela ser mãe dos meus filhos, e eu ser pai deles, e a casa, e tudo, é uma casa que eu deixei para eles [...] a gente teve um desentendimento, [...] quando a gente se separou, [...] até não tinha como continuar, na época, morreu aquele amor, faltava muito carinho, as mulheres deixam de fazer carinho, elas partem para outro lado, de ficar só na família, uma monotonia muito grande, da parte das mulheres. [...] de repente você vai fazer uma coisa bem pequena, bem simples, vai sair com uma amiga tua, num local e você acha que ele é meio ciumentinho, e ele fala onde é que você foi, [...] fui na casa da minha prima. E você não foi. [...] Então, você começa a habituar, a mentira vira um hábito e um dia você vai mentir alguma coisa e ele vai ver que você mentiu. [...] aquela confiança que ele tinha por você não vai mais existir e não tem mais como acontecer. [...] chega alguém e diz, eu vi tua namorada falando com uns caboclo, ou, vi alguém abraçando e beijando, [...] ela passeando ou ela dançando num baile e alguém diz para você. (ind 12)

Os trechos do depoimento dos participantes 1, 4, 11 e 12 apontam os detalhes das suas relações com suas companheiras ou ex-companheiras; destacam seus desentendimentos e sua reação diante dos conflitos e suas atitudes para resolvê-los. Ainda se desculpam, enfatizando que as situações conflituosas são raras e sem muita importância, pois nem lembram o motivo para tal. Essa posição diante dos conflitos vai ao encontro do estudo de Moraes e Ribeiro (2012) que traz a fala de homens que ressaltam que “o uso da violência como forma de resposta ou punição a um comportamento inadequado da mulher não se dá de forma recorrente, mas em circunstâncias excepcionais” (pg.54).

Na fala do participante 1, é ressaltado o motivo pelo qual, durante anos, o casal não teve conflitos “eu nunca tive conflito, porque essa minha primeira mulher nunca trabalhou”. Essa afirmação corrobora com estudo desenvolvido entre mulheres operárias de uma fábrica que antes lidavam somente com os serviços da casa ou como empregadas domésticas ou trabalhadoras informais. A partir do momento em que se tornam trabalhadoras formais, passam a ter alguma autonomia econômica, novos horizontes culturais e seu círculo de convivências ampliado. Essas modificações nos habituais papéis de gênero levam ao questionamento do espaço do homem como mantenedor, à divisão do grupo familiar e à violência doméstica contra estas mulheres (ARAÚJO; LIMA; BORSOI, 2011).

Do mesmo modo, estudo de Boira, Carbajosa e Méndez (2016) traz o depoimento de homens que afirmam que não gostam que suas esposas trabalhem, seja por ciúmes seja por outros motivos e querem que elas fiquem em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos.

Assim, quando o participante 1 justifica a ausência de conflitos, porque sua esposa não trabalhava, ele reafirma os papéis de gênero cultural e socialmente construídos, segundo os quais homens são os provedores e as mulheres são seres submissos que devem cumprir seu papel de mulher, mantendo a casa em ordem, os filhos assistidos e a família unida. Então, no momento em que a mulher sai de casa para trabalhar, seu papel não é cumprido e/ou exercido de maneira insatisfatória, na opinião do marido, levando-os a conflitos e a possíveis situações de violência.

Para o participante 4, o fato de consumir bebidas alcoólicas era o principal fator para iniciar as discussões com sua ex-esposa; a partir do momento em que parou de beber, os episódios de conflito ficaram raros. Essa associação entre o consumo de álcool e a violência aumenta a possibilidade de ocorrerem situações

que envolvam a violência psicológica. Proporcionalmente, o parceiro que consome excessivamente álcool, tem maior chance de se tornar psicologicamente violento (FRAN, 2014). Do mesmo modo, aquele que consome álcool e drogas tem 76,5% mais chance de praticar violência física contra as mulheres que aqueles que não consomem (GANDON-COSTA; ZUCATTI; DELL'AGLIO, 2011).

No discurso do participante 11, fica claro que, na relação com a sua ex-companheira, ocorriam discussões calorosas, que perduraram nos primeiros três anos de namoro. Essa situação vivida pelo participante 11 é confirmada nos dados de uma pesquisa desenvolvida na Venezuela entre universitários acerca da ocorrência de atitudes agressivas durante o namoro. Entre os achados, destacam-se que 99% dos homens relataram pelo menos um ato de violência psicológica contra sua parceira; 52,1% cometeram agressão física leve e 2,1% agressão física grave contra sua parceira (RODRÍGUEZ, 2014).

O participante 12 afirma que teve dois desentendimentos com sua primeira esposa e que, nas duas situações, reagiu à agressão da esposa como um reflexo do ser humano, revidando a agressão com outra agressão. A atitude desse participante confirma o que Moraes e Ribeiro (2012) identificaram no discurso dos sujeitos de sua pesquisa, na qual foi verificado que a “força física natural” do homem, que é irrefreável nas brigas interpessoais, e como não teve a intenção do ataque, não precisaria, exclusivamente, o homem ser considerado o culpado pelo conflito.

5.2.2 Categoria 2 – Sentimentos e comportamentos diante da violência

As representações sociais construídas trazem a posição diante dos conflitos que surgem nas relações, tendo o diálogo, como a principal atitude vislumbrada pelos autores de violência ou pretendida para evitar situações conflituosas. Mas também surgem sentimentos como o ciúme, a ingratidão, a tristeza e a vingança que emergem como formas de justificar e até mesmo legitimar sua reação diante dos conflitos.

As falas apresentadas a seguir apresentam os participantes narrando suas relações conjugais dando ênfase à necessidade do diálogo para resolver ou evitar conflitos.

[...] Uma única vez, foi onde não existiu o diálogo, e gerou tudo isso [...] o importante é o diálogo, e quando tem um problema acontecendo, a pessoa conversa e chega para o outro e esclarece. Acho que a melhor forma de resolver as coisas, hoje ainda, é conversando, dialogando mesmo que para alguém doa [...] é uma forma de você expressar o que você está sentindo, e foi o que não aconteceu [...] nós temos a nossa liberdade graças a deus temos a nossa liberdade e o nosso livre arbítrio, e por isso que o diálogo tem que sempre existir, e a pessoa tem que ter a capacidade para entender aquilo que não deu. (ind 01)

[...] Uma vida de casal normal, vivemos sete anos, você chega e conversa tem um diálogo ali um aqui. [...] a melhor forma de resolver essas situações é verbalmente, tentar dialogar, na hora, se a pessoa estiver nervosa vai além de coisas, mais eu ainda acho que a melhor coisa é o diálogo, tentar conversar [...] você pensa no que você vai falar, mas na hora você vai tirando tudo [...]. (ind 02)

[...] Até porque no dia que eu estava conversando com ela eu estava com um filho perto só porque ele estava dormindo e era de manhã a gente conversava e na hora que eu fui agredindo verbalmente eu fui falando baixo para não incomodar a criança [...] para resolver conflitos, não tinha conversa, sabe, virava em bateção de boca e acabou, mas, não no início [...] era mil maravilhas, sentava e conversava. (ind 03)

[...] Se fosse trabalhado a questão da resolução de conflitos, desde [...] uma certa idade. Adolescente começasse pensar em ter uma relação de namorado, pensasse em ter um projeto alguma coisa nesse sentido, com certeza resolveria. [...] que quando começasse namorar ou casar, teria uma outra visão de conflito, deu uma briga, se resolve com diálogo e não com agressão e nem discussão mais séria, mas com certeza resolveria se tivesse algum tipo de trabalho, no caso, antes do casamento. (ind 06)

[...] Acho assim, que deveria haver pelo setor público, psicólogos que trabalhassem nessa área de família, esses conflitos, tem fim para isso, e bem facinho de resolver. [...] se cada posto tivesse um dia da semana psicólogo e uma campanha que os casais que tivessem um pequeno conflito, procurassem o psicólogo para ter uma orientação, um trabalho psicológico, [...] eu garanto [...] que 80 da violência doméstica acaba, eu tenho certeza disso. (ind 09)

[...] Com certeza faltou conversa, a parte mais fundamental de um casal é o diálogo, eu acho que se não haver diálogo não tem, é onde eu falei, [...] coisas que você faz que não agradam o parceiro [...]. (ind 12)

Na fala dos participantes 1, 2, 3 e 12, fica evidente a percepção deles sobre a importância do diálogo nas relações, tanto para resolver conflitos como para tentar evitá-los. Os participantes afirmam que a conversa é algo presente em suas relações, mas que, a falta desta, em um dado momento, foi o suficiente para gerar as discussões e os conflitos que levaram às acusações. Em pesquisa desenvolvida no Equador com 63 pessoas (24 homens e 39 mulheres), o depoimento de um dos participantes destaca que, quando homem e mulher são somente amigos, a

confiança é maior e que se conversa sobre tudo, porém, quando se é um casal e surgem problemas, vem a desconfiança, e gradualmente o diálogo vai acabando, até que termina (BOIRA; CARBAJOSA; MÉNDEZ, 2016).

Assim, pode-se dizer que o diálogo não impede que conflitos aconteçam, mas que estes sejam resolvidos de forma não violenta, como afirmam Moreira e Sousa (2012, p. 17) “as relações familiares construídas de modo igualitário não impedem a emergência de conflitos, mas buscam sua resolução e enfrentamento pelo diálogo e não pelo uso da violência”.

Já a fala dos participantes 6 e 9 traz a sugestão de intervenções com os casais para minimizar os conflitos, evitando situações de violência. Nos dois discursos, os participantes destacam que, se existisse um espaço para que homens e mulheres, desde cedo, pudessem ser trabalhados sobre a resolução de conflitos, as relações seriam menos conflituosas, e os números de casos de violência diminuiriam. Essa percepção corrobora o estudo de Paixão *et al.* (2014) que afirmam o valor de se oferecer locais em que homens e mulheres possam pensar acerca de seus relacionamentos, buscando caminhos para suas relações de maneira harmoniosa, baseadas no diálogo visando ao bem-estar da família.

Sendo assim, pesquisa realizada em um Grupo de Reflexão com 20 homens autores de violência em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher destaca que, durante a participação nos encontros, alguns partícipes relataram novas ocasiões de embates, mas que cuidaram para que não acontecesse atos violentos. Embora essa atitude não expresse que o embate foi resolvido com diálogo - e sim pelo fato de os envolvidos terem-se afastado da situação, evitando nova agressão - esse autocontrole pode significar o medo de novo envolvimento com a justiça, agora sem a possibilidade de participação no grupo, ou, demonstram uma vontade de mudança de atitude por parte de alguns autores de violência (MORAES; RIBEIRO, 2012).

Do mesmo modo, Taylor *et al.* (2016), destacam a existência de diversas metodologias conferidas e convalidadas de educação em grupo que buscam prevenir a violência e que podem ser adaptadas para cada população, destacando o Programa H/M que, assim como outros, utiliza o gênero como alicerce na ação de socialização. Ainda, trazem o relato de alguns jovens que tiveram uma infância na qual o diálogo e a não violência estavam presentes e que isso os faz usarem a conversa para resolver situações conflituosas na vida adulta.

Os participantes da pesquisa destacaram o ciúme como um dos fatores desencadeante dos conflitos e brigas entre os casais. Nos trechos a seguir, apresenta-se como este sentimento é representado por estes homens em suas relações afetivas.

[...] Mas na verdade, quem mais extrapolou para o ciúme, fui eu, porque ela tinha muito mais ciúme de mim, do que eu dela, porque na verdade, depende da confiança da pessoa [...] eu acho que é isso. [...] O ciúme bate na hora. [...]se você tem confiança em mim, não precisa você ter ciúme, porque eu vou trair uma pessoa, se eu tenho você na casa, então cada um tem que se colocar, num certo lugar. Situação de ciúmes sempre tem. [...]eu tinha recebido umas mensagens e ela pediu para ver e não gostou, no outro dia eu peguei o celular dela e vi uma mensagem e não gostei, e ela falou que era um amigo, ah saiu verbalmente de tudo quanto é jeito. Por conta da mensagem que ela recebeu, eu não gostei e comeci o xingamento. Nunca tinha acontecido nenhuma outra situação assim. (ind 02)

[...] No momento não está sendo fácil, devido a alguns fatos, acho que o que está acontecendo, muito é a questão do ciúme dela, ela tem um ciúme doentio, um ciúme que ela imagina uma situação e joga em cima de mim e muitas vezes não é isso que acontece [...] eu falo, se eu dever, pode cobrar, mas passa um filme na cabeça dela, e isso que acontece, e acaba acontecendo os desentendimentos e as brigas. [...] por causa desse ciúme doentio dela, acabou acontecendo, a questão do ciúme, desconfiança, perdeu a confiança na verdade, perdeu a confiança [...] uns quinze anos eu fui fiel [...] totalmente fiel, de me cobrar de eu não olhar para o lado, e ela toda vida me cobrando [...] que eu tinha amante, e eu não tinha. [...] e a partir do momento que aconteceu, uma vez, complica, [...] acho que a falta de confiança que gera tudo isso. [...] ela tem a cabecinha pequena, para mim, que está virando uma doença, essa questão de ciúme, acho que de repente uma conversa com ela, até comigo mesmo, mas acho que quem precisaria mesmo, era ela [...]. (ind 08)

Em questão de briga, assim de discussão, vinte anos juntos nós tivemos três discussão pesada, a primeira foi por causa de uma mulher que resolveu de ir em casa e ia e conversava só comigo em vez de conversar com a minha mulher. (ind 09)

[...] Não gostava nem que eu fosse ensaiar, você dá mais atenção para os instrumentos do que para mim quando você está tocando, essas coisinhas, eu precisava de alguém que fosse a minha companheira. (ind 11)

O participante 9 deixa claro o motivo para as discussões com sua esposa, o ciúme, corroborando os estudos que trazem este sentimento como uma situação geradora de conflitos e como um fator intensificador dos conflitos nas relações conjugais (BOIRA, CARBAJOSA, MÉNDEZ, 2016; ROMAGNOLI, 2015; PATRÍCIO, 2014; PAIXÃO *et al.*, 2014).

O discurso dos participantes 2 e 8 traz o ciúme relacionado com a desconfiança na relação conjugal. Tanto em uma situação quanto na outra, o participante traz a infidelidade, concreta ou imaginária, como o fator desencadeante dos conflitos e, por conseguinte, a falta de confiança no outro. Segundo Pereira (2015), os relacionamentos têm como alicerce a confiança, que é um pacto firmado entre o casal. Quando quebrado, por um ou por ambos, a relação fica abalada e muda sua configuração, podendo passar de uma relação colaborativa, para uma competitiva. Sendo assim, quando o casal não se separa, a possibilidade de novas discussões, com violência, torna-se mais comum, gerando uma disputa, na qual se sente vencedor aquele que está menos machucado.

Por fim, na narrativa do participante 11, o mais jovem entre os participantes, o ciúme vem arraigado pela desconfiança, mas em especial pelo sentimento de posse e dominação, confirmando o discurso de algumas mulheres no estudo de Paixão e colaboradores, que traz que as esposas nutrem um sentimento de marginalização ou de serem colocadas de lado quando os companheiros conservam relações sociais (PAIXÃO *et al.*, 2014). Ainda, no que diz respeito à desconfiança e ao ciúme, é impressionante como essas dinâmicas já estão configuradas em idades e relacionamento precoces (BOIRA; CARBAJOSA; MÉNDEZ, 2016).

A ingratidão, a tristeza e a vingança também surgiram nos depoimentos como sentimentos vivenciados pelos participantes. A seguir, são transcritas as falas que representam essas emoções.

Você tentando fazer as coisas de maneira certa e a pessoa não ajudando. Nunca foi uma relação muito boa mesmo, ela não gostava da minha filha, ela sempre mandava eu escolher a minha filha ou ela. (ind 06)

Hoje não penso mais em me separar, na verdade eu procuro apaziguar, tenho um projeto, mas o problema é minha companheira [...] ela é muito incompreensiva, ela é muito ingrata, a minha própria sogra fala que ela é muito ingrata. Se eu tento fazer legal, levar ela numa boa, ela acha que eu estou muito bonzinho ou que eu estou aprontando e é difícil. (ind 08)

Naquela coisa (boletim de ocorrência), ela contou que eu forcei uma relação com ela, no cérebro dela. Hoje nós conversamos, nós saímos, nós passeamos, essas coisas, mas eu falei para ela, você andou escrevendo merda. (ind 12)

[...]Pensa que o teu sonho era criar o teu filho, sem o pai ou a mãe junto e saber o que é, porque eu não sei o que é ter uma mãe e um pai junto, e ele ter, foi por água abaixo, ela acabou com isso. Agora colocar uma outra

pessoa no lugar que eu sempre sonhei, que era tudo que eu queria, colocar no meu lugar, é bem complicado, eu tento não pensar muito, trabalho bastante. (ind 10)

[...] Isso é loucura isso existe mas uma das coisas mais triste que eu acho é você ser preso injustamente isso é muito perigoso é muito grave você fazer uma acusação de um estupro que não houve. (ind 12)

[...] Eu estava dando pensão, tudo certinho, e depois eu cortei, quando ela teve o relacionamento com o cara, eu cortei a pensão, porque eu não tinha nada assinado pelo juiz, nada, eu cortei a pensão. (ind 3)

[...] Se por exemplo, ela fizesse uma queixa que eu fosse preso, naquela hora eu poderia ser preso inocente, provavelmente hoje eu não estaria falando [...] eu não sou bandido [...] vou ser um professor e ter as ideias boas, mas um ser humano na hora se transforma, na hora que ele é acuado, imagine eu preso, sendo abusado sexualmente na cadeia [...]. (ind 12)

Os participantes 6, 8 e 12 representam em suas falas a ingratidão demonstrada por suas companheiras em relação às suas atitudes e sentimentos e justificam seus atos em função desta falta de reconhecimento por tudo que fazem de bom e correto na vida do casal. De acordo com Oliveira e Bressan (2014), em seu estudo, os sujeitos também disseram que suas atitudes eram boas antes do acontecido, eram maridos votados ao matrimônio, que jamais tiveram envolvimento com crimes, sempre trabalharam, nunca tiveram vícios e nunca tiveram seu nome na delegacia ou envolvido na justiça.

A tristeza, o outro sentimento representado nos discursos dos participantes, vem arraigada à desilusão de sonhos idealizados junto a sua família, e também com a injustiça de serem acusados por algo que não cometeram.

A fala dos participantes 3 e 12 traz sua reação diante da denúncia feita por sua companheira. Um afirma que acusação não é verdadeira, insinuando uma possível reação caso tivesse sido preso injustamente. E o outro, como forma de punição à sua ex-mulher, deixa de pagar a pensão porque esta fez a denúncia e está em um outro relacionamento.

O sentimento de vingança surge como uma resposta à injustiça que os homens afirmam estarem sofrendo por parte de suas companheiras. Para tanto, Boira, Carbajosa e Marcuello (2013) trazem o depoimento de sujeitos que, apesar de terem participado de um programa de tratamento para homens autores de violência, continuam tendo dificuldades em se colocar no lugar e compreender as razões e

sentimentos de suas ex-companheiras e permanecem repletos de raiva, não reconhecendo suas responsabilidades.

5.2.3 Categoria 3 – Repercussões da violência para o agressor

Na categoria 3, os participantes trazem as representações sociais das consequências vividas após serem acusados por suas companheiras. Eles constroem a imagem do objeto a partir dessas vivências negativas e apresentam em seus depoimentos as repercussões da denúncia da violência em suas vidas. São representadas de várias maneiras como, por exemplo, na necessidade de manter-se afastado da companheira, na forma de convivência com os filhos, no risco de ser preso, e na perda de bens materiais.

[...] Os filhos ficam, então não deu entre marido e mulher, você não sabe quanto tempo vai o casamento, mas os filhos da gente isso é para sempre [...]. (ind 01)

[...] As crianças moram com ela. Para falar a pura verdade, depois que aconteceu tudo isso, eu não vi mais as crianças, faz uns dois meses. Eu queria acertar tudo isso, para eu poder pegar os meus filhos e sair. Deus nos livre, eu amo meus filhos. [...]. (ind 3)

[...] Conversei com a dentista e contei que ele ficou comigo [...] a doutora falou, ela nunca comentou que o piá tinha pai [...] ela (ex-companheira) nunca comentou nada, até um dia eu perguntei para o menino do pai dele e ela desconversou [...] os finais de semana que meus filhos estão com ela, eu posso ligar duzentas vezes no celular dela que ela nem atende o celular ou desliga o celular para não deixar os filhos conversar comigo[...] tentei ligar do meu celular no celular dela, eu não posso ter contato, mas sobre os filhos a gente tem que conversar, tentei ligar no celular dela umas três vezes no sábado à noite na terceira ou quarta vez ela desligou o celular [...]. (ind 5)

[...] Porque eu não consigo falar com ela. Agora tenho que ligar para mãe dela, quando a mãe dela atende, e ela vai ver com ela quando que eu posso ver (o filho) [...] me arrependo de ter deixado ela levar, quer ir, você escolheu esse caminho, então vá sozinha. [...] Nós temos a guarda compartilhada, só que o problema é que ela fez a medida protetiva eu não posso conversar com ela, não posso ter contato algum. [...] acho que ela foi embora com outra pessoa, agora não sei, ela vai ter que arrumar uma forma de fazer [...] por causa que eu ficar ligando para mãe dela, para mãe dela ficar ligando para ela, para ela ligar para mãe dela para eu ficar ligando de novo. Nós temos um filho. Não é brinquedo e nós não somos mais crianças, então se ela escolheu isso ela vai ter que começar a arcar com as consequências. (ind 10)

O participante 1 deixa claro, em sua fala, a preocupação com os filhos em relação à separação conjugal. Afirma que, independentemente do casamento dar certo ou não, dos filhos não se pode separar. Já o participante 3 lamenta seu afastamento dos filhos devido à separação e à denúncia de violência, e aguarda a situação se normalizar para poder rever os filhos e poder conviver novamente com eles. Essa preocupação é um dos pontos mais delicados entre pais e mães para estabelecimento das relações com os filhos, e os homens referem, ainda, a lentidão que são resolvidos os casos para poder ver os filhos, bem como a solicitação da revisão da medida (BOIRA, CARBAJOSO, MACUELLO, 2013).

Os participantes 5 e 10 declaram que devido à denúncia e à medida protetiva não pode ter contato com sua ex-companheira, dificultando o diálogo para resolver os problemas dos filhos, bem como para marcar dia e horário para vê-los. O participante 5, ainda, diz que, apesar da proibição de ter contato com a ex-esposa, tenta conversar com ela por telefone para resolver questões dos filhos, mas que esta não lhe atende ou desliga o celular. Do mesmo modo, o participante 10 relata que precisa entrar em contato com a mãe de sua ex, para esta entrar em contato com a filha e novamente falar com ele para então combinar a visita ao filho.

O relato dos participantes mostra o quanto a situação de violência entre casais interfere na vida de toda a família, principalmente na dos filhos, levando a consequências imediatas, como a não convivência com o pai; e também tardias, como a possibilidade de reprodução da violência na vida adulta. A questão dos filhos é algo importante tanto para as mulheres quanto para os homens, porém, quando persiste a hostilidade, um culpa o outro de não cumprir suas obrigações e também usam as crianças para chantagear pressionar o outro (BOIRA; CARBAJOSO; MACUELLO, 2013).

há anos atrás eu tinha um papel está tudo com o advogado um papel que eu não podia me aproximar 500 metros. (ind 03)

O porquê ela está com medida protetiva eu não posso ligar para ela mandar mensagem não posso me aproximar dela ela insiste eu vou para Prudentópolis ela vai atrás de mim em Prudentópolis me liga. (ind 06)

Nós temos a guarda compartilhada, só que o problema é que ela fez a medida protetiva eu não posso conversar com ela, não posso ter contato algum. (ind 10).

Outra repercussão relatada pelos homens é o fato de ter sido expedida a medida protetiva que impossibilita a aproximação do acusado de sua ex-companheira. A medida protetiva, segundo a Lei Maria da Penha, é uma medida por meio da qual o juiz pode determinar o **afastamento** do homem, autor de violência, da vítima. Ela visa à proteção da vítima e, entre as principais ações, destacam-se as seguintes: cessação de porte de arma; afastamento do local de convívio; aproximação da denunciante, familiares e testemunhas com limite de distância; proibição de contato com a denunciante, familiares e testemunhas por nem um modo de comunicação; proibição de ir em alguns locais visando à integridade física e psicológica da vítima e reserva ou cancelamento de visitas aos filhos menores (BRASIL, 2006).

Então, o participante 6 alega que, apesar da protetiva sua ex-companheira o procura e o segue por vários locais, bem como lhe liga tentando contato. Já o participante 10 fala da dificuldade de ter a guarda compartilhada do filho e estar com a medida protetiva, não podendo conversar nem ter qualquer contato com a mãe do seu filho para resolver assuntos sobre a criança. Da mesma forma, Boira, Carbajoso e Macuello (2013) trazem que algumas mulheres têm a intenção de reencontrar-se com seu companheiro assim que a medida protetiva termine e, para alguns homens, quando tal medida terminar, irão solicitar não mais a guarda compartilhada dos filhos, mas a definitiva, devido a situações de conflito anteriores.

[...] Fez um B.O. de mim, que eu cheguei no serviço dela para perturbar, [...] ela contou que eu era o patrão? não contou. [...] E por causa daquilo [...] foi para o Fórum e a juíza mandou pedir um mandato de prisão para mim e eu quase fui, não fui preso porque foi visto que tinha alguma coisa errada. (ind 05)

[...] Saiu um mandado de prisão para mim porque ela falou que eu estava descumprindo a medida protetiva, falou que eu tinha passado em frente à casa dela por várias vezes, saiu a prisão. (ind 06)

[...] E se eu descumprir a ordem judicial da medida protetiva, eu vou preso [...]. (ind 10)

Fiquei um passo de ser preso, eu que deveria ter feito (BO), não fiz. [...] ela fizesse uma queixa que eu fosse preso naquela hora, eu poderia ser preso inocente, provavelmente hoje eu não estaria falando. [...] eu deveria estar preso ou deveria ter saído, eu deveria ter ficado muito nervoso, eu deveria ter matado ela [...]. (ind 12)

A possibilidade de prisão é a principal consequência representada pelos homens em suas falas, sobretudo por se considerarem inocentes das acusações feitas por suas companheiras. Os participantes 5 e 6, afirmam que quase foram presos porque suas ex-mulheres alegaram que estes tinham-se aproximado delas após a expedição da medida, porém a prisão não aconteceu pois, nos dois casos, foi provado que a denúncia de aproximação não estava bem esclarecida. Porém, apesar de se considerarem, na sua maioria, inocentes, eles têm consciência de que o descumprimento da medida protetiva pode levá-los à prisão, como destaca o participante 10.

O participante 12 vai além da preocupação de ser preso inocentemente; ele mostra, em seu depoimento, o que aconteceria e o que ele faria se, devido à queixa registrada por sua companheira, ele tivesse ido para cadeia. Afirma que, certamente, quando saísse da prisão, mataria sua esposa, pois ele não aguentaria ter sofrido tal injustiça. O sentimento desse participante é recorrente em outros relatos de homens autores de violência que têm seus sentimentos oscilando entre raiva e impotência, por se sentirem julgados e não poderem fazer nada que possa alterar esta circunstância. Afirmam que agora têm problemas com os amigos, e com outras pessoas de sua convivência, por se sentirem julgados e criminalizados. Ainda se sentem envergonhados e com medo das consequências que esta ocorrência penal pode causar em sua vida e relações (BOIRA; CARBAJOSO; MACUELLO, 2013).

[...] O carro está com o filho dela. Ela queria o carro, está com o filho dela, eu estou de a pé, estou de moto. (ind 7)

[...] Se ela quer ir embora que venha buscar as coisas que é dela, eu fico com o que é meu, que eu comprei de solteiro e os móveis que é da mãe e pronto. [...] chamaram uma viatura da polícia e vieram de madrugada em casa, viemos buscar as coisas que estão aqui, entreguei tudo, de panela para cima, eu fiquei só com as coisas que eram da minha mãe. (ind 09)

[...] Terminei com ela numa boa. Outra vez o pai dela foi buscar as coisas dela, e criou um clima ruim entre a família e nos dávamos muito bem com o pai dela [...]. (ind 11)

Por fim, a separação, desencadeada pela denúncia de violência, gera, também, repercussões na vida financeira do casal. A partir do momento em que se

separam, por vontade própria ou devido à medida protetiva, o que era do casal precisa ser dividido acarretando mais um momento de conflito e estresse.

Para o participante 7, o principal motivo para a discussão que levou ao boletim de ocorrência e, por sua vez, à separação foi a compra de um carro, que acabou ficando com o filho da sua companheira e ele ficando a pé. A disputa por bens materiais é um dos principais fatores suscitadores de conflitos conjugais, como citado por Acosta e colaboradores (2015, p. 126) que afirma que “*os problemas relacionados à divisão de bens fazem parte deste contexto e também são desencadeadores de violência contra a mulher*”. Dessa forma, a perda de bens acaba sendo uma das consequências da violência contra as mulheres e, por sua vez, a disputa por estes, uma das causas.

De outro modo, os participantes 9 e 11 relatam que os bens que suas ex-companheiras levaram tiveram que ser buscados por terceiros. No caso do participante 9, em virtude da medida protetiva, os bens foram resgatados por uma viatura da polícia, e ele deixa bem claro que ficou somente com as coisas que eram da sua mãe e o que ele tinha adquirido quando ainda era solteiro. Já o participante 11, conta que o pai de sua companheira que buscou as coisas dela e que tal situação gerou um desconforto entre as famílias.

Tanto no caso do participante 9 como no do participante 11, a necessidade de incluir terceiros na sua relação acarretou mais desentendimentos e conflitos, deixando de ser um problema só do casal. Sendo assim, a repercussão ultrapassa os cônjuges e seus bens materiais e envolve outras pessoas, sejam elas familiares ou policiais. Essa situação corrobora com Rosa e colaboradores (2008) que trazem a responsabilização, por parte dos sujeitos, das pessoas externas ao casal por seus comportamentos agressivos.

5.2.4 Categoria 4 – O agressor e a sua vitimização

A categoria 4 traz as representações sociais do agressor e a sua vitimização diante da denúncia de violência perpetrada contra sua companheira ou ex-companheira. É possível perceber tanto a construção da imagem do objeto quanto o conhecimento acerca desse objeto. Os agressores representam a violência como se fosse algo externo, pertencente ao mundo, mas que pode acontecer com eles e

explicitam seus desejos de vingar-se da vítima se algo “mais grave” ocorrer, fato que faria modificar a sua situação.

As falas dos participantes trazem sua representação acerca de como eles apreendem a violência contra as mulheres em várias perspectivas. Inicialmente, apresenta-se a representação que os homens têm da Lei Maria da Penha; em seguida, a violência como algo que acontece com os outros; na sequência, a continuidade da relação ou a tentativa de retomar a união mesmo com a medida protetiva. E, para finalizar, a representação da violência e da denúncia pelos homens e a injustiça por eles vivenciada.

[...] Tem muita violência contra a mulher, porque a mulher, hoje em dia, que se batem. Eu previ um caso assim, da mulher se batendo, e ligou para a polícia e disse que foi o marido dela. [...] isso eu vi [...] como é delegacia da mulher, tem os direitos das mulheres, claro, a pessoa veio presa [...] e teve que pagar fiança para sair. [...] deveria eles ter que pensar um pouco mais, investigar mais, antes de cometer o tal em flagrante. [...] Algumas coisas resolvem em casa, mas tem muita coisa que não. Eu só vim aqui porque eles pediram para mim vir mesmo. (ind 02)

[...] Eu ganhei três dias para me defender, [...] apresentei a documentação, que ela era minha motorista, que era minha funcionária, ponto de trabalho, tudo certinho, uma declaração da escola, que foi o pedido da escola. Assim mesmo, a juíza me mandou para a PIG, colocar a tornozeleira. [...] eu cheguei na PIG e a moça, que faz a ficha, não sabia nem o que fazer, porque nunca tive uma passagem na polícia, nunca fui condenado, não tive nada a ver. Ela falou, como que você vai pôr aqui, esse rapaz, pois os bandidos, os presos aqui, saem visitar, dependendo do dia das famílias não põem tornozeleira e você vai pôr. [...] na próxima semana, foi marcada uma audiência meio às pressas, para esclarecer o negócio, tenho a medida protetiva até hoje e ela se aproveita disso [...] ainda falei, a pessoa vem aqui, vocês põem tudo o que quer e o que não quer, e vai embora e eu que me vire para provar que não fiz. Ela disse que eu tentei enforcar ela. [...] tem como chegar, fazer um exame e provar que o cara bateu, então, eu acho que tem um pouco de falha nessa parte. [...] porque a pessoa chegar e dizer que bateu e um punhado de coisa, ela tem como provar, se eu bati ela vai e faz um exame e o médico vai dar um laudo, o cara bateu tem marca, tem alguma coisa. [...] você vai e fala e vai embora, e você fica como a pessoa que fez e se não fez [...] acho que eles tinham que pesquisar um pouco mais dos fatos ocorridos, que tem mulher que sofre violência que o cara é tranqueira mesmo, mas tem mulher que vem e usa a Maria da Penha para se vingar [...]. (ind 05)

[...] A gente vê que teve discussões, mas a Maria da Penha, hoje em dia, infelizmente, ela favorece totalmente a mulher, se a mulher falar tal coisa, aquilo vai ser levado como se fosse a verdade, a ferro e fogo. [...] se a mulher acusar a pessoa, não é ela que tem que provar que o homem é culpado, e sim o homem que tem que achar uma maneira de provar que é inocente. Acho que a mulher é bem errada, da Maria da Penha, porque a pessoa fala e acreditam. [...] No meu caso [...] outros casos a gente viu e aconteceu, que um dia a gente trouxe uma pessoa aqui, que a mulher disse que ele tinha agredido ela e ficava ameaçando ela, trouxemos ela na

delegacia e tinha a irmã dela que trabalha na delegacia e quando chegamos com o cunhado ela foi defender o cunhado. A irmã da mulher defendendo o cunhado, falou que quem agredia o marido era ela e que ela estava mentindo. É um dos casos assim que acontece todo dia, acho que antes de chegar num ponto desse de uma denúncia, instaurar um procedimento um inquérito. Depois é provado que é inocente, mas até provar que é inocente a pessoa teve desgaste físico e desgaste emocional, financeiro, a imagem dele foi para baixo, o pessoal julga sem saber. [...] então ele bateu, surrou, espancou, o povo aumenta sem saber realmente o que é a situação, qual é a verdade, acho que antes de abrir um procedimento, de abrir um inquérito teria que ser feito uma investigação e colher dados primeiro. Foi comprovado, temos prova que o homem agrediu a mulher, instaura um procedimento e faz o que tem que fazer tem que ser rigoroso. Chegou a ponto de que ele fez realmente aquilo, a punição tem que ser bem rigorosa pro homem, no caso que é bem grave, bater em mulher é injusto na verdade. (ind 06)

[...] Então, resume tudo, ela me denunciou por ameaça, coisas que mulher fala, a mulher não tem no caso lesões, não tem marcas, ela vai e diz ameaça. É isso que ocorre, a gente não tem defesa [...]. (ind 07)

[...] Vão acreditar nela por ela ser mulher, nós homens, sempre vai ficar. [...] agora se eu tivesse tomado uns goles, perdido a cabeça e batido na mulher, tudo bem, mas eu não bebo e ela sabe [...]. (ind 12)

As falas apresentadas trazem a Lei Maria da Penha como algo que favorece as mulheres e prejudica os homens. Para eles, o simples fato de a mulher fazer a denúncia já os coloca como réus que necessitam provar sua inocência, independentemente se as mulheres apresentaram provas sobre o que alegam ter sofrido. O posicionamento desses homens não difere dos resultados de outros estudos, em que os acusados até concordam com a Lei, mas acreditam que essa Lei só precisaria ser utilizada em situações graves. Além disso, a ida da mulher à delegacia, para os homens, é algo desnecessária já que o caso foi leve, logo poderia ser resolvido em casa aplicada (MORAES; RIBEIRO, 2012).

[...] Ela representou, falou que eu estava ameaçando ela, [...] não tinha medida protetiva, agora sim, ela pediu a medida protetiva. E ela continua me procurando o tempo inteiro, eu fiz a denúncia para ela fiz B.O. [...] tem todas as mensagens gravadas, print das mensagens, ligações dela, gravações das ligações dela, que ela fica me procurando, mesmo estando com medida protetiva [...]. (ind 06)

[...] O filho dela não pode saber que ela está me procurando. Então sinal que se eu fosse um cara perigoso, que causasse mau para ela, ela ia querer distância de mim, não me procurar e ela vai e me procura [...] é complicado mesmo, ela indo me procurar, se acontece alguma coisa, a mulher me falou, a mão do juiz é pesada. A casa é minha eu estou na minha casa e ela está na casa dela, mas ela vem me procurar [...] e ela vai ficar comigo, para mim não sair. Nesses encontros eu tento resolver, mas

ela diz que por enquanto vamos ficar assim, o filho não pode saber, ela quer dar um tempo, que continue até certo ponto e eu não sei até onde ela quer chegar [...]. (ind 07)

Alguns participantes relataram que, mesmo separados e com a medida protetiva expedida, suas ex-companheiras os procuravam. No caso do participante 6, ele precisou fazer um Boletim de Ocorrência contra sua ex-companheira, porque ela estava, apesar de ter solicitado a protetiva, procurando-o, enviando-lhe mensagens e indo a lugares onde sabia que iria encontrá-lo. Já em relação ao participante 7, que também tinha medida protetiva, sua ex-esposa passava os finais de semana com ele. Apesar da separação e de cada um estar morando em uma casa, continuaram mantendo contato e tentando resolver seus problemas.

Nas duas situações, os homens estavam cientes das consequências que o descumprimento da lei poderia acarretar para eles, e cada um agiu de uma forma: um reiterou seu desejo de manter distância da mulher que o denunciou; o outro permitiu uma reaproximação visando reestabelecer sua união. Essas circunstâncias corroboram o que afirmam Boira, Carbajoso e Macuello (2013) segundo os quais algumas mulheres se mostram compreensivas e justificam e minimizam as atitudes de seus companheiros, assim como afirmam que não queriam denunciá-los, pois foi um caso isolado, logo desejam retomar seu relacionamento.

[...] Uma coisa que você não quer que aconteça, que você vê acontecer com os outros, jamais vai pensar que vai acontecer com você mas, lamentavelmente aconteceu. [...] o dia que eu tive na delegacia, que dei aquele depoimento, depois que as coisas acontecem, que cai a ficha, mas é bom para pessoa dar uma freada, para não acontecer mais, foi só uma vez. [...] a gente não consegue saber a reação da gente, você não sabe de que maneira você vai reagir, aquela situação que você está enfrentando, foi o caso que aconteceu comigo, eu na verdade fiquei atônito. (ind 01)

[...] Essas agressões existem em todas as partes da sociedade, não importa qual seja, mas tem homens que tem cabeça e ficam quietos e tem homens que quando dá [...]. (ind 12)

O participante 1 afirma que aconteceu uma vez, que foi algo inesperado. Já o participante 12, alega que a violência está presente em toda a sociedade, porém existem homens que conseguem se manter calmos e outros não. Para os participantes 1 e 12, a violência é algo que acontece com os outros, mas que, de repente, uma situação não esperada gera um conflito que acaba em agressão. Para tanto, os homens tendem a minimizar a assiduidade dos episódios de violência, bem

como afirmar que as agressões físicas e verbais são corriqueiras nas relações conjugais (DEEKE *et al.*, 2009).

[...]Foi assim, nessa última coisa eu tinha recebido umas mensagens e ela pediu para ver e não gostou, no outro dia eu peguei o celular dela e vi uma mensagem e não gostei e ela falou que era um amigo, saiu verbalmente de tudo quanto é jeito. Por conta da mensagem que ela recebeu, eu não gostei e comecei o xingamento. Nunca tinha acontecido nenhuma outra situação assim [...]. (ind 02)

[...] Eles não quiseram entrar, a criança, meu piá, estava no meu colo na hora que a polícia chegou. Eu falei, se eu bati nela, leva ela na unidade de saúde, se você achar uma marca nela aqui, eu não encostei a mão nela [...]. (ind 05)

[...] Eu fiquei sabendo agora, [...] que aconteceu a situação que ela tinha feito o boletim de ocorrência em novembro, ela tinha feito um boletim de ocorrência que eu tinha ameaçado ela em janeiro. [...] Se eu não me engano, e aconteceu a situação em março, aconteceu a situação que a gente estava conversando com ela, e ela tinha chamado a viatura, os piás chegaram, os conhecidos chegaram e trouxeram para delegacia. [...] só que ela falou que eu estava para ser preso, minha advogada levou as gravações, filmagens de onde eu estava, o juiz me soltou na hora. [...] foi encaminhado todas as provas [...] as duas testemunhas que ela levou, que moram com ela, [...] a favor dela, que dizem que presenciaram a situação de ameaça, falaram que não presenciaram nada foram, contra ela [...] só falaram a verdade, a advogada levou os dois depoimentos das testemunhas dela, mais dois amigos dela de Prudentópolis, que viram ela ir atrás de mim, que ficou enchendo as paciências. [...] com essas provas, saiu na hora o alvará, e tem audiência agora na segunda-feira. [...] mas o que a gente vê que na maioria dos casos não é isso que acontece. (ind 06)

[...] Escrito um negócio ali, que tinham levado ela embora, porque o que eu tinha feito para ela, acusação[...] tudo que você fez para ela e nós vamos levar embora e vamos na delegacia. [...] liguei para ela, e perguntei como que é esse negócio, e eu chamei de nome feio para cima, mais xinguei, vocês vão se meter no casamento dos outros, [...] levem, o que eu vou fazer, não posso amarrar ninguém, e foi embora. Eu vim aqui na delegacia, eles tinham mesmo vindo e falaram um monte de coisa que nunca eu falei, que ameacei de morte, que eu ia matar ela e ia jogar no banhado, uma mente bem fértil e que não é da minha ex-esposa [...]. (ind 09)

[...] Até que apareceu esse homem que ela está hoje, e virou tudo de ponta cabeça, tudo não dava certo, tudo não podia, até que chegou nesse ponto de vir denunciar, ela veio e denunciou. [...] e vir aqui por violência doméstica, sabe, não, não tem como. [...] Tudo ela concordou (audiência da guarda compartilhada), foi uma maravilha, até o promotor brincou comigo, você tem a faca e o queijo na mão, é só você escolher, o que você quer que vai ter. [...] só que ela conseguiu uma parte, agora a outra parte que ela queria que era casar, ela veio e fez a medida protetiva para ela sair limpa [...]. (ind 10)

Eu falei, como que você tem capacidade de dizer que me ama?, e ela, mas, eu te amo. Como que a pessoa depois de ver com outro na cama diz que

ama? E aquela foi na hora que eu estourei! Foi na hora que eu estourei e ela já estava no chão, e já estava numa situação que não estava de igual para igual, eu de pé e ela sem defesa. Ela falou, mas eu te amo. E eu peguei e dei um chute na perna dela. Como que você me ama?, com muita raiva. Eu peguei e falava, claro que da boca para fora, sabe aquela expressão, nossa, que vontade de te matar. E ela pensou ele vai me matar, agora tá loução. E eu, nossa que vontade de te matar [...] Ela levantou e saiu andando. Na hora que ela saiu andando, quando ela ia descer o barranquinho, eu peguei e empurrei ela. E na hora que eu empurrei, ela caiu e machucou as mãos. [...] Ela caiu, e ela pegou e meio que correu de mim, eu peguei e fui atrás dela e falei, pare de chorar, sua louca, peguei e quis me acalmar, pare de chorar. E ela, não, não, não. Aquele choro dela foi me dando um negócio louco. Eu estava com muita raiva e falei, nossa, que vontade de te matar. E ela, pare, eu vou gritar e todo mundo vai escutar. E eu falei, se você foi gritar eu seguro a tua boca. E ela começou a chorar. [...] Aquela saída dela mais uma vez me deu muita raiva e eu, vou te matar, sua louca. [...] Peguei e fui atrás dela mais uma vez, e ela, não, não faça isso [...] não estrague a tua vida por causa de mim. Eu falei, mas se eu te matar eu me mato depois. Falei, eu estava retardado. É lógico que eu não iria fazer nada. Se eu te matar, eu me mato. E ela, não, não, não. [...] E falei, obrigado por tudo o que você fez comigo. E ela, nem es quente, não vou falar para o meu pai o que você fez comigo. [...] E falou, desculpa de eu ter estragado a tua vida. [...] fez o boletim, aí chegou uma intimação para mim, pediu a medida protetiva, mas isso foi a pedido da mãe dela com certeza. [...] mas o que eu penso é que [...] a gente quer ser certo, na verdade, se torna mais errado, aí fui conversar com o meu advogado hoje, que nem foi tudo, não tinha nenhuma testemunha, eu só empurrei. [...] você empurrou ela, sim eu empurrei, você deu um chute nela, dei um chute. Eu atirei no meu pé, então, é falei a verdade eu não fui errado comigo mesmo. [...] meu pai falou, entre e fale a verdade. Que nem o advogado, tem toda a malícia, se você não tivesse falado a verdade, [...] mas não tivesse contado nada, nem tinha ido para frente. [...] ela (advogada) falou que se provar isso, por eu ter visto ela naquela situação, nada justifica, mas pelo menos o ato, mas a advogada falou um negócio, que eu não entendi, é um negócio psicológico. [...] eu não sei os casos das agressões, mas eu já ouvi falar que o homem que bate realmente, eu acho que não aconteceria de novo [...]. (ind 11)

[...] Uma outra vez ela me empurrou, e automaticamente, eu levei a mão do lado e empurrei também, ela foi e se afastou do lado, eu não considero isso como agressão, como um reflexo [...] mas geralmente a mulher é muito mais fraca, e eu falei, uma das coisas que eu mais penso assim, não gosto dessas coisas de agressão, não tem como [...] que não tem lógica do caboclo fazer isso, e nem da mulher também atacar, porque se ela for atacar, provavelmente, porque eu sou de um sistema assim, toda ação tem uma reação. [...] Agora, das agressões, aconteceu de ela também me agredir, e aconteceu de eu também, é o que eu contei, toda ação tem uma reação [...] se você pegar, e toda hora ir atacando um homem, atacando um homem, certeza que uma hora ele vai te empurrar, ele vai te dar uns tapas, entendeu, a última história é que vai valer a dela. (ind 12)

Os discursos acima apresentam como os participantes da pesquisa apreenderam a violência cometida e a denúncia sofrida. Cada um traz a imagem construída a partir de suas vivências e realidades e apresentam, em suas falas, suas representações acerca deste objeto, que é a violência contra as mulheres.

Os participantes 5, 6, 9, 10 negam a violência pela qual foram acusados, já o participante 12 admite ter agredido sua esposa da mesma forma como foi agredido, porém nega a tentativa de violência sexual. No entanto, os participantes 2 e 11 admitem terem cometido as violências pelas quais estão sendo acusados.

Estudos trazem a negação da prática da violência como uma constante no discurso de homens acusados de violência doméstica, como é evidenciado por Silva, Coelho e Njaine (2014), quando afirmam que os homens têm distintas visões acerca da circunstância pela qual foi acusado, passando pela negação e chegando até a culpabilização da mulher. Do mesmo modo, Rosa *et al.* (2008) trazem a minimização e a negação da violência como uma prática entre os autores de violência.

Além da questão de admitir ou não a prática da violência, os participantes tentam justificar suas ações, seja por só considerarem como violência a violência física, ou até mesmo por acreditarem que sua ação é simplesmente uma reação de um ato cometido contra eles por suas companheiras.

O discurso do participante 12 vai ao encontro do relatado por Moraes e Ribeiro (2012, p 54), que, “um ato de agressão que não seria grave poderia, em uma situação específica, deixar marcas no corpo da mulher. [...] não havendo a intencionalidade da agressão, [...] não deveria o homem ser apontado como o único responsável pela violência”. Assim, algumas atitudes não são percebidas como violentas, podendo levar à vulgarização e à naturalização da violência (SILVA; COELHO; NJAINE, 2014).

Já o participante 5, ao negar a violência, faz a relação que violência contra as mulheres é violência física e que, deste modo, não cometeu violência alguma. Este entendimento que violência é só aquela que deixa marcas, ou seja, violência física, também foi evidenciado nos achados de Moraes e Ribeiro (2012), que trazem que os participantes não se compreendem como agressores ou autores de violência, visto que, de acordo com a hierarquização da violência por eles entendida, seus atos estavam na categoria menos grave.

O participante 6, que nega ter cometido a violência, refere ter apresentado testemunhas que afirmam que as acusações feitas por sua ex-companheira não são verdadeiras. Além disso, ele enfatiza que, segundo suas experiências, a maioria dos casos de violência contra mulher não são reais, que as mulheres inventam ou aumentam as situações para prejudicarem seus companheiros. Essa ideia também

aparece nos resultados do estudo de Silva, Coelho e Njaine (2014), que apresenta o depoimento de homens nos inquéritos policiais, afirmando que as acusações são injustas e, também, fazem declarações que depreciam sua mulher, levando a acreditar que as marcas da violência foram ocasionadas por elas próprias e até mesmo, estabelecer um conceito de que elas são imprudentes e doentes.

Apesar de o participante 2 admitir a violência e os xingamentos, fica clara, em sua fala, a questão do controle sobre o outro. Nesse caso, tanto marido como esposa recebem mensagens que não agradam ao companheiro, mas, quando esta é recebida pela mulher, o fato gera conflito que, por sua vez, leva à violência verbal por parte do homem. Essa situação corrobora a reflexão de Silva *et al.* (2012, p. 265)

Que violência contra as mulheres está calcada profundamente nas relações de poder, entendendo como uma forma dinâmica e relacional, exercida tanto por homens quanto pelas mulheres, ainda que de forma desigual. [...] a violência praticada contra as mulheres está intimamente ligada ao poder, privilégios e controle masculino.

Os participantes 9 e 10 alegam que a culpa de tudo o que aconteceu em sua relação conjugal é devido à interferência de terceiros. Para o participante 9, familiares de sua ex-companheira é que a levaram embora de casa e fizeram-na registrar o boletim de ocorrência contando inverdades sobre ameaça de morte, entre outras acusações. Já o participante 10 diz que, a partir do momento em que sua esposa se envolveu com um antigo namorado, seu casamento terminou, e que além disso, sua ex-companheira fez uma denúncia infundada para que pudesse se casar e sair imaculada da relação. Pessoas alheias às relações são consideradas como fortes contribuintes para os conflitos conjugais, irritando e levando à perda do domínio de si próprios (ROSA *et al.*, 2008).

Ainda, o participante 11 alega toda a violência cometida contra sua ex-companheira, porém justifica suas atitudes devido a tudo que sua mulher fez durante muito tempo, principalmente os últimos acontecimentos que o levaram a um acesso de raiva, que culminou com a violência física e as ameaças. Muitos homens, quando assumem a violência praticada, colocam a culpa na mulher, tanto no que se refere a coisas que elas fizeram, como devido a coisas ou comportamentos que deveriam ter e não têm.

Segundo Moraes e Ribeiro (2012), os homens justificam a violência como uma maneira de responder ou punir as atitudes impróprias da companheira,

ocorrendo em momentos específicos, sendo distinguidos daqueles que cometem violência continuamente. Ainda, a mulher que sofreu a violência é considerada corresponsável pela violência sofrida.

[...] Porque eu não posso chegar perto dela para falar nada a respeito das crianças, a respeito de escola, a respeito de médico. [...] Só que é complicado a respeito das crianças, a guarda está com ela, e ela está fazendo o que quer e o que não quer, não está nem se preocupando se vai ser para o bem da criança ou não vai, ela faz o que quer. [...] mas o que a gente vai dizer é complicado e a gente se preocupa com as crianças mas as vezes ela assim por vingança ou sei o que. (ind 05)

[...] Desde o meu trabalho, não posso sair antes para ir para o trabalho, e não posso chegar depois que ela desconfia alguma situação, se vou no mercado e demoro é motivo para briga. [...] eu estou fazendo academia, ela diz que estou indo na academia por causa da mulherada, eu falo que não, que é questão de saúde e ela não acredita, falo para ela ir fazer academia junto, ela não quer fazer. [...] esse momento que eu estou aqui, meu filho está no carro, porque ela não confia que eu estou aqui, é essa questão, ela não confia em nada, quando eu falo para ela, me cobre situação que você vê, não coisa que você imagina. [...] E se eu fico bravo das cobranças ela fala que eu estou devendo, e diz você está ficando bravo, então você deve, mas não é o fato de eu dever e sim o fato de eu estar sendo injustiçado nessa questão. [...] Como eu falei para escritã, na verdade o meu relacionamento eu estou pisando em ovos, a partir desse momento, qualquer coisa que der eu estou arriscado a ir preso, ela pediu medida protetiva e voltou atrás, não podia, morando na mesma casa. (ind 08).

[...] Dessa última vez, nós tivemos uma discussão por causa de uma mulher que só passava e dizia adeus para mim, e não dizia nada para ela, e sempre procurava quando eu estava num canto do lote, dizia adeus para mim e para ela nada, claro que deu discussão eu falei eu não tenho nada a ver, quer dizer adeus, diga, e se não quer. [...] aquela comadre dela, e as filhas, que tem uma que é afilhada dela, aquele pessoal que está por trás, porque ela nunca teria cabeça para me acusar da maneira que foi levantada a acusação contra eu, só que é tudo falsa. [...] agora eu vou apelar e vou atrás de um advogado, vai para o fórum, e eu vou processar porque calunia e difamação, também é crime. [...] eu não entendo nada, porque eu nunca tive problema com delegacia mesmo. [...] eu tenho direito a defesa, mesmo não tendo condições financeiras é me dado o direito de ter um advogado público, e uma defesa, eu fui mais ou menos informado, assim eu vou procurar saber agora. [...] porque eu sei que vai para o fórum, como vai para o fórum agora, eu vou precisar de alguém para me aconselhar, de como proceder agora nessa situação. [...]. (ind 09)

[...] Ela fez para mim isso medida protetiva, agora eu tenho que ficar me humilhando e correndo atrás para conseguir ver meu filho. [...] a mãe dela já me falou muitas coisas já me humilhou muitas vezes. (ind 10)

[...] Foi a situação assim, que eu peguei e vi ela fazendo que nem uma pessoa companheira de outra pessoa, e mesmo depois de eu ter visto, ela olhou para minha cara e falou eu te amo ainda. [...] Até então, eu nunca fiz nada errado, eu sempre tentei ser aquele cara tipo, nossa fazer as coisas bonitas para ela, e depois de tudo que eu fiz por ela, ela foi fazer aquilo

comigo. [...] Eu só quero entender porque você fez isso comigo [...] Então eu não sei se eu estou, errado ou se eu estou certo, ou só porque eu desculpei ela, eu deveria ter esquecido isso, mas por uns dois três meses foi bem ruim, porque aquilo (traição) me martirizava me machucava bastante. [...] fulano eu te amo muito, eu sei que as minhas atitudes estavam erradas e por isso deve ter acontecido o que aconteceu, ela estava tentando se desculpar, então está bom. [...] e chegava umas mensagens, e ela escondeu o tablet, e eu falei, me daqui agora, quero ver, e ela, não, você não vai ver, o que você está escondendo. [...] fui tocar a minha vida, peguei e cansei, depois de tudo que eu tinha feito para ela, e não foi pouca coisa, esse negócio do pedido de casamento, aquele cara que tentava fazer de tudo, tentei fazer de tudo, e ainda assim aconteceu isso, eu me revoltei mesmo e fui tocar minha vida. [...] no meu caso, eu acho que era por ter se repetido essas mentiras, e foi se repetindo, se repetindo, e foi estressando, e foi criando uma raiva que tirou todo aquele amor, aquele carinho de antes, me fez tratar ela como se fosse uma pessoa. (ind 11)

[...] Toda ação tem uma reação, não adianta as pessoas quererem dizer alguma coisa que tem que ter controle, não tem. [...] mas se eu quisesse eu tinha socado ela na cadeia, e não ia ter Maria da Penha para ajudar, era diferente, o dia que aconteceu, não teve nada de agressão, tinha gente, tinha polícia vendo. [...] e ela mesmo, nunca falou nada para ninguém, depois, no depoimento dela, estava cheio de baboseira sabe, de coisas, que também umas coisas verdades, outras não [...] mas o de hoje não tem mais nada, porque caiu a ficha, e ela viu que realmente estava errada, acusou de violência física, acusou de forçar com relacionamento sexual, dessas coisas. [...] Então, é que eu digo, que é o perigo [...] toda ação tem uma reação, as pessoas que pensem antes de fazer. [...] O que eu ia fazer com essa mulher, sem eu dever, fica uma interrogação. [...] Por isso que esses homens saem dessas cadeias, e matam essas mulheres, porque elas não pensam nas consequências. É uma das coisas que tem que ter certeza que ele fez que ele agrediu, porque ele não vai fazer, porque ele sabe que está errado [...] mas as injustiças que existem para as mulheres é muito grande, não gosto disso, mas para os homens também existe. Fiquei um passo de ser preso, eu que deveria ter feito não fiz. [...] Eu acredito que tem muita injustiça por aí, eu gostaria que todas as mulheres converssem com os maridos, os maridos converssem com as mulheres, que não briguem, mas se se tocarem, se separarem. [...] me conte alguma vez que eu te forcei, [...] essas coisas não existiu, olha o perigo, se você me faz uma tragédia, eu não sei, ia acontecer uma tragédia com você. [...] Você ia fazer o que, me matar, eu disse, ía, porque eu estou me preparando tanto para uma vida tão boa, até hoje eu só fiz coisa boa, ainda você abusar, mentir de um troço desse, que não aconteceu, o que você quer, que eu te encha de flores. Quando o cara sai de uma situação que abrem a cela dele, a cabeça dele é só pegar a mulher se ela dever. [...] É muito perigoso é mentir, acho que as pessoas tem que falar a verdade, e se houve uma agressãozinha, ele me deu uns empurrões, mas não minta, o que puder amenizar converse antes de acontecer essas coisas. [...] contra o gosto ele vai preso, talvez ele sai, e daqui uns dias ela está com outro cara na rua porque não dá nada, é erro. [...] Porque naquele momento, ele está muito nervoso, ele está muito chateado, faz dois meses que ele não te vê, faz três meses que ele não te vê, se ele te pegar com um homem, provavelmente a reação dele vai ser bem diferente, [...] ele está com aquela paixão que o homem ama e não conta, e de repente ele vai ver a mulher, porque brigaram coisa e tal, provavelmente vai acontecer uma coisa [...] um cara, matou a mulher, porque ela tinha separado dele e estava com o gerente. Matou o gerente, se matou, e ela diz que está numa cadeira de rodas, coisas assim. (ind 12)

Os homens acusados de violência contra as mulheres sentem-se injustiçados e vítimas do sistema, independentemente de alegarem, ou não, a violência pela qual estão sendo acusados. Nos discursos acima, todos trazem a injustiça de forma clara, seja por suas ex-companheiras dificultarem sua relação com os filhos, pelo ciúme excessivo de sua esposa, por todo um histórico de mentiras de sua ex-companheira, seja por considerar sua reação uma atitude em resposta a uma cometida por sua mulher e, principalmente, por estarem sendo acusados por algo que não fizeram, ou que não fizeram da maneira que foi descrito no boletim de ocorrência.

Essa injustiça e vitimização são evidenciadas no estudo de Boira, Carbajoso e Macuello (2013) que destacam que, entre os homens entrevistados, alguns afirmaram que se sentem socialmente condenados, tratados de maneira injusta e vítimas do sistema, e perguntam “¿Que si somos víctimas..., si no hemos hecho nada? Una cosa es que no hayas hecho nada y que puedas ser víctima también, puedes haber hecho y también ser víctima” (p. 128). Do mesmo modo, Oliveira e Bressan (2014) verificaram que os participantes da sua pesquisa também assumiram o lugar de vítimas como, por exemplo nas histórias de Romeu e Julieta, e Otelo e Desdêmona, nas quais tanto Romeu quanto Otelo colocam-se como vítimas, e reagiram para se defenderem da agressão de suas companheiras, o que infelizmente levou ao homicídio das mulheres.

Ainda, os homens consideram a mulher responsável, mesmo que não sozinha, pela violência sofrida, como afirma um sujeito: “eu sei que errei, e tenho que mudar. Agora, houve provocação. E acho que em todos os casos aqui houve provocação” (MORAES RIBEIRO, 2012, p.55).

6 EM BUSCA DA COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE HOMENS ACUSADOS POR PRÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

As Representações Sociais dos homens autores de violência contra as mulheres estão alicerçadas em sentimentos, repercussões e comportamentos do sujeito em relação ao objeto. Assim, essa representação é o preparo para os atos, pois, além de orientar as condutas, ela recompõe e remodela os fundamentos do universo em que os atos precisam ocorrer. E, também, permite significar os atos, agregá-los a um círculo de afinidades que esteja vinculado ao objeto, proporcionando as noções, as teorias e o fundo de observações que tornam essas afinidades plausíveis e eficazes (MOSCOVICI, 2012, p. 46).

Para tanto, a violência contra as mulheres, a partir dos termos e discursos dos participantes, recebe um significado particular para este grupo específico de sujeitos dando ênfase às suas relações. No que se refere às expressões evocadas, a representação do objeto foi apreendida a partir de atos, valores e motivos relacionados ao sujeito e ao próprio objeto. Já os discursos são pautados em três dimensões, que são atitude, informação e campo de representação ou imagem.

Assim, ao se falar em violência como algo passado e vivenciado de geração a geração e vista como crônica na vida dos sujeitos, deparamo-nos com a dimensão de atitude, descrita por Moscovici como alguma coisa que “termina de explicitar a orientação global em relação ao objeto da representação social” (MOSCOVICI, 2012, p. 65). Esta orientação pode ser tanto favorável, como desfavorável e até mesmo intermediária.

As relações familiares vividas são repletas de posicionamentos diante da violência, sejam estes, aceitos ou não, contrários ou não. E essa posição interfere, de forma direta, nas atitudes diante de conflitos vivenciados com filhos e companheiras. Assim, as representações sociais são reconhecidas como “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais”. Intervindo nos procedimentos de transmissão e apropriação das noções, o crescimento pessoal e da coletividade, o sentido das identificações individuais e sociais, a declaração dos grupos e as mudanças sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Do mesmo modo, quando surgem sentimentos e comportamentos diante do objeto, também estamos falando de atitudes, ou seja, tomadas de posição. Pois

entre as dimensões das representações sociais a atitude é a mais frequente e geneticamente a primária (MOSCOVICI, 2012). Para tanto, só podemos construir uma imagem e uma informação sobre um objeto, somente, se antes tivermos nos posicionados diante desse objeto.

Neste sentido, o diálogo surgiu como uma das principais atitudes que precisam ser conservadas ou implantadas para que os conflitos e, por consequência, a violência seja evitada. E, entre os sentimentos representados, o ciúme é destaque, pois vem arraigado de toda uma construção social dos papéis femininos e masculinos na sociedade.

No que se refere às principais expressões evocadas, na dimensão atitude, destacam-se os termos *covardia* e *errado* no núcleo central, *contra e não deixar acontecer* na zona de contraste e *não cometer* na segunda periferia. Todos esses vocábulos trazem as atitudes desejadas ou realizadas perante o objeto, reafirmando que todo sujeito tem que tomar uma posição diante do objeto e que, nem sempre, as representações são coerentes (MOSCOVICI, 2012). Para tanto, esses termos são atitudes relacionados aos atos e valores dos sujeitos em relação ao objeto representado.

O objeto de estudo é representado de maneira imagética, isto é, ele tem seu próprio campo de representação a partir daquilo que é apreendido pelos sujeitos. Para Moscovici (2012), a dimensão imagem ou campo de representação leva ao conceito de modelo social, com as limitações específicas das suas proposições e com conteúdo concreto, determinando o objeto representado. Ou seja, é a imagem do objeto construída pelo grupo social.

Para os participantes, a repercussão do objeto, em suas vidas, é uma das imagens construídas e vem repleta de representações negativas. O risco de ser preso e as consequências que podem envolver esta situação levam à constituição de um modelo social, a partir da apreciação e alusões de mundo. Então, “a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura e teoria de referência para compreender a realidade” (JODELET, 2001, p. 39).

Do mesmo modo, quando a implicação está ligada à convivência com os filhos, uma imagem também é elaborada, conservando as linhas do passado, se resguardando das transformações e reforçando o anseio de seguimento do lugar e dos conhecimentos pessoais e grupais (MOSCOVICI, 2012).

Sendo assim, o modelo social, fundamentado nas repercussões na vida dos participantes em função da acusação de violência feita por suas companheiras e ex-companheiras, é o prejuízo em todas as esferas da vida, seja nas relações, nas finanças e principalmente na liberdade.

Já os termos que trazem a imagem construída do objeto foram *desrespeito* e *respeito* na primeira periferia, *briga* e *discussão* na zona de contraste, e *mentira* e *traição* na segunda periferia. Considerando que o modelo social é uma representação do grupo social ao qual o sujeito pertence, pode-se dizer que a imagem da violência contra as mulheres é constituída por valores e motivos.

A dimensão informação, traz o conhecimento que o sujeito tem acerca do objeto, isto é, “tem relação com a organização dos conhecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social” (MOSCOVICI, 2012, p. 62). Desse modo, o conhecimento dos homens está vinculado à Lei Maria da Penha, à violência como algo que acontece com os outros, ao desejo de manter a relação conjugal apesar da medida protetiva e, principalmente, aos conceitos de violência, denúncia e injustiça.

No que tange à Lei, os homens têm a informação de que ela é única e exclusivamente para benefício da mulher e que sua execução é para prejudicar sua vida, pois eles se sentem injustiçados por se considerarem inocentes daquilo que são acusados. Então, para Moscovici (2012), a representação tem um papel essencial da realidade, da exclusiva realidade experimentada e na qual a maior parte das pessoas se movimenta.

O conhecimento de violência, também vem representado de forma reservada e repleto de construções coletivas e individuais, reafirmando que a “representação social é uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 27). Assim, deve-se distinguir que, inicialmente, não são os conhecimentos científicos que irão definir o que é a violência, a lei e a denúncia, e sim o conhecimento do senso comum (ABRIC, 2000).

Salienta-se que o objeto, aqui representado, pela Lei, pelo desejo de manter a relação, pela medida protetiva, pela denúncia, pela injustiça e pela própria violência, além de ser construído por informações individuais e particulares, também tem seu modelo social. A imagem vem para complementar as representações sociais do objeto, isto é, ela “é concebida como um reflexo interno da realidade

externa, cópia conforme no pensamento daquilo que se encontra fora dele, assim, é reprodução passiva do dado imediato” (MOSCOVICI, 2012, p. 44).

Quanto ao conhecimento dos participantes sobre o objeto representado, as expressões citadas trazem a agressão no núcleo central e verbal, violência e xingamento na zona de contraste. Todos esses vocábulos fazem alusão a atos que podem ser inferidos como a representação social deste objeto, ou seja, a violência contra as mulheres é representada pelos homens autores como diversas ações praticadas contra as mulheres.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as representações sociais de homens autores de violência contra as mulheres, o primeiro ponto a ser ponderado é a questão da cronicidade da violência. Acredita-se que a violência é uma condição crônica na vida desses homens, visto que a maioria deles conviveu, desde a infância, com situações conflituosas e de violência, nas quais o poder masculino se sobrepuja sobre os direitos femininos. Esses sujeitos mostram a cronicidade do conviver com a violência e evidenciam as representações desta violência que vem repleta de justificativas e de comportamentos e ações aceitas pela sociedade.

Os homens, apesar de não perceberem, são influenciados pelo passado e repassam a violência vivenciada. A construção da imagem de seus pais, sofrendo ou cometendo violência, faz com que eles pensem se estas atitudes são certas ou não, levando-os à construção de uma nova imagem dos seus atos.

Ponderando que os participantes viviam e conviviam com a violência, desde a infância, algumas atitudes diante dos conflitos na vida adulta foram buscadas. O diálogo surge como a principal forma para a resolução das situações conflituosas, porém, esse diálogo, ainda é extremamente influenciado pelas relações de poder, segundo as quais eles, os homens, sempre têm a razão. E também, a imaturidade do casal faz as relações tornarem-se doentias e entrarem em um ciclo de conflitos e disputa de poderes.

A repercussão da violência na vida dos sujeitos vem desde sua infância, reforçando que o fato de conviver com conflitos desde criança pode gerar adultos violentos e/ou com tendências à violência. A consequência mais temida e mais provável, após terem sido acusados, é a prisão em virtude da medida protetiva, porém, ao manterem a alegação de inocentes das acusações, se esta implicação se confirmar, sua reação será mais enfática que a própria violência pela qual estão sendo acusados.

Por fim, a representação da violência vem repleta de culpabilização da mulher e da vitimização dos homens. Os homens autores da violência, apesar de em alguns casos admitirem-na, colocam a culpa ou parte da culpa na mulher que sofreu a violência. Justificam seus atos, em função de atitudes ou reações que suas companheiras tiveram e concluem que eles também são vítimas seja das suas próprias mulheres ou do sistema em que vivem e no qual foram criados.

Ponderando a análise estrutural das representações sociais, pode-se dizer que o núcleo central é carregado de questões de gênero, pois o ato de agredir só se torna possível em função de a mulher ser considerada a parte frágil da relação. Assim como as atitudes, representadas por valores, são relativos a esta fragilidade feminina, que está arraigada nos seres humanos que definem a mulher como um ser débil e inferior.

Cabe ressaltar que a análise desta tese foi mais pautada em estudos que traziam a realidade das mulheres em situação de violência e que, ao se comparar os achados deste estudo e das demais pesquisas, foi possível encontrar, nas falas masculinas, as respostas para as queixas femininas. Dessa forma, ao se pesquisar a violência contra as mulheres a partir do discurso dos homens autores de violência, tem-se uma contribuição para a diminuição e quiçá a erradicação desse tipo de violência que está presente em todo o mundo.

Finalizando, consideram-se algumas limitações do estudo, como o tempo de coleta, que acabou se estendendo em virtude das várias alterações que ocorreram na equipe da Delegacia da Mulher onde foram captados os participantes. Entre tais alterações, destacam-se a mudança da delegada e a troca de três escrivãs, bem como da investigadora.

Outro ponto que pode ser considerado como limitador do estudo foi o fato de as entrevistas terem sido feitas por uma mulher. Isso, de uma forma ou de outra, pode ter influenciado no relato feito pelos homens, bem como a captação dos participantes ter ocorrido na delegacia, quando estes foram chamados para prestar seu primeiro depoimento no processo de investigação da violência. Porém, em nenhum momento, isso foi percebido pela entrevistadora. E, por fim, o escasso número de pesquisas em que os homens autores de violência contra as mulheres são os sujeitos principais da pesquisa dificultou, em alguns pontos, uma análise comparativa entre os achados desta com os de outras pesquisas.

A contribuição desta pesquisa para o enfrentamento da violência se dá ao revelar as representações dos homes autores, apresentando-os como atores a serem incluídos nas ações de enfrentamento. Ao identificar tais representações, os profissionais de saúde podem planejar ações que visem não somente ao atendimento da mulher vítima, mas na perspectiva de mudança nas relações sociais e de gênero, e dos comportamentos violentos adotados na resolução dos conflitos domésticos. Assim, esta pesquisa têm o intuito de propiciar subsídios aos gestores e

profissionais que atuam na rede de atenção à violência para a elaboração de ações de enfrentamento da violência que envolvam os homens.

A abordagem dos homens autores de violência, além das políticas e ações de enfrentamento, deve ocorrer nos cursos formadores dos profissionais que irão atuar na rede de enfrentamento. Com isso, os futuros profissionais dessa área terão condições de, embasados na perspectiva de gênero, ampliarem o olhar para além do cuidado técnico e dos agravos físicos manifestos nos corpos das mulheres, para atuarem também na quebra dos paradigmas sociais e na alteração do comportamento violento dos que praticam a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMSKY, T. *et al.* What factors are associated with recent intimate partner violence? findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **BMC Public Health**, Londres, v. 11, n. 109, p. 1-29, 2011.
- ABRIC, J. C. **Práticas sociais y representaciones**. México: Ediciones Coyoacán, 2001.
- ABRIC, J. C. A Abordagem Estrutural as Representações Sociais. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000 p. 27-38.
- ACOSTA, D. F. *et al.* Violence against women committed by intimate partners: (in) visibility of the problem. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis. v. 24, n. 1, p. 121-27. 2015.
- ACOSTA, F. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil** / Fernando Acosta, Gary Barker. – Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.
- ÁLVARES, M. L. M. Estudos sobre gênero no Pará. In: FERREIRA, M.; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. **Os Poderes e os Saberes das Mulheres: A Construção do Gênero**. São Luis: EDUFMA, 2001.
- ARAUJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 2, p. 98-119, 2008.
- ARAÚJO, I. M., LIMA, J. C., BORSOI, I. C. F. Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 705-732, 2011.
- BAPTISTA, P. C. P., MERIGHI, M. A. B., FREITAS G. F. El estudio de la fenomenología como una vía de acceso a la mejora de los cuidados de enfermería. **Cultura de los cuidados**, España, v. XV, n. 29, 2011.
- BEIRAS, A. *et al.* Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n. 1, p. 36-45. 2012.
- BERTAUX, D. **Narrativas de Vida** – a pesquisa e seus métodos. EDUFRN, 2010.
- BERTAUX, D. **El enfoque biográfico. Su validez metodológica, sus potencialidades**. En *Proposiciones* vol. 29. Santiago de Chile : Ediciones SUR, 1981.
- BOIRA, S., CARBAJOSA, P., MARCUELLO, C. La violencia en la pareja desde tres perspectivas: Víctimas, agresores y profesionales Psychosocial Intervention. **Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid**. Madrid, España v. 22, n. 2, p. 125-133, 2013.

BOIRA, S., CARBAJOSA, P., MÉNDEZ, R. Fear, conformity and silence. Intimate partner violence in rural areas of Ecuador. **Psychosocial Intervention**. v. 25, p. 9-17, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, 2015 –IBGE IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Resultados do Universo. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm acessado em 11 de dezembro de 2015

BRASIL. Resolução 466/2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 12 dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política Para as Mulheres. Observatório Brasileiro da Igualdade de Gênero. **Balanco da Central de Atendimento à Mulher - 2006 a 2009**. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br>. Acesso em: 30/08/2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres – DEAMs**. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à saúde do Homem: Princípios e Diretrizes**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento à violência contra a mulher: balanço de ações 2006-2007**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, **Departamento de Análise de Situação e Saúde, Organização Pan-americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde**. Textos Básicos de Saúde 1ª edição, Brasília, 2005.

BRUNS, M. A. T.; SOUZA-LEITE, C.R.V.S. **Gênero em questão: diversos lugares, diferentes olhares**. São Paulo: Iglu, 2010.

CAMARGO, B. V. *et al.* Representações Sociais de saúde e cuidado: um estudo multicêntrico sobre vulnerabilidade masculina. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 179-92, 2011.

CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 21, n. 2, dez. 2013.

CAVALCANTI, L. F., GOMES, R., MINAYO, M. C. S. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 31-9, 2006.

CHARTIER, J. F.; MEUNIER, J. G. Papers on Social Representations. **Peer Reviewed Online Journal**. v. 20, p. 37.1-37.47, 2011.

COKER, A. L. *et al.* Physical partner violence and medicaid utilization and expenditures. **Public Health Reports Association of Schools of Public Health**, v. 119, p. 557-67, 2004.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994). Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 26/02/2015.

COSTA, M. C., LOPES, M. J. M., SOARES, J. S. F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 162-168, 2015.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Representações da Violência de Gênero para Homens e Perspectivas para a Prevenção e Promoção da Saúde. In: Gomes R. **Saúde do Homem em Debate**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011.

CUESTA-BENJUMEA, C. La investigación cualitativa: El desarrollo Del conocimiento em enfermería. **Texto contexto enferm.**, v. 19, n. 4, p. 762-6, 2010.

DEEKE, L. P. A. *et al.* Dinâmica da Violência Doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-58, 2009.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 1037-1050, 2009.

DURAND, J. G.; SCHRAIBER, L. B. Violência na gestação entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo: prevalência e fatores associados. **Rev. bras. epidemiol**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 310-322, set. 2007.

FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 27-51.

FERNANDES, B. C. **Uma Organização em Contextos de Mudança:** Representações Sociais dos seus Colaboradores. Minho, Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação Especialidade de Comunicação Estratégica e Organizacional) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2013.

FERRAZ, M. I. R; LABRONICI, L. M. Perfil da violência doméstica contra mulher em Guarapuava, Paraná. **Cogitare Enferm**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 261-8, 2009.

FERREIRA, F. M. Família, Gênero e Violência doméstica na infância. **Caderno Espaço Feminino**. v. 26, n. 1, 2013.

FLEMING, P. J. *et al.* Risk Factors for Men's Lifetime Perpetration of Physical Violence against Intimate Partners: Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). **Eight Countries. PLoS ONE**. v. 10, n. 3. 2015.

FONSECA, R. M. G. S. Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença. PROENF-Programa de atualização em Enfermagem na saúde do adulto. **Artmed/Panamericana**, Porto Alegre, v.3, p.9-39, 2008.

FRA — Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. **Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia Síntese dos resultados**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileira e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GADONI-COSTA, L. M., ZUCATTI, A. P. N., DELL'AGLIO, D. D. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, 2011.

GELDSCHLÄGER, H. *et al.* Programas Europeos de Intervención para Hombres que Ejercen Violencia de Género: Panorámica y Criterios de Calidad. **Intervención Psicosocial**, Madrid, v. 19, n. 2, p. 181-90, 2010.

GOMES, N. P. *et al.* Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v.33, n. 2, p. 109-116, 2012.

GOMES, N. P. *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-8, 2007.

GRANJA, E.; MEDRADO B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicol. soc.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 25-34, jan/abr 2009.

GUEDES, R, N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 625-31, 2009.

GUZMAN, Y. E. R. de; TYRRELL, M. A. R. Construyendo un lenguaje incomun en mujeres víctimas de violencia conjugal. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 4, p. 679-684, dez. 2008.

HEISE, L. Gender-based Abuse: The Global Epidemic. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10. n. supl 1, p. 135-45, 1994.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LACERDA, M. R., LABRONICI, L. M. Papel social e paradigmas da pesquisa qualitativa de enfermagem. **Rev. bras. Enferm**, Brasília, v. 64, n. 2, p. 359-64, 2011.

LAHLOU, S. Papers on Social Representations. **Peer Reviewed Online Journal**. v 20, p. 38.1-38.7, 2012.

LEME, M. I. S. Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 367-380, 2004.

LEVISKY, D. L. Prefácio – Uma gota de esperança. In: ALMEIDA, M. G. B. (org) **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f.

LIMA, D. C; BÜCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-43, 2011.

LIMA, D. C; BUCHELE; F, CLIMACO, D. A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

MACHADO, L. B., ANICETO, R. A. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 67, p. 345-363, 2010. Moraes e Ribeiro (2012)

MADUREIRA, A. B. *et al.* Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014.

MAGALHÃES, I. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. **Calidoscópico**, v. 6, n. 2, p. 61-68, 2008.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliqueé aux corpus textuelles: les primaires socialistes pour l'élection présiden tielle française. **Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**, Liège, Belgique p. 687-699, 2012.

- MORAES, A. F., RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, 2012.
- MARCONDES, G. G. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998. 202 p.
- MOREIRA, M. I. C., SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 28, p. 13-26. 2012.
- MATTOS, M.; MARUYAMA, S. A. T. A experiência em família de uma pessoa com diabetes mellitus e em tratamento por hemodiálise. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v. 11, n. 4, p. 971-81, 2009.
- MINAYO, M. C. S. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J; VENÂNCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, mai./ago. 2011.
- MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NANJARI, C. C. Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres: um desafio para a educação teológica. **Revista Caminhando**, v. 14, n. 2, p. 141-151, jul./dez. 2009.
- OBSERVE - Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha (Observe). Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais - **Projeto Observe/UNIFEM** – Relatório Final, 2011. 2009. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/>. Acesso em: 26/09/2012.
- OKABE, I.; FONSECA R. M. S. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 453-8, jun. 2009.

OLIVEIRA, A. P., GOMES, A. M. T. A estrutura representacional do câncer para os seus portadores: desvelando seus sentidos e dimensões. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 525-31, 2008.

OLIVEIRA, D. C. *et al.* Análise das evocações livres: uma Técnica de Análise Estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. *et al.* **Perspectivas Teórico-metodológicas em Representações Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2005.

OLIVEIRA, L. R., BRESSAN, C. A percepção do sujeito que matou por amor. **Mudanças -Psicologia da Saúde**. v. 22, n.1, p. 21-30, 2013.

ORDAZ, O.; VALA, J. Objetivação e Ancoragem das Representações Sociais do Suicídio na Imprensa Escrita. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000 p. 87-114.

OSTERNE, M. S. F. O sentido da violência e as especificidades da violência contra a mulher no contexto das relações de gênero. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 8, p. 15-32, jul/dez 2006.

PADOVANI, R. da C.; WILLIAMS, L. C. de A. Estilo parental de origem e ansiedade em homens com histórico de agressão à parceira. **Estud. psicol.**, Natal, v. 16, n. 3, p. 263-269, 2011

PAIXAO, G. P. N. *et al.* Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1041-1049, 2014.

PALHONI, A. R. G., AMARAL, M. A., PENNA, C. M. M. Representations of violence against women and its relationship to their quality of life. **Online braz j nurs**. v. 13, n. 1, p. 15-24. 2014.

PATRÍCIO, J. A. Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização. **Forum Sociológico**. v. 25, 2014.

PEREIRA, R. Por que não se separam: A perda da confiança no relacionamento conjugal. **Pensando famílias**. v. 19, n. 2, p. 3-20, 2015.

PIOSIADLO, L. C. M.; FONSECA, R. M. G. S. da; GESSNER, R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, 2014.

PORTO, M. S. G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 250-73, 2006.

RAIMONDO, M. L., LABRONICI, L. M., LAROCCA, L. M. Retrospecto de ocorrências de violência contra a mulher registradas em uma delegacia especial. **Cogitare Enfermagem (UFPR)**, Curitiba, v. 18, p. 43-49, 2013.

RATINAUD, P., DÉJEAN, S. (2009). IRaMuTeQ : implémentation de la méthode ALCESTE d'analyse de texte dans un logiciel libre. Modélisation Appliquée aux Sciences Humaines et Sociales (MASHS2009). Toulouse - Le Mirail.

RATINAUD, P., MARCHAND, P. Application de la méthode ALCESTE à de "gros" corpus et stabilité des "mondes lexicaux": analyse du "CableGate" avec IraMuTeQ. In: Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles (pp. 835-844). Liège, Belgique. 2012.

REIS, A. O. A. *et al.* Introdução ao uso do *software* EVOC. In: REIS, A. O. A. *et al.* **Tecnologias computacionais para o auxílio em pesquisa qualitativa – Software EVOC.** São Paulo: Schoba, 2013a.

REIS, A. O. A. *et al.* Desvelando o Programa EVOC2000. In: REIS, A. O. A. *et al.* **Tecnologias computacionais para o auxílio em pesquisa qualitativa – Software EVOC.** São Paulo: Schoba, 2013b.

RIBEIRO, C. G.; COUTINHO, M. L. L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 52-59, 2011.

RODRÍGUEZ, J. A. Violencia en el noviazgo de estudiantes universitarios venezolanos. **Archivos de Criminología, Seguridad Privada y Criminalística.** v. 12, p. 4-20, 2014.

ROMAGNOLI, R. C. A violência contra a mulher em montes claros. **Barbarói.** v. 43, p. 27, 2015.

ROSA, A. G. *et al.* Marital violence against women from the point of view of the men who were the aggressors. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008.

RUIZ, Castor M.M. B. A potência da ação. Uma crítica ao naturalismo da violência. **Kriterion**, v. 55, n. 129, p. 41-60, 2014.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro. EDUERJ, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. Tel Aviv, E.I.A.L. **Estúdios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, jan./jun, 2005.

SANTOS, M. F. S. *et al.* Violento é o outro. Estudo de representações Sociais da violência entre adolescentes. In: Jornada Internacional, 5 e Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 3, Brasília. **Anais...** Brasília, 2007.

SARAIVA, E. R. A., VIEIRA, K. F. L., COUTINHO, M. P. L. A utilização do *software* Evoc nos estudos acerca das representações sociais. In: COUTINHO, M. P. L., SARAIVA, E. R. A. **Métodos de Pesquisa em Psicologia Social – perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2011.

SCHEEREN, P. *et al* . Marital Quality and Attachment: The Mediator Role of Conflict Resolution Styles. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , v. 24, n. 58, p. 177-186, 2014.

SCHRAIBER, L. B. *et al*. Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 961-970, 2010.

SCHRAIBER, L. B. *et al*. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: UNESP; 2005.

SCHRAIBER, L. B. *et al*. A violência contra mulheres: demandas espontâneas e busca ativa em unidade básica de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1/2, p.3-15, 2000.

SCOTT, J Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, **Columbia University Press**. 1989.

SILVA, A. C. L. G., COELHO, E. B. S., MORETTI-PIRES, R. O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima. **Rev Panam Salud Publica**. 2014;35(4):278-83.

SILVA, A. C. L. G., COELHO, E. B. S., NJAINE, K. Conjugal violence: controversies in the reports of intimate partners in police investigations. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 19, n. 4, p. 1255-1262. 2014.

SILVA, C. D. *et al*. Social representation of domestic violence against women among Nursing Technicians and Community Agents. **Rev. esc. enferm. USP**. V. 49, n. 1, p. 22-29. 2015.

SILVA, L. L. da, COELHO, E. B. S., CAPONI, S. N. C. de Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan/abr 2007.

SILVA, P. A. *et al*. La violencia contra la mujer en el ámbito familiar: estudio teórico sobre la cuestión de género. **Enfermería Global**. v. 11, n.26, p. 251-258, 2012.

SILVA, S. P. C.; MENANDRO, M. C. S. As representações sociais da saúde e de seus cuidados para homens e mulheres idosos. **Saude soc.**, São Paulo , v. 23, n. 2, jun. 2014.

SOUTO, C. M. R. M.; BRAGA, V. A. B. Marital life experiences: women's positioning. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 5, set./out, 2009.

SOUZA, L. de; CORTEZ, M. B. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública**, v. 48. n. 3, p. 621-639, 2014.

TAQUETTE, R. S. **Violência contra mulher/adolescente jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TAYLOR, A. Y. *et al.* **Isso aqui não é vida para você: masculinidades e não violência no Rio de Janeiro, Brasil. Resultados do Estudo Internacional sobre Homens e Igualdade de Gênero (IMAGES) com foco na violência urbana**. Washington, DC e Rio de Janeiro, Brasil: Promundo, 2016.

TELES, M. A. A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense; 2006.

TONELI, M. J. F. **Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Pesquisa MARGENS: Modo de vida, família de relações de gênero. 2007. Relatório de Pesquisa.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis** v. 4. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

ULRICH, Y. C. *et al.* Medical Care Utilization Patterns in Women with diagnosed domestic violence. **Am J Prev Med**, v. 24, n. 1, p. 9-15, 2003.

VENTURI, G., RECAMÁN, M. Sociedade: Afinal, o que querem as mulheres? In: Venturi, G, Recamán, M., Oliveira, S. de (Org). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIEIRA, B. F. S. *et al.* **Aspectos da violência na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Observa Saúde SP, 2012.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 Atualização: homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012a.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Caderno complementar 1: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012b.

WHO. World Health Organization. **Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women**. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva; 2011.

APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E EVOCAÇÃO

Nº da Entrevista: _____ Data: _____ Horário (Início/término): _____

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Idade:	_____ anos		
Naturalidade:	(1) Guarapuava	(2) Outro	
Residência Atual:	(1) Guarapuava	(2) Outro	
Zona de Residência:	(1) Urbana	(2) Rural	
Estado Civil:	(1) Casado	(2) Solteiro	(3) amasiado
	(4) Outro		
Tempo de Conjugalidade com a mulher denunciante:	_____ anos _____ meses		
Religião:	(1) Católico	(2) Evangélico	(3) Espírita
	(4) Outra		
Constituição Familiar que cresceu:	(1) pai/mãe	(2) pai/mãe/irmãos	
	(3) mãe/padrasto	(4) madrasta/pai	(5) pai/irmãos
	(6) mãe/irmãos	(7) mãe	(8) pai
	(9) mãe/padrasto/irmãos	(10) madrasta/pai/irmãos	
Raça:	(1) branca	(2) Negra	(3) parda
	(4) outra		
Número de filhos:	_____		
Nível educacional:	(1) fundamental incompleto	(2) fundamental completo	(3) médio incompleto
	(4) médio completo	(5) superior incompleto	(6) superior completo
Profissão/ocupação:	_____		
Renda familiar:	(1) até 1 SM	(2) 1 a 2 SM	(3) 3 – 4 SM
	(4) acima 5 SM		
Número de pessoas que vivem com esta renda:	_____		

Tipo de violência que praticou:	(1) Física	(2) Psicológica	
	(3) moral		
Quem é a vítima:	(1) companheira	(2) ex-companheira	
Motivo para a violência:	_____		
Já teve outra denúncia de violência:	(1) não	(2)sim Quem? _____	
Quanto tempo pratica a violência:	_____ anos _____ meses		
Já praticou violência contra outra mulher:	(1) não	(2) sim	

EVOCAÇÃO DE PALAVRAS

Quando falo violência contra a mulher, me diga cinco palavras ou expressões que vem em sua mente.

- _____ ()
- _____ ()
- _____ ()
- _____ ()
- _____ ()

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA

QUESTÃO ORIENTADORA DA ENTREVISTA

Fale-me sobre a sua vida desde a infância, descreva suas relações com familiares, amigos e parentes e os aspectos marcantes até hoje.

ANOTAÇÕES DE CAMPO

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Evocação de Palavras

Prezado,

Eu, Alexandra Bittencourt Madureira, enfermeira, professora de Enfermagem da UNICENTRO e doutoranda da Universidade Federal do Paraná, estou convidando você para participar de uma pesquisa intitulado “**A HISTÓRIA DE VIDA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: análise à luz das Representações Sociais**”, que será realizada sob minha responsabilidade. Esta pesquisa pretende apreender como os homens percebem a violência contra a mulher. A pesquisa se justifica, pois não existem trabalhos iguais a este, e os resultados permitirão que os profissionais compreendam as diferentes maneiras de situar-se diante desta condição e forneça subsídios para o planejamento do cuidado, prevenção e dimensionamento das ações de enfrentamento das situações de conflito.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Caso concorde em participar da pesquisa, você terá que responder algumas perguntas de um formulário que terão as respostas anotadas pela pesquisadora. Para que se sinta seguro e a vontade, essas perguntas serão feitas em uma sala aqui na própria delegacia, onde somente você e eu estaremos. O tempo previsto de duração da coleta de dados será de aproximadamente 10 minutos.

Lembramos que a sua participação é voluntária, e que você tem a liberdade de não querer participar e de poder desistir em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o preenchimento do formulário de perguntas, sem que ocorram prejuízos para você ou para o seu atendimento nesta delegacia.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: O procedimento utilizado para a obtenção das respostas (preenchimento do formulário) não prevê risco a sua saúde ou integridade física, porém, riscos mínimos poderão ocorrer, vez que ao falar sobre a sua vida poderá lembrar de situações delicadas e sentir algum desconforto emocional. Se você julgar necessário, poderá solicitar atendimento e será encaminhado aos serviços disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Guarapuava, órgão público, pertencente à Rede de Enfrentamento à violência e que conta com uma equipe apta a trabalhar com famílias em situação de violência.

3. BENEFÍCIOS: Quanto aos benefícios, as pesquisas desenvolvidas com homens envolvidos em situações de violência familiar permitem que conheçamos os dois lados desta situação. Em termos mais amplos, a pesquisa permitirá conhecer a representação do outro polo envolvido na violência, permitindo que os homens também sejam ouvidos, e assim, será possível fornecer subsídios aos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência, para desenvolver ações em uma perspectiva mais ampla voltadas para famílias em situação de violência. Neste sentido, apesar do risco mínimo que pode ocorrer, a pesquisa apresenta estes benefícios para você, para os profissionais, e para a rede de enfrentamento do município.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação ou atendimento por se sentir desconfortável por causa da pesquisa, você será encaminhado para atendimento junto aos serviços disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Guarapuava, órgão público, pertencente à Rede de Enfrentamento à violência e que conta com uma equipe apta a trabalhar com famílias em situação de violência.

5. CONFIDENCIALIDADE: A fim de que sua identificação seja preservada, apenas eu e você teremos acesso as suas respostas. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não será citado no formulário, sendo identificada pelo número da entrevista, e quando os resultados da pesquisa forem publicados em eventos ou revistas científicas, seu nome não será publicado. Todas as informações que você nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa.

6. ESCLARECIMENTOS: Se você tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome da pesquisadora responsável: Alexandra Bittencourt Madureira (Professora Enfermagem UNICENTRO) Endereço: (Departamento de Enfermagem) - Rua Camargo Varela de Sá, 03 - Vila Carli - Telef para contato: 42-36298134 – 42-99128586 Horário atendimento: 7:30 as 12:00–13:00 as 17:30	Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli - Bloco de Departamentos da Área da Saúde Telefone: (42) 3629-8177
--	--

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se você estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. _____, portador da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.
E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

Rubricas: Sujeito da Pesquisa _____ Pesquisador Responsável _____

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –

Entrevista

Prezado,

Eu, Alexandra Bittencourt Madureira, enfermeira, professora de Enfermagem da UNICENTRO e doutoranda da Universidade Federal do Paraná, estou convidando você para participar de uma pesquisa intitulado “**A HISTÓRIA DE VIDA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: análise à luz das Representações Sociais**”, que será realizada sob minha responsabilidade. Esta pesquisa pretende apreender como os homens percebem a violência contra a mulher e conhecer a História de Vida destes homens. A pesquisa se justifica, pois não existem trabalhos iguais a este, e os resultados permitirão que os profissionais compreendam as diferentes maneiras de situar-se diante desta condição e forneça subsídios para o planejamento do cuidado, prevenção e dimensionamento das ações de enfrentamento das situações de conflito.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Caso concorde em participar da pesquisa, você será convidado a falar sobre a história da sua vida, a partir de algumas perguntas. Sua fala será gravada em um gravador digital para facilitar o processo de análise do estudo. Para que se sinta seguro e a vontade, essas perguntas serão feitas em uma sala aqui na própria delegacia, onde somente você e eu estaremos. O tempo previsto de duração da entrevista será de aproximadamente 25 minutos.

Lembramos que a sua participação é voluntária, e que você tem a liberdade de não querer participar e de poder desistir em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o preenchimento do formulário de perguntas, sem que ocorram prejuízos para você ou para o seu atendimento nesta delegacia.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: O procedimento utilizado para a obtenção das respostas (entrevista) não prevê risco a sua saúde ou integridade física, porém, riscos mínimos poderão ocorrer, vez que ao falar sobre a sua vida poderá relembrar de situações delicadas e sentir algum desconforto emocional. Se você julgar necessário, poderá solicitar atendimento e será encaminhado aos serviços disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Guarapuava, órgão público, pertencente à Rede de Enfrentamento à violência e que conta com uma equipe apta a trabalhar com famílias em situação de violência.

3. BENEFÍCIOS: Quanto aos benefícios, as pesquisas desenvolvidas com homens envolvidos em situações de violência familiar permitem que conheçamos os dois lados desta situação. Em termos mais amplos, a pesquisa permitirá conhecer a representação do outro polo envolvido na violência, permitindo que os homens também sejam ouvidos. Deste modo, será possível fornecer subsídios aos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência, para desenvolver ações em uma perspectiva mais ampla voltadas para famílias em situação de violência. Neste sentido, apesar do risco mínimo que pode ocorrer, a pesquisa apresenta estes benefícios para você, para os profissionais, e para a rede de enfrentamento do município.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação ou atendimento por se sentir desconfortável por causa da pesquisa, você será encaminhado para atendimento junto aos serviços disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Guarapuava, órgão público,

pertencente à Rede de Enfrentamento à violência e que conta com uma equipe apta a trabalhar com famílias em situação de violência.

5. CONFIDENCIALIDADE: A fim de que sua identificação seja preservada, apenas eu e você teremos acesso as suas respostas. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não será citado no formulário, sendo identificada pelo número da entrevista, e quando os resultados da pesquisa forem publicados em eventos ou revistas científicas, seu nome não será publicado. Todas as informações que você nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa.

6. ESCLARECIMENTOS: Se você tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

<p>Nome da pesquisadora responsável: Alexandra Bittencourt Madureira (Professora Enfermagem UNICENTRO) Endereço: (Departamento de Enfermagem) - Rua Camargo Varela de Sá, 03 - Vila Carli - Telef para contato: 42-36298134 – 42-99128586 Horário atendimento: 7:30 as 12:00–13:00 as 17:30</p>	<p>Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli - Bloco de Departamentos da Área da Saúde Telefone: (42) 3629-8177</p>
---	---

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se você estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. _____, portador da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.
E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

<p>Rubricas: Sujeito da Pesquisa _____ Pesquisador Responsável _____</p>
--

ANEXO 1 - CARTA DE AUTORIZAÇÃO/ANUÊNCIA



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
14ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA



CARTA DE AUTORIZAÇÃO/ANUÊNCIA

Eu, Wellington Yuji Daikubara, Delegado da 14ª SDP, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “**A História de Vida de Homens autores de violência contra a mulher: análise à luz das Representações Sociais**”, sob responsabilidade da professora pesquisadora Alexandra Bittencourt Madureira, nas dependências da Delegacia da Mulher de Guarapuava. Para o que, será disponibilizado as dependências desta instituição para a pesquisadora realizar o contato e as entrevistas com os participantes. A coleta de dados poderá ser iniciada tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, até o seu final.

Estamos cientes que os dados serão coletados junto aos homens que comparecem à Delegacia da Mulher para prestarem depoimento em razão da violência doméstica perpetrada.

Guarapuava 20 de outubro de 2014.

Wellington Yuji Daikubara
Delegado da 14ª SDP



Wellington Yuji Daikubara
DELEGADO DE POLÍCIA
RG 12.639.513-2

ANEXO 2 - APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A HISTÓRIA DE VIDA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: análise à luz das Representações Sociais

Pesquisador: Alexandra Bittencourt Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39092614.1.0000.0106

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 896.310

Data da Relatoria: 01/12/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apreciação do projeto de pesquisa intitulado A HISTÓRIA DE VIDA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: análise à luz das Representações Sociais, de interesse e responsabilidade da proponente Alexandra Bittencourt Madureira. Para a compreensão da história de vida e das representações de homens agressores sobre a violência que praticam, será utilizada a pesquisa qualitativa descritiva, alicerçada na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. A pesquisa será desenvolvida na Delegacia da Mulher de Guarapuava - PR, e justifica-se pela necessidade e escassez de dados na consideração do homem autor de violência como pessoa, com necessidades de saúde e cuidado.

Objetivo da Pesquisa:

- Conhecer a História de Vida de homens autores de violência contra a mulher;
- Apreender as representações sociais de violência contra a mulher na perspectiva de homens autores de violência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os procedimentos utilizados para a obtenção das respostas (preenchimento do formulário e entrevista) não prevê risco a saúde ou integridade física do participante, porém, riscos mínimos poderão ocorrer, vez que ao falar sobre a sua vida poderá relembrar de situações delicadas e

Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)

Bairro: Vila Carlí **CEP:** 85.040-080

UF: PR **Município:** GUARAPUAVA

Telefone: (42)3629-8177 **Fax:** (42)3629-8100 **E-mail:** comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 896.310

sentir algum desconforto emocional. Caso seja necessário o pesquisador encaminhará o participante aos serviços disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Guarapuava, órgão público, pertencente à Rede de Enfrentamento à violência e que conta com uma equipe apta a trabalhar com famílias em situação de violência.

Benefícios: as pesquisas desenvolvidas com homens envolvidos em situações de violência familiar permitem que conheçamos os dois lados desta situação. Em termos mais amplos, a pesquisa permitirá conhecer a representação do outro polo envolvido na violência, permitindo que os homens também sejam ouvidos, e assim, será possível fornecer subsídios aos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência, para desenvolver ações em uma perspectiva mais ampla voltadas para famílias em situação de violência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Participarão desta pesquisa 100 homens autores de violência, que foram denunciados por prática de violência e que são intimados a comparecerem a delegacia da mulher para prestar depoimento sobre a acusação de violência perpetrada contra sua companheira ou ex-companheira. Serão utilizadas duas técnicas de coletas de dados, no primeiro momento a evocação livre de palavras, e no segundo, a entrevista narrativa.

Critério de Inclusão: Homens, com idade entre 18 e 59 anos e que forem intimados a depor na Delegacia da Mulher de Guarapuava por denúncia de prática de violência contra sua companheira ou ex-companheira.

Critério de Exclusão: Homens que não tenham condições de se expressar verbalmente; Homens menores de 18 anos; Homens e que forem intimados a depor na Delegacia da Mulher de Guarapuava por denúncia de prática de violência contra outras pessoas que não sejam sua companheira ou ex-companheira.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- (1) Folha de rosto: assinada pela pesquisadora e pela chefe do Departamento de Enfermagem
- (2) Carta de anuência: assinado pelo delegado da 14a SDP, Wellington Y. Daikubara
- (3) TCLE: adequado, apresentado o TCLE para entrevista e para evocação de palavras
- (4) Cronograma: adequado, coleta de dados de janeiro a julho/2015

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)
Bairro: Vila Carli **CEP:** 85.040-080
UF: PR **Município:** GUARAPUAVA
Telefone: (42)3629-8177 **Fax:** (42)3629-8100 **E-mail:** comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 896.310

(5) Orçamento: detalhado no valor de R\$260,00

(6) Projeto completo: apresentado pelo pesquisador

(7) Instrumento para coleta dos dados: apresentado a questão norteadora da entrevista e o instrumento de caracterização dos participantes e evocação de palavras.

Recomendações:

Ressalta-se que segundo a Resolução 466/2012:

XI – DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL - f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PARECER APROVADO: a presente pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/2012.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PROJETO APROVADO

Em atendimento à Resolução CNS/MS- 466/2012, deverá ser encaminhado ao CEP o relatório parcial assim que tenha transcorrido um ano da pesquisa e relatório final em até 30 (trinta) dias após o término da pesquisa.

Qualquer alteração no projeto deverá ser encaminhada para análise deste comitê por meio de emenda.

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)

Bairro: Vila Carli

CEP: 85.040-080

UF: PR

Município: GUARAPUAVA

Telefone: (42)3629-8177

Fax: (42)3629-8100

E-mail: comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 896.310

GUARAPUAVA, 03 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Tatiane Baratieri
(Coordenador)

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)
Bairro: Vila Carli **CEP:** 85.040-080
UF: PR **Município:** GUARAPUAVA
Telefone: (42)3629-8177 **Fax:** (42)3629-8100 **E-mail:** comep_unicentro@yahoo.com.br